



Revista
HISTORIAN

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ

2020 - v. 12, n. 22

Dossiê

**TEMÁTICA
LIVRE**

REVISTA HISTORIAR

ISBN 2176-3267

**v. 12, n. 22
2020**

Sobral/CE

Revista Historiar
ISSN: 2176-3267
Vol. 12 | Nº. 22 | Jan./Jul. de 2020



Editor Chefe

Raimundo Nonato Rodrigues de Souza, Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA

Editora Gerente

Viviane Prado Bezerra, Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (Brasil)

Editor Assistente

Edilberto Florêncio dos Santos, Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA

Conselho Científico

Carlos Augusto Santos, Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (Brasil)
Edvanir Maia da Silveira, Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (Brasil)
Francisco Denis Melo, Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (Brasil)
Gleidiane de Sousa Ferreira, Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (Brasil)
Regina Celi Fonseca Raick, Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (Brasil)
Telma Bessa Sales, Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (Brasil)
Tito Barros Leal de Pontes Medeiros, Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (Brasil)

Capa: Wagner Cavalcante de Farias

Revista Historiar [recurso eletrônico] / Universidade Estadual Vale do Acaraú –
v. 12. n. 22 (jan./jun. 2020). Sobral-CE: UVA, 2020.

Semestral

ISSN 2176-3267

Modo de acesso: [<http://www.uvanet.br/historiar/index.php/1/index>]

1. História - periódicos. 2. Ciências - periódicos. I. Centro de Ciências Humanas. II. Universidade Estadual Vale do Acaraú.

CDD - 900

SUMÁRIO

Apresentação	03
Carlos Augusto Pereira dos Santos	
TRABALHO RURAL, PÓS-ABOLIÇÃO E MEMÓRIAS DA LIBERDADE NO ANTIGO MUNICÍPIO DE ENTRE-RIOS, SERTÃO DO CEARÁ	7
Paulo Henrique Souza Martins	
TRABALHO DOMÉSTICO E REPRODUTIVO NA ESFERA CAPITALISTAMULHERES, EXPLORAÇÃO E SEGREGAÇÃO SOCIAL	25
Pamela Peres Cabreira	
HISTÓRIA E EDUCAÇÃO NO CEARÁ: DA COLÔNIA À REPÚBLICA VELHA	43
Antônio Roberto Xavier, Lisimére Cordeiro do Vale Xavier, Glauber Robson Oliveira Lima	
EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DIÁLOGOS POSSÍVEIS EM DIDÁTICA, METODOLOGIA E ESTÁGIO NO ENSINO DE HISTÓRIA (2015- 2019)	58
Cintya Chaves, Elisgardênia de Oliveira Chaves	
AS “GUERRAS DO PARAGUAI”: DAS IDEOLOGIAS NACIONALISTAS AOS ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS	76
Bruno César Pereira, Jaqueline Kotlinski, Oseias de Oliveira	
OS INDÍGENAS NA CONTEMPORANEIDADE, BUSCANDO ENTENDER OS ESTEREÓTIPOS PRESENTES	92
Ricardo de Moura Borges	
A BEATA, O PADRE E UM MILAGRE: A REPERCUSSÃO DOS “MILAGRES DO JUAZEIRO” E SEUS PROTAGONISTAS NA IMPRENSA (1887-1891)	108
Maria de Fátima de Morais Pinho	
A CONTRIBUIÇÃO DO MESTRE SEBASTIÃO ALVES LOURENÇO - SEBASTIÃO CHICUTE – PARA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL IMATERIAL	125
Francisco Artur Pinheiro Alves	



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 12 | Nº. 22 | Jan./Jun. 2020

Carlos Augusto Pereira dos Santos

Universidade Estadual Vale do Acaraú / UVA.

Carlos_augusto@uvanet.br

APRESENTAÇÃO

Respeitável público leitor da **Revista Historiar**, no ano em que o Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, comemora seus 60 anos de existência, traz à lume, o volume 12, número 22, apresentando oito artigos inéditos de temática livre. Neste clima comemorativo, vale ressaltar que a revista completa sua primeira década de publicação, trazendo importantes contribuições historiográficas, distribuídas nos vários dossiês e artigos livres publicados ao longo do tempo.

Mas, o que temos na programação deste número em especial? A liberdade da temática livre acabou por trazer uma gama de questões que tocam em aspectos importantes que animam a cena historiográfica atual, cujos desdobramentos

apontam para a diversidade que o bom debate deve conter, assim como de, minimamente, atender às demandas que a historiografia sofre por conta da aceleração dos tempos, face às “revoluções tecnológicas, com as mudanças ambientais e com as reconfigurações políticas em mais curto intervalo de tempo” (Barros, 2013, 16). À essa aceleração tem-se uma complexidade do mundo com repercussões evidentes na historiografia, como assevera o historiador José D’Assunção Barros (2013, p. 17):

Uma das respostas a esta complexidade, no universo de trabalho dos historiadores, foi sua subdivisão imaginária em História Econômica, História Política, História Cultural, História Conceitual, História Ambiental, ou quantas outras histórias se queira considerar – e, sobretudo, a formação de conexões múltiplas entre estas modalidades.

De algum modo, este número da Revista Historiar apresenta sua “complexidade” e suas “conexões múltiplas”. Desta forma, o mundo do trabalho; o universo educacional; a identidade indígena; aspectos da religiosidade popular; do patrimônio imaterial e das representações criadas sobre a Guerra do Paraguai, são tratados neste número por

historiadores e professores de história, cobrindo um lapso espaço-temporal que mergulha no século XIX e desponta nos tempos mais do que “sombrios” da nossa centúria atual; traz o ambiente do teatro da guerra no Paraguai e passeia pelas várias regiões do estado do Ceará e dá uma voltinha ali no Piauí.

Portanto, neste número, o leitor terá o prazer de contemplar os horizontes dos diversos objetos aqui destacados, não somente por seu caráter conteudístico e variado, mas, também pela natureza das fontes utilizadas e abordagens evidenciadas nos artigos aqui enfeixados. Neste sentido, apesar das especificidades de cada texto, é possível estabelecer conexões entre eles. O quê, por exemplo, as questões relativas ao trabalho rural no pós-abolição no interior do Ceará se articulam contemporaneamente com o trabalho feminino doméstico? Em que medida, um mergulho nos procedimentos educacionais na história da educação do Ceará pode subsidiar as discussões em torno da formação de professores e do ensino de história numa determinada unidade escolar? Da mesma forma, que sutilezas e problemas podem ser percebidos na criação de discursos e representações sobre determinados fatos históricos (a Guerra do Paraguai; a identidade indígena; o “milagre de Juazeiro”, ou mesmo a trajetória de um mestre cordelista)?

Feito estas considerações, convidamos o público leitor a se embrenhar nas tramas das histórias aqui contadas. Podemos começar pelo artigo *Trabalho rural, pós-abolição e memórias da liberdade no antigo município de Entre-Rios, sertão do Ceará*, de, Paulo Henrique Souza Martins, onde o município de Santa Quitéria-CE é mostrado pelo viés das memórias dos descendentes de escravos, descortinando o mundo do trabalho possível do pós-abolição, destacando as lutas daquele cotidiano familiar no contexto dos “mecanismos afirmadores de autonomia e liberdade. Seguindo nesta “pegada”, o artigo de Pamela Peres Cabreira, *Trabalho doméstico e reprodutivo na esfera capitalista: mulheres, exploração e segregação social*, faz uma interessante análise do trabalho feminino dentro do escopo teórico do feminismo (contando aí com as questões de gênero) e seus desdobramentos no mundo capitalista, fundamentada numa boa discussão bibliográfica.

Passando para o capó educacional o artigo *História e Educação no Ceará: da Colônia à República Velha*, dos autores Antônio Roberto Xavier; Lisimére Cordeiro do Vale Xavier e Glauber Robson Oliveira Lima, traz os primórdios da história da educação cearense, abarcando desde os tempos de Colônia, chegando até à República Velha, estabelecendo um panorama dos problemas e desafios enfrentados e dos legados

deixados ao longo do tempo. Por outro lado, Cintya Chaves e Elisgardênia de Oliveira Chaves em *Experiências de formação de professores: diálogos possíveis em didática, metodologia e estágio no Ensino de História (2015- 2019)* mostram um retrato atual dessa educação na formação de professores de história, no curso de História da Universidade Estadual do Ceará, campus de Limoeiro do Norte. Passado e presente se encontrando no fazer pedagógico.

Continuando nosso percurso neste número, temos o artigo de Bruno César Pereira, Jaqueline Kotlinski e Oseias de Oliveira, *As “Guerras do Paraguai”: das ideologias nacionalistas aos estudos contemporâneos* que aborda um dos fatos mais clássicos da nossa historiografia, apresentando como os intelectuais vão construindo diversas representações desta guerra no decorrer do tempo.

A atualidade da questão indígena, por sua vez, é abordada em *Os indígenas na contemporaneidade: buscando entender alguns estereótipos no contexto piauiense*, artigo de autoria de Ricardo de Moura Borges, que recupera uma discussão de como o índio vem sendo tratado por historiadores ao longo da história do Brasil, além dos problemas enfrentados atualmente, decorrente das políticas de integração indígena, com foco no estado do Piauí.

Na sequência dessa variedade temática, a historiadora Maria de Fátima de Moraes Pinho em seu artigo *A beata, o padre e um milagre: a repercussão dos “milagres do Juazeiro” e seus protagonistas na imprensa (1887-1891)*, desvenda as repercussões dos “fatos extraordinários do Juazeiro” na imprensa brasileira, onde os protagonistas – a beata e o padre, acabaram por promover o encontro e o confronto da religião oficial com a religiosidade popular, transformando para sempre o povoado de Juazeiro do Norte.

Para encerrarmos, poderíamos concluir esta apresentação num alentado cordel, fazendo correlações com todos os temas aqui apresentados. No entanto, este dom e capacidade são para os mestres cordelistas, como Sebastião Chicute, que poderia tanto versejar a história do Padre Cícero, como o seu cotidiano pleno de funções que desenvolveu ao longo da vida, como muito bem sistematizou Francisco Artur Pinheiro Alves no artigo *A contribuição do mestre Sebastião Alves Lourenço - Sebastião Chicute – para a educação patrimonial imaterial*. Pois é, o patrimônio imaterial na perspectiva de um mestre da cultura também está presente neste número da Revista Historiar que ora oferecemos ao grande público.

Boa Leitura!

Carlos Augusto Pereira dos Santos

Referências

BARROS, José D'Assunção. A expansão da História. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

Carlos Augusto Pereira do Santos

Possui graduação em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2015). Graduação em ESTUDOS SOCIAIS pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (1990), mestrado em HISTÓRIA SOCIAL pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ (2000) e doutorado em História do Norte e Nordeste do Brasil pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE (2008), pós-doutorado em Estudos Culturais do Programa Avançado de Cultura Contemporânea PACCC/UFRJ (2016). Atualmente é Professor Adjunto - Nível K, da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: militância comunista, ditadura, cotidiano, cultura, trabalhadores.



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 12 | Nº. 22 | Jan./ Jun. 2020

Paulo Henrique Souza Martins

Universidade Federal do Ceará / UFC.

phhistoria10@gmail.com

TRABALHO RURAL, PÓS- ABOLIÇÃO E MEMÓRIAS DA LIBERDADE NO ANTIGO MUNICÍPIO DE ENTRE-RIOS, SERTÃO DO CEARÁ.

RESUMO

O artigo busca compreender o universo rural do então município de Entre-Rios, localizado no sertão norte do Ceará, a partir dos dados obtidos pelo Censo Rural de 1920. Nesse processo, analisa e compara as informações com o município de Santa Quitéria, a que voltou a fazer parte anos depois. Com base em memórias de descendentes de terceira geração dos últimos escravos e libertos da região, analisa o papel desempenhado pelo trabalho familiar, redes de sociabilidade e acesso à terra como mecanismos afirmadores de autonomia e liberdade.

Palavras-chave: Trabalho rural. Pós-abolição. Memória.

RURAL WORK, POST- ABOLITION AND MEMORIES OF FREEDOM IN THE FORMER MUNICIPALITY OF ENTRE- RIOS, SERTÃO DO CEARÁ.

ABSTRACT

The article tries to understand the rural universe of the then municipality of Entre-Rios, located in the northern sertao of Ceará, based on the data obtained by the 1920 Rural Census. In this process, it analyzes and compares the information with the municipality of Santa Quitéria. It was part years later. Based on memories of the third generation descendants of the last slaves and freedmen of the region, it analyzes the role played by family work, networks of sociability and access to land as mechanisms that affirm autonomy and freedom.

Keywords: Rural work. Post-abolition. Memory.

Introdução

Elias Vital nasceu em 1927 na fazenda Cachoeira, Santa Quitéria-CE. Conviveu até a idade de 18 anos com sua avó materna, chamada Martin. Com ela soube de um fato já aquela altura ciente por todos na região. A avó Martin era filha de Felícia, escrava de Domingos Braga, senhor/pai ao mesmo tempo de Martin. Seu avô materno André Lourenço, que só conheceu por intermédio das histórias que seu tio contava, era “moreno” e trabalhador, mas teve alforria, não morreu escravo.

Pode-se dizer da existência de duas memórias sobre a história social da escravidão no Ceará na segunda metade do século XIX: uma que se tornou hegemônica, produzida pelas elites locais, em que a nova sociedade do capitalismo somente poderia gerar bons frutos com a extinção do cativo; e outra mantida pela oralidade, lembranças familiares, que somente muito recentemente veio ser objeto de estudos historiográficos.

A historiografia cearense de certa forma construiu um discurso social em que as classes subalternas são desprovidas de historicidade e agência ao longo do tempo. Notadamente negros e índios não tiveram um olhar atencioso por parte da ciência histórica no sentido de descobrir quais caminhos foram trilhados e possibilidades aventadas, sonhadas, postas em disputa no campo social. Quando nos deparamos com a temporalidade imediatamente seguinte à emancipação dos escravos no Brasil, os libertos no Ceará se transformam em grandes interrogações até hoje insuficientemente enfrentadas. O que fizeram com sua liberdade, ou em outros termos, quais mecanismos de atuação político-social puderam ser orquestrados face às novas possibilidades que se apresentavam com o advento da igualdade jurídica e o acesso à cidadania civil? As interrogações acima expõem uma tônica dos estudos históricos brasileiros recentes, sobremaneira a partir de fins da década de 1980, isto é, a tomada do pós-abolição enquanto problema para a historiografia social.

Analisando as considerações levantadas pela historiografia sobre essa questão, Hebe Mattos e Ana Lugão (1998) apontam que os libertos de várias partes da América tiveram com operar com as possibilidades de inserção no mundo livre e as suas consequentes expectativas nesse sentido, uma vez que essas possibilidades e expectativas estavam conformadas num conjunto de variáveis que iam desde o sistema de atuação política, o acesso à terra até as relações hierárquicas a que esses atores estavam sujeitos. Porém, apesar das variedades de projetos e possibilidades de atuação, a busca pela autonomia nos ritmos de trabalho, o concurso da força de trabalho familiar

bem como o controle desta, a recusa aos sinais de deferência que reavivassem os tempos da escravidão, podem ser apontados como elementos comuns nos horizontes dos ex-escravos.

Procuraremos demonstrar a hipótese de que as experiências familiares dos escravos e libertos geraram um arcabouço de expedientes reutilizados nas novas circunstâncias advindas da vida em liberdade. Essas outras memórias e as vivências as criaram dialogam entre si, e é nesse intento que tentaremos nos aproximar do contexto histórico rural durante a Primeira República no Ceará, isto é, no pós-abolição.

Censo de 1920: uma história agrária da pobreza na Primeira República

Os dados de todo o censo só podem ser apreendidos com alguma dose de cautela. Informação interessante nesse sentido está contida nas “Instruções para preenchimento do questionário” dirigido aos agentes recenseadores. Lá dizia ser o objetivo único do recenseamento conhecer a situação agrária do país. “Não se trata absolutamente de obter elementos para criação de novos impostos” vaticinava a instrução em itálico.¹ Lendo à contrapelo percebe-se a desconfiança no oposto do dito era existente. De fato, seu Dilau lembra de um “romanzo” sugestivo dessa apreensão: “Desde então que a República entrou nosso Brasil, só trouxe fome e peste e imposto mais de mil, para o atraso do pobre e o casamento civil”.² Quantas devem ter sido as supressões ou dilatamentos, artemente calculadas com base nessa percepção? O que se esperar de um Estado historicamente ausente e opressor, na figura do recenseador, indo ao encontro da realidade agrícola nos rincões mais inóspitos do campo?

Tomando os dados do extinto município de Entre-Rios, território em que se localizava a maioria das fazendas sobre as quais conhecemos memórias da escravidão e do pós-abolição, e do município de Santa Quitéria, ambos geograficamente pertencentes ao Sertão Central do Ceará, fica patente que o velho quadro de latifúndios e o prestígio gozado pelos fazendeiros ao longo do século XIX cambiara-se para uma outra situação um tanto diversa.

Para o município de Entre-Rios, os dados mostram que a produção da quase totalidade dos estabelecimentos recenseados era tocada diretamente pelo seu

¹ Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920. Volume I, Anexos (Decretos, instruções e modelos de cardenetas e dos questionários para execução do Recenseamento. Pág. 142. Doravante Censo de 1920, Vol. I, Anexos.

² Entrevista realizada com Estanislau Ferreira Chaves em 06 de fevereiro de 2011, p. 21.

respectivo proprietário não sendo — sugestivamente — encontrado nenhum arrendatário dirigindo a exploração de nenhum estabelecimento rural. A realidade quiteriense mostra um índice em que praticamente as duas metades dos estabelecimentos recenseados se dividem entre os dirigidos por seus proprietários e pelos administradores desses. Tal índice de absenteísmo pode sinalizar para uma economia rural mais dinamizada, voltada mesmo para outro mercado que não o somente de abastecimento interno. O próprio número de nove estabelecimentos aparecerem como “arrendados”, isto é, alugados por seus ocupantes bem reforça essa impressão de dinamismo econômico.

Tabela 1 - Modo de Exploração dos imóveis recenseados do município de Entre-Rios e Santa Quitéria.

Município	N. de estabelecimentos	Explorados por	%
Entre-Rios	162	Proprietários	93,64
	11	Administradores ou interessados	6,36
	0	Arrendatários	0
Santa Quitéria	127	Proprietários	48,10
	128	Administradores ou interessados	48,48
	9	Arrendatários	3,42

Mas não podemos nos esquecer das fazendas que não foram recenseadas ou simplesmente das que apesar de constar como que ocupadas por “proprietários” tinham suas terras exploradas por um conjunto maior de pessoas. Para efeitos de preenchimento e orientação dos questionários censitários, deveria ser entendido como proprietário

Não só quem dirige um estabelecimento rural, e é dele *único dono*, como também qualquer outra pessoa que, possuindo *parte* do estabelecimento agrícola o explore por sua conta, ou como representante de membros da família, herdeiros e condomínios³.

No universo demográfico e fundiário perceptível, parece muito pouco provável que não existissem arrendatários ou parceiros nas fazendas sejam médias ou grandes, quando não nas pequenas em que a direção está a cargo de um proprietário. O fato dos números atribuírem supremacia aos estabelecimentos explorados pelos proprietários não deve eclipsar a existência dos moradores, agregados, parentes no interior das fazendas. Uma hipótese é que quando do recenseamento o proprietário “mais forte” simplesmente excluiu a existência de parceiros e arrendatários da propriedade, afastando possibilidades de questionamento sobre a legitimidade da posse. Daí porque

³ Censo de 1920. Volume 1, Anexos, pág. 145. Grifos no original.

não se deva pensar a ocupação nem o uso da terra, nessas circunstâncias e hipótese específicas, por um prisma meramente nuclear.

Muitos dos entrevistados apontaram em suas lembranças a disseminação do sistema de ocupação da terra e trabalho em que uma ponta — o “morador” sem terra — está atrelado a outra — o proprietário e em sentido mais amplo a família proprietária da terra. Nessa seara, seu Dilau lembra que ouviu muito falar que nas antigas fazendas da família Gonçalves Macêdo⁴ os moradores tinham liberdade para escolher onde abrir roçados, possibilidade mesmo da fronteira agrícola ainda com alguma margem de expansão:

Isso aí [as terras] não era medido, tinha era aquele rumo, aquele cálculo. Bom, “mando de tal parte pra tal parte”. Agora depois que a República entrou, entrou [começou a prática de] a tirar o papel de terra, hoje em dia tudo num é escritura... de terra... nos cartório... que pagavam...? Morreu o “véi” tenente, foi partido pros “fi”, pras “fia” que ele não tinha “famía homi”, só tinha três “muié”. Elas casaram, formaram “famía”, já foi repartido pros “fi” delas, pras “fia” pros “fi”, pros genro, ficou tudo por “pedaçin, pedaçin, pedaçin”. Agora nesse tempo, disse que os “véi” eram vivo, [os moradores] “trabaiavam” onde queriam. Pediam o patrão *quero “brocá” um roçado em tal parte* diz que ele dizia *caça a terra que preste* ele não ia caçar não, iam caçar aquele que iam “trabaiár”. [...] Aí iam “brocá” onde eles queriam mesmo. Não tinha dado a liberdade a eles?! Ficassem onde queriam, ouvi muito falar isso⁵.

As lembranças do entrevistado indicam não somente a existência do “morador”, mas possibilita interpretar as possibilidades de sobrevivência no sistema de parceria em que estavam inseridos uma vez que o valor cotidiano da terra dependia da sua produção carecendo, portanto, dos braços agricultores dos moradores. Daí talvez essa “liberdade” de escolha do terreno para expansão da área produtiva. Também, o contraste havido entre o tempo do velho tenente Josino Macêdo (séc. XIX) e o dos herdeiros (séc. XX), sugere avanço sobre as matas na abertura de novos roçados, demanda criada pelo crescimento demográfico, o que talvez ficasse menos possível em fazendas repartidas pós morte do antigo proprietário.

Outro entrevistado, senhor Manoel Luiz de Souza, nascido em 1919, também relata sobre a vida do “morador”, realidade experimentada por ele e seus pais na fazenda Surucutim⁶.

⁴ Duas delas constaram no Censo de 1920: Fazenda “Itamaraty” pertencente a João Gonçalves de Madedo e “Serrote” de Francisca Cecília de Macedo, sendo esta proprietária irmã de Ermilina Erquilina de Macedo, vulgo “dona Mulata” com quem tanto conversou nosso entrevistado. Ver Ver Censo de 1920. Relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados no estado do Ceará, p. 77.

⁵ Entrevista com Estanislau Ferreira Chaves, em 06 de fevereiro de 2011, p. 15-16

⁶ Incluída no censo agrícola de 1920 com a denominação de “Barra do Pires”. Ver Censo de 1920. Relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados no estado do Ceará, p. 77

Um proprietário daquele, um fazendeiro tinha três ou quatro ou cinco morador né, e ali ele fazia aqueles trabalho com aqueles homens com aqueles morador né. (...) As condições eram muito, muito fraca pra nós. Ali, aqueles fazendeiro é que tinha aqueles morador né, aí ia “trabaiar” com aqueles homens né, aquelas mulher também eram..., todo mundo era cativo pode se dizer⁷.

A situação de extrema pobreza, ao se julgar pelas memórias do entrevistado, parecia compor um cenário geral a afligir a todos, proprietários ou não, que invariavelmente são relatados como trabalhadores, distintos nesse sentido da imagem clássica do potentado rural ocioso vigilante dos “seus” homens.

Nessa mesma chave de leitura, os dados do censo sobre as dimensões das fazendas, como veremos abaixo, indicam para uma situação de esfacelamento territorial, causa das repartições sucessórias e aumento das possibilidades de aquisição via compra por parte de um conjunto maior da população. A maior parte dos estabelecimentos recenseados no município de Entre-Rios, 132 ou 76,30%, foram conformados na variação de até 200 hectares. Os que variaram de 201 a 1000 chegaram ao número de 38 (21,96%), sendo que apenas 3 estabelecimentos (1,7%) lograram a extensão de mais de 1000 hectares, nenhum ultrapassando os 2000.

Tabela 2 - Distribuição dos imóveis recenseados no município de Entre-Rios.

Tamanho (ha)	Pequenos			Médios		Grandes			
	< 41	4-100	101-200	201-400	401-1000	1001-2000	2001-5000	5001-10000	10001-25000
N. de fazendas e %	41	46	45	19	19	3	0	0	0
	76,30%			21,96%		1,7%			
Área média	24	62	180	340	592	1390	0	0	0
Total ocupado e %	11.936 hectares			17.708 hectares		4.170 hectares			
	35,30%			52,37%		12,33%			

Fonte: Censo de 1920. Volume 3, Parte 1, Agricultura, p. 136-137.

As pequenas e médias propriedades somam um conjunto de 98,26% dos imóveis recenseados ocupando 87,67% das terras. Ainda que exista um hiato de concentração entre os aqui chamados “pequenos” e “médios” e mais ainda em relação aos “grandes”, certamente abismo maior era verificado no século XIX.

A realidade de distribuição fundiária do vizinho município de Santa Quitéria aponta para uma concentração mais aguda. Levando em consideração a área total dos

⁷ Entrevista com Manoel Luiz de Souza, em 08 de janeiro de 2009, p. 14.

estabelecimentos recenseados, percebe-se que os considerados grandes (entre 1001 e 25000 ha) abarcavam o total de 67% das terras, número bastante elevado quando se toma por parâmetro o índice do município limítrofe acima analisado e mesmo o estadual que atingiu a cifra de 41,77%.⁸ As pequenas e médias propriedades somavam 33%. Outro dado interessante para visualização do universo rural estudado é o da composição dos valores atribuídos aos estabelecimentos recenseados. A maior parte do total é gerado pelo valor das terras enquanto que os instrumentos e maquinismos agrícolas ficam com o menor percentual.

Pelos dados apresentados na composição dos valores dos estabelecimentos rurais, pode-se concluir pela expressiva importância da terra atingindo as partes mais robustas do total enquanto que o pequeno percentual atribuído às máquinas e instrumentos agrários é indicativo de que no universo estudado, se referem à foices e enxadas, pá e picaretas em sua maioria, característicos mesmo de uma agricultura levada pela mão de obra humana basicamente. As fazendas dirigidas por não proprietários, sejam arrendatários ou administradores, em Santa Quitéria ocuparam a cifra de 57,40% dos valores totais dos estabelecimentos recenseados, indicativo do caráter comercial da produção em se assumindo a ideia de que de alguma forma os proprietários se apropriavam de partes dessa produção. O valor médio do hectare de terra incluindo as matas localizadas no interior da fazenda, tiveram uma cotação aproximada ficando em 15,05\$ para Entre-Rios e 15,40\$ para Santa Quitéria. Em Entre-Rios cada hectare de terra valia 0,46% do total avaliado para o estabelecimento rural, enquanto que em Santa Quitéria esse índice mais que triplica atingindo o índice de 1,63% o valor de cada hectare na composição do valor total da fazenda.

A safra agrícola 1919-1920 é também indicativa das flutuações de produção em anos de quadra chuvosa pouco intensa e mesmo do nível geral de riqueza no campo. Sabendo-se que o ano de 1919 passou-se em intensa falta de chuvas e avolumados prejuízos na lavoura, temos uma possível explicação para os números abaixo. Enquanto em Santa Quitéria quase que se não verifica produção de gêneros vegetais, não obstante a maior quantidade de fazendas arroladas e maior superfície territorial, para o município de Entre-Rios, mais dedicado a produção de alimentos vegetais embora menor e menos rico, a produção assoma a quantidade de 660 toneladas contra apenas 99 do município vizinho.

⁸ Censo de 1920. Volume 3, Parte 1, Agricultura, p. 36-37.

Tabela 3 – Produção de cereais e outras plantas alimentícias nos estabelecimentos rurais recenseados no ano agrícola de 1919-1920.

PRODUTO	Entre-Rios		Santa Quitéria	
	Fazendas e %	Produção (ton) e %	Fazendas e %	Produção (ton) e %
Arroz	13 (7,51%)	50,2 (7,59%)	-	-
Milho	32 (18,49%)	418,2 (63,28%)	5 (1,89%)	21 (21,14%)
Feijão	47 (27,16%)	149,5 (22,62%)	5 (1,89%)	5,3 (5,33%)
Batata Inglesa	2 (1,15%)	1,2 (0,18%)	-	-
Mandioca	4 (2,31%)	16 (2,42%)	1 (0,37%)	5,6 (5,63%)
Algodão (em caroço)	1 (0,57%)	0,5 (0,07%)	11 (4,16%)	67 (67,47%)
Cana de açúcar	14 (18,09%)	25 (3,78%)	-	-
Fumo	1 (0,57%)	0,2 (0,03%)	2 (0,75%)	0,3 (0,3%)
TOTAIS	173 (100%)	660,8 (99,97%)	264 (100%)	99,2 (99,87%)

Fonte: Censo de 1920, Volume 03, Parte 2, Agricultura, pp. 34-35; 38-39 dos quadros gerais.

A análise da safra diminuta de Santa Quitéria permite algumas considerações. Produtos não imediatamente passíveis de servirem como alimento humano como o milho e o algodão, juntos compreendem 88,61% da produção municipal (21,14 para o milho e 67,47 para o algodão). Produtos de consumo imediato como o feijão e a mandioca juntos chegam a pequena porção de apenas 11% da produção, destacando-se o arroz que não teve resultado computado no censo. O que pode significar isso? Uma possibilidade é que o município de Santa Quitéria, tradicionalmente dedicado à pecuária, sinal de status e riqueza no período colonial e imperial, tenha sido importador de gêneros vegetais dos municípios vizinhos como complementação da pequena produção.

Deve ser lembrado que o algodão era produto de ponta nas exportações, sendo seu caroço importante fonte de proteínas para o gado vacum. O milho por sua vez somente nos primeiros meses após o plantio serve de consumo imediato e normalmente a maior parte da produção é estocada na forma de proteína animal. Pesquisas etnográficas têm mostrado que a criação de animais de “terreiro” como galinhas e porcos, justamente o meio termo da relação produção (roçado) e consumo (casa) são importantes expedientes de reserva proteica para momentos de baixa produtividade agropastoril (GARCIA JR; HEREDIA, 2009). O milho é o principal alimento desses animais. Os dados sobre a pecuária dos dois municípios fundamentam essa tese.

Movimento contrário, mas oriundo da mesma lógica é o que explica a produção em Entre-Rios. Mais dedicado à pequena produção de subsistência familiar, mesmo em tempos de seca como foi o ano de 1919, consegue produzir mais. A produção de milho

e feijão ocupam o patamar superior atingindo o volume de 86% da safra total (63,28 para o milho e 22,62 para o feijão). Abaixo vem o arroz, cana de açúcar e mandioca.

Os dados da pecuária sustentam a tese das diferentes predominâncias econômicas nos municípios analisados. Dos animais de consumo nascidos nas fazendas, somente no caso dos leitões existe uma aproximação de números. Lembrando serem os porcos os animais de menor valorização na pecuária sertaneja.

Tabela 4 - Gado existente nos estabelecimentos rurais segundo as diversas espécies

Dos 173 estabelecimentos rurais recenseados no Município de Entre-Rios	Estabelecimentos / %		Gado	Cabeças	% do total de animais
	169	97,68	Bovino	3.222	23,2
	140	80,92	Equino	641	4,6
	151	87,22	Assinino e Muar	860	6,2
	123	71,09	Ovino	2.781	20,1
	160	92,48	Caprino	4.742	34,2
	150	86,70	Suíno	1.618	11,7
			Total	13.864	100

Fonte: Censo de 1920, Volume 03, Parte 01, Agricultura, pp. 438-439 dos quadros gerais

Considerando em conjunto ovelhas, cabras e porcos, o gado miúdo usado basicamente na alimentação estava presente em nunca menos que 2/3 (dois terços) dos estabelecimentos recenseados. Já os bovinos, tidos como pecuária também para abastecimento externo, os próprios números o demonstram, estiveram presentes em larga escala nos municípios analisados.

Os índices até agora apresentados nos tem indicado a existência de duas realidades distintas para os dois municípios em análise. Se não nos esquecermos que somente as fazendas mais produtivas foram inclusas no censo, e que para Entre-Rios somente 24% do território foi assim classificado, e, para Santa Quitéria 50%, mais que o explícito, ou seja, a dinamicidade de um em comparação com o outro município, cabe-nos perguntar pelo que não fica dito no censo. Refiro-me aqui aos outros 3/4 de Entre-Rios e a outra metade do município de Santa Quitéria, com produção anual inferior a 500\$000. É esse universo da pobreza rural, dos minifúndios, que parece abrigar a maioria da população incluindo aqueles que depois de uma ou duas gerações fora da escravidão, atingiram o patamar de pequenos produtores de subsistência. Alguns desses talvez tenham entrado na lista nominal de fazendeiros do censo, mas certamente outros mais não figuraram. É esse universo do “pequeno” que produz para si e os seus, que as memórias dos entrevistados permitem acessar.

Pós-Abolição e memória

Não foi sem um tanto de desconfiança que João Lourenço Filho me recebeu pela primeira vez em sua casa no distrito de Malhada Grande, Santa Quitéria-CE. Naqueles dias de polícia rondando os “matos” qualquer estranho era logo identificado e devidamente posto em interrogações. Nada que a referência a tios e avós residentes ali próximo não desfizesse. João Lourenço Vieira Filho traz no nome a referência ao pai, dono da antiga fazenda Malhada Grande adquirida por compra, e doador do terreno para construção da capela de São João Batista, padroeiro do distrito, uma das maiores glórias para a família. Mas até chegar a condição de proprietário de terras seu João Lourenço Viana trabalhou muito em terras alheias e temos algumas referências de como isso se procedia. Segundo seu filho, nosso entrevistado, a labuta agrária nas terras alheias sob o sistema da parceria era uma tônica generalizada entre os pobres da região, dos quais sua família estava inclusa. O trabalho dos filhos consistia na frente produtiva do núcleo familiar.

Papai abria roçado, quando eu tinha onze ano, meu irmão tinha doze, ele [o pai] comprou logo uns machadin, bateu uns machadin, um pra mim e outro pro Francisco. Nós ia cortando os pau finin e ele ia cortando os grosso. Desde esse tempo pra cá que eu venho todo tempo trabalhando até 1987. Todo tempo sofrendo...⁹

Ora, o regime de parceria ainda hoje bastante difundido, era entendido pelo censo de 1920 como aquele em que “parceiro divide, mediante acordo ou contrato, parte dos lucros produzidos (meia, terça, quarta, etc.).”¹⁰ À diferença do parceiro, a relação do arrendatário com o dono da terra engendra, pelo menos em princípio, uma possibilidade de relação monetarizada, em virtude de que além dos produtos, seu uso pela terra pode ser pago em dinheiro. Isso ilumina o porque de na economia rural do município em início da década de 1920 não tenha sido registrado nenhum arrendatário em Entre-Rios ao mesmo tempo em que tenham tido alguma importância no município de Santa Quitéria, visivelmente mais desenvolvido. Mas, ao que se pode concluir do conjunto de fontes orais, o “morador” das fazendas aqui consideradas estabeleciam uma relação que não seria nem exatamente a do parceiro nem a de arrendatário, incorporando muito mais traços de um e de outro sistema de trabalho. De modo amplo o “morador” tem roça de subsistência, tal qual o proprietário da terra, diferenciando no tamanho dos roçados. Sendo o do proprietário maior, exige-se mão de obra dos moradores e de diaristas de

⁹ Entrevista realizada com João Lourenço Vieira Filho, em sua residência no distrito de Malhada Grande, Santa Quitéria-CE, em 16 de janeiro de 2012.

¹⁰ Censo de 1920. Volume 1, Anexos, p. 142.

outras fazendas, sendo ambos os trabalhadores pagos pelos seus serviços. Como lembrou seu Manoel Luiz em sua entrevista, o dinheiro moeda do trabalhador rural sem terra conseguia-se pela prestação de serviços de abertura de matas, plantação, limpeza das ervas daninhas e colheita da lavoura, em suma, o trabalho da roça nas propriedades que por seu tamanho, exigia contingente maior de trabalhadores.¹¹ Essa parece ter sido prática comum nas primeiras décadas do século XX para um conjunto amplo de não proprietários, inclusive de famílias egressas do cativo.

Seu Elias Vital narra que com idade de 15 anos foi trabalhar na fazenda Marrecas à época pertencente a Jonas Martins Braga¹². “Lá desempenhava todas as fainas agrárias em companhia do seu futuro “compadre Jonas”: “nós trabalhava no roçado, nós trabalhava na roça, nós tratava de gado magro, tirava a rama, alevantava vaca véia caída, trabalhava em cacimba véia de gado, em tudo ele [es]tando mais eu.”¹³ Tudo indica que as memórias que convergem para a figura de um fazendeiro trabalhador braçal, diferente mesmo da imagem imponente do ócio e poder do latifundiário tradicionais, não se tratam de casos isolados. Outro entrevistado, Simplício Braga de Farias, bisneto, neto e filho de proprietários rurais, ele próprio também o sendo, exemplifica tal percepção ao dizer que “me criei trabalhando na agricultura, não tive estudo, porque naquela época era coisa muito difícil, mas tinha muita inveja de quem sabia ler e aprendi as letras do alfabeto”¹⁴.

A capacidade de arregimentar força de trabalho na família também é um elemento importante nas engrenagens do mundo rural. Seu Elias Vital, Elias Júlio, Dilau, João Lourenço Filho e até Maria Gustavo, têm fresco na memória os grandes adjuntos de quem faziam parte contratados e/ou eram contratantes. Desse modo, cabe perguntar qual teria sido o peso do trabalho familiar e de diaristas na produção rural e o quanto isso significou para o proprietário do estabelecimento e para o trabalhador. Existia uma demanda por serviços suficiente para que os jornais mantivessem uma família? E em tempos de crise agrária, como essa relação se dava?

De início é preciso que saibamos de uma lógica da economia agrária. Diferente dos ritmos urbanos e industriais em que certo atraso pode ser recompensado pela

¹¹ “[...] pegava trabalhando com aquele patrão ali conforme seja, antigamente, “perai” aí então quando dava sábado, você pegava aqueles cem mil réis”. Entrevista com Manoel Luiz de Souza, em 08 de janeiro de 2009, p. 14.

¹² Quando do recenseamento em 1920 a fazenda pertencia a Miguel Martins Braga.

¹³ Entrevista com Elias Martins Vital, realizada em sua residência na cidade de Cariré, em 12 de fevereiro de 2012.

¹⁴ Entrevista com Simplício Braga de Farias, Sobral, p. 09.

aceleração da produção em momento posterior, para o mundo rural há situações em que a postergação de determinadas atividades significa perda de produção num ciclo produtivo inteiro. Daí porque se tenham momentos de alta necessidade de trabalhadores em oposição de vazios mais ou menos longos. São nos momentos de picos que o peso da família numerosa se fazia. Seu Elias Júlio durante infância e juventude trabalhou como “ajudante do pai”, ou seja, o pai era contratado e o filho Elias era considerado trabalhador extra para o contratante. Em narrativas sobre sua vida de trabalhador rural, seu Elias diz que assim foi construída sua fama de bom capinador, rendendo-lhe convites para trabalhar em vários adjuntos “no meio dos homens formados” (pais de família).

Criado como escravidão, meu pai me fazia como um escravo pra trabalhar pra dar de comer aos outros irmãos meu que eu sou o irmão mais velho... trabalhando pro papai nessa casa aí a negrada levava eu mais o papai [e ele] dizia “vocês vão pagar pra nós num dia só”¹⁵.

Rememorando os tempos de solteira, moça, dona Maria Gustavo não disfarçou seu desacordo com a postura do pai, Gustavo Tibúrcio de Mesquita, que ao contratar numeroso conjunto de trabalhadores, não eximia suas seis filhas do trabalho com enxada junto aos irmãos homens.

O papai meu “fi” botava trabalhador [na quantidade] de dez, de dez... taí, esses nego aí trabalhavam pra ele, eles contam, um João Filho daquele, João Filho da rua [Malhada Grande]... agora é que os outros já morreram... [esses trabalhadores] trabalhavam pra ele [Gustavo]. Botava trabalhador, tropa de dez trabalhador ele botava, dez, doze, e tinha mais meus irmão. Aí chegava no roçado, nós ia tudim pro roçado, com tanta vergonha, tudo com as enxada no ombro não é, os trabalhador e nós de um lado. Era seis moça aqui em casa¹⁶.

Elias Martins Vital narra sua posição de controle da força de trabalho contratada esporadicamente para dar conta do alto volume de produção da fazenda Marrecas, onde viveu intercalando de tempos em tempos com o teto familiar, antes de casar-se.

Às vezes botava dez, doze trabalhador, quinze mas eu ficava no comando. Às vez ele tinha uma viagem pra fazer, aí porque ele botava roçado grande, trinta quarenta litro de milho, nesse tempo a gente brocava roçado, madeira, matona grande, brocava derrubava palha, era um serviço meio difícil, aí quando as veze ele botava um adjunto eu ficava de dono do serviço. [...] Ele saindo de casa pra fazer uma viagem se eu ficasse na casa dele cuidando das luta dele, tinha os filho dele, ele saía tranquilo, sabia que tinha uma pessoa de confiança. É tanto que eu casei e morei sete ano distante da casa dele e ele ficou pelejando até eu vim morar pertin da casa dele¹⁷.

¹⁵ Entrevista com Elias Julio de Sales, em 29 de maio de 2011, p. 01.

¹⁶ Entrevista com Maria Gustavo de Mesquita, realizada em 28 de maio de 2011.

¹⁷ Entrevista com Elias Martins Vital, realizada em 12 de fevereiro de 2012, p. 4.

Mesmo após o casamento, a situação de pai de família impunha a busca por autonomia que encontrou sendo morador do agora compadre Jonas Braga.

Ele disse “Elias, vamos morar comigo, vamo morar mais eu, tu vai trabalhar na minha terra, tu não paga renda, tu pode criar teus filho, tu pode criar tudo que tu quiser, mas eu não te quero pra tu ser meu escravo, eu te quero tu pra ser companheiro da minha família e meu companheiro. [...] Tu pode fazer o teu roçado, plantar teu milho teu feijão, teu algodão teu arroz, tudo que tu plantar tu não paga renda, trabalhar pra mim só se tu tiver tempo, eu não tiro de tu ganhar teus dinheiro que tu tem muito filho, eu não posso te dar nada” aí eu era morador livre¹⁸.

Sendo “morador livre” a situação apontava para o reverso, isto é, as situações de subordinação a que poderiam estar submetidos os moradores sem terra, sujeitos de uma lógica complexa de fidelidade e assistência, características do mundo rural estudado.

Ao se julgar pelas memórias dos entrevistados, a diária pelo serviço agrícola contratado não supria as necessidades de uma unidade familiar, principalmente quando o trabalhador alimentava-se “às custas da casa”. O jornal semanal subtraído as refeições não dava para socorrer as “precisões” da família. Tal é a ideia que se pode formatar pela experiência de seu Elias Vital. Diz ele que

Você trabalha ganha aquele pequeno salário, você almoça e janta, mas os outros que estão em casa, com aquela mixariazinha não dá pra encher a barriga né. Aí eu junto com o meu irmão o João Vital que era mais velho [...] disse assim “vamos trabalhar, pra nós tirar a nossa mãe da escravidão de trabalhar de mais e nossos irmão mais novo de passar fome, comendo de litrin vindo de budegas?” “vamo”, aí nós passemos a plantar em 1939 nós começamos a fazer lavra, 1940 fizemos muita fartura, a nossa casa se transformou-se em casa de muita fartura. A riqueza do pobre era milho no paiol, feijão no depósito, criar galinha, porco, criação [de caprinos e ovinos], era a riqueza do pobre, principalmente os que morava nas terra dos outros¹⁹.

Os casos específicos acima citados possibilitam enxergar algo do mundo rural vivenciados pelos narradores na Primeira República. Trata-se de um reordenamento das balizas de riqueza e poder na região. A hipótese é de que na virada do século XIX para o XX, mais especificamente no pós-1877 e pós-1884, as fazendas grandes tenderam a tornar-se médias, as médias pequenas, e as pequenas mais acessíveis aos historicamente excluídos da propriedade fundiária. Nesse ínterim, toda uma bagagem de experiências que tinha na família seu lócus de articulação, ganha uma nova significação social para os projetos de sobrevivência e melhoramento social. O trabalho está no

¹⁸ Entrevista com Elias Martins Vital, realizada em 12 de fevereiro de 2012, p. 5.

¹⁹ Entrevista com Elias Martins Vital, realizada em 12 de fevereiro de 2012, p. 4.

centro dessa transformação. Ao que tudo indica, a posse de terras não era suficiente para o exercício do poder político e econômico, mas sim, a capacidade produtiva da terra. Essa por sua vez era dependente de aspectos naturais (chuva e adequação do solo) e sociais. Terra rica é aquela sobre a qual existem trabalhadores produzindo. As memórias que aqui ressaltamos indicam esse universo e as possibilidades de atuação abertas nessa situação. Ora, se o proprietário fundiário “grande” depende da força daqueles que cada vez mais acessam algum torrão para seu sustento, cria-se um espaço de barganha em que as negociações de parceria, arrendamento e uma certa “ética camponesa”, apontam para os caminhos que a liberdade vinha oferecendo aos egressos do cativo. A instituição familiar dos trabalhadores rurais pobres congrega essas experiências. O trabalho familiar é sua ferramenta.

O que se entende como “trabalho familiar”? Não se trata absolutamente de uma categoria abstrata, genérica. A análise sobre os modos de existência no campo, nas primeiras décadas do XX, deve manobrar algumas variáveis de grande importância no interior do que estamos chamando de “trabalho familiar”. Uma delas responde às demandas por mão de obra ocasionais em empreendimentos agrícolas de maior monta; outra se refere aos significados do trabalho no interior das gerações que habitam o mesmo lar, isto é, entre pais e filhos(as) em dois ou três patamares. No primeiro caso, os pais de família que detinham um maior contingente de filhos poderiam mobilizar essa força agregando valor ao seu trabalho, tanto que enquanto os filhos não se casam, seus labores agrários são caracterizados como “ajuda” aos pais e não “trabalho” propriamente dito. No segundo caso, e em decorrência do primeiro, o casamento dos filhos os insere no mundo do trabalho face a necessidade de manutenção de um novo “fogo”, nova “cozinha”, nova unidade de consumo e de produção para esse consumo — momento de inflexão no interior da unidade familiar primitiva em que os acúmulos de víveres, necessários para momentos de menor oferta de trabalho e alimentos na economia doméstica, poderiam ser mobilizados para dar o pontapé inicial da nova família²⁰. Assim não só existem “formas sociais de se lidar com variações climáticas e sazonais a cada ciclo agrícola, [como também] há formas sociais para se enfrentarem as modificações

²⁰ “Aí eu me casei com o Alberto do “Bobô” e fui morar no Riacho do Pires, morei lá dois anos e de tudo de toda sementinha eu levei. Levei cinco marranzinha de ovelha, levei criação de galinha, levei uma vaca com um bezerro, uma vaquinha dando leite.” Entrevista com Maria Gustavo de Mesquita, realizada em sua casa na fazenda Extremas, Malhada Grande, Santa Quitéria-CE, em 17 de janeiro de 2009, p. 15.

impostas pelo ciclo biológico das pessoas e pelo ciclo de vida do grupo doméstico a que pertencem”²¹.

Um liberto moreno em tempos de escravidão

Para seu Elias Vital, dona Maria Gustavo e João Lourenço Filho, primos uns dos outros, não foi motivo de receio admitir que nas raízes de suas famílias existiram homens e mulheres que viveram com a liberdade cerceada. Esse tempo ficou no passado e lembrá-lo serviu muito mais para reforçar as diferenças hoje construídas, valorizando as conquistas de duas, três gerações, do que como aspecto denegridor da imagem que se tem. Todavia, muitas águas passaram sob a ponte entre a passado escravo reservado e o presente cidadão digno. São questões a serem tratadas mais adiante. Cabe por ora, analisar uma experiência de liberdade em tempos de escravidão, vivenciada pelo avô de dois entrevistados acima citados. Trata-se de André Lourenço Vieira, pai de Rosa Firmino, mãe de Elias Vital, avô portanto de nosso entrevistado; o mesmo André era também pai de João Lourenço Vieira, pai de João Lourenço Filho, avô portanto de nosso outro entrevistado. São pelas memórias dos dois netos que tentaremos nos aproximar dos significados da liberdade para os “morenos” egressos do cativeiro.

Ainda não consegui balizar temporalmente a vida de André Lourenço, apesar de que seja possível colocá-la em traços largos na segunda metade do século XIX, ao se considerar as informações de seu neto João Lourenço que nasceu em 1919 sem conhecer o avô vivo. Sabe-se também que ele fora casado com Raimunda Inácia do Espírito Santo e morou numa fazenda chamada “São Lourenço” antes do filho João Lourenço Vieira formar-se homem e constituir família.

Nosso entrevistado João Lourenço conta uma história em que seu avô foge de uma fazenda e acolhido noutra, o proprietário dessa não permite que ele seja retornado, aparentemente, apropriando-se dele ao comprar sua alforria. Fazendo-se o tal fazendeiro do passado seu João Filho narra que “(...) o patrão dele foi lá pra comprar ele novamente, ele [o fazendeiro] disse “não[,] nego desse não se vende, deixa ele aqui mesmo” aí ficou, comprou alforria.”²² O que se destaca da história são dois aspectos

²¹ GARCIA JR., Afrânio Raúl; HEREDIA, Beatriz Alasia de. “Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil” In. PIETRAFESA, Emilia; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.) **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. Estratégias de reprodução social. São Paulo: UNESP, 2009. p. 231.

²² Entrevista com João Lourenço Filho, realizada em 16 de janeiro de 2012.

também presentes e mais claros na narrativa seguinte: a transição da escravidão para a liberdade; relações hierárquicas horizontais no reconhecimento da liberdade do liberto.

Elias Vital narra uma história sobre seu avô, contada pelo seu tio João Lourenço Vieira, o qual dá voz na narrativa. A citação é longa embora não cansativa.

Meu pai André, era do tempo dos escravo, mas no tempo dos escravo existia um direito às vez um rapaz muito trabalhador por meio de bravura ou qualquer coisa, se libertava, patrão dava a liberdade a ele, chamava alforria. Ele [André] era forro. Ele trabalhava como diarista mas não como escravo, no dia que ele tivesse com o patrão e o patrão o aborrecesse, ele desatava a rede e ia embora. O patrão não podia assujeitar que ele era liberto. Então ele trabalhava numa fazenda com um senhor rico e nesse tempo as águas eram difícil, você sabe que o Ceará era seco, tinha os ponto consignado do gado beber e tinha um senhor que tinha uma cacimba de gado, que o gado bebia e... sempre tem gente mais ruim, e para o gado dos vizin não beber mandou cercar a cacimba, botar porteira e amarrar com corda que era pra ninguém entrar e o meu avô que trabalhava com o outro morador vizin foi dar água ao gado do patrão. Quando chegou lá meio dia, que o gado bebe nove pras dez hora, a porteira tava fechada e amarrada de corda, aí ele pensou “pra mim voltar pra casa com o gado do meu patrão que história é que eu tenho pra contar?” nesse tempo a gente tinha o direito de andar com uma faquinha de lado, [ele] puxou a faca, cortou as corda que amarrava a porteira tirou os [inaudível] da porteira, rebolou tudin de lado e deu água ao gado do patrão dele, voltou pra trás. [quando] Chegou não disse nada ao patrão, não disse o que é que tinha acontecido. Aí o dono da terra mandou mais tarde o escravo ir dar água ao gado, chegou na porteira tava aberto e chegou e disse “patrão, a porteira tava aberta” e diz assim “e quem foi?” “e não sei, sei que tinham visto uma pessoa lá que cortou as corda e rebolou os pau de lá e disse que tinha dado água ao gado lá, a cacimba tava toda pisada do gado” aí o patrão ficou calado aí procurou saber quem era aí disseram assim “foi o André, aquele... escravo, aquele morador, aquele trabalhador que trabalha lá com fulano de tal” ele não chegou a dizer o nome. Aí o patrão disse assim “pois diga a esse senhor lá que eu quero comprar aquele nego, que esse nego vale muito dinheiro, nego disposto desse é possível até ser segurança da gente”. Aí mandou chamar, aí o patrão disse “diga a ele que esse moreno não se vende por dinheiro nenhum, uma [por] que ele não é escravo e é um moreno de muito valor e não se pode vender, ele tem a carta livre pode trabalhar, pode viver a vida dele, ninguém pode prejudicar a vida dele.” E assim ele era um homem muito disposto e viveu até... não se assujeitava a homem nenhum, os direito era dele²³.

A narrativa permite muitas reflexões. Primeiro a condição de morador nos últimos tempos da escravidão parece muito aproximada a do escravo, e do liberto, haja vista a realização das mesmas atividades e o próprio convívio no mesmo estabelecimento rural, como se pode depreender da passagem em que fica dito que o escravo do “dono” da cacimba fez o mesmo trabalho de André, isto é, dar água ao gado na cacimba. A diferença talvez entre esses fosse não somente a condição civil, mas também e fundamentalmente, a racialização dessa condição, questão aliás, primordial da história toda. O que está em jogo é também o fato de que apesar do morador sem cor, do liberto

²³ Entrevista com Elias Vital, realizada no dia 12 de fevereiro de 2012, p. 01.

moreno e do escravo estarem fazendo a mesma atividade, André justamente por ser moreno foi alvo de tentativa de compra, o que da margem para pensarmos numa liberdade fragilizada, condicionada mesmo ao reconhecimento dessa condição no âmbito das relações pessoais por ele estabelecidas. Não bastava a “carta livre” que dava a André a condição de forro, mas o conhecimento e aceitação de todos, mormente aos poderosos a quem se dedicava como diarista, de sua condição “valorosa”, referência aos seus valores morais como dedicação ao trabalho e fidelidade ao patrão, ainda que sua cor morena não seja subtraída do discurso tanto tempo depois dos fatos narrados.

De modo muito semelhante ao concluído por Hebe Mattos (1998: 336), a “experiência de liberdade” dos homens livres despossuídos no final do regime escravista foi sendo apropriada pelos libertos. “Mobilidade e autonomia eram os signos mais fortes a identificar essa experiência, que se fazia, entretanto, estreitamente associada a relações costumeiras, de forte cunho pessoal e, muitas vezes, hierárquico”. Somente operando com as relações de força locais, com as possibilidades de sobrevivência na prestação de serviços agrários, com a própria liberdade de ir e vir ainda que condicionada a esses elementos, é que André e quantos outros libertos que não conhecemos tinham a possibilidade de não se “assujeitar” a homem nenhum, a liberdade de “desatar” sua rede e partir para outra fazenda quando se desentendesse com o “patrão” e não “senhor”, de ter “os direitos dele”, para usar a expressão final do narrador.

Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GARCIA JR., Afrânio R.; HEREDIA, Beatriz A. de. *Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil*. In: PIETRAFESA, Emilia; MENEZES, Marilda A. de; MARIN, Rosa A. (Orgs.) **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. Estratégias de reprodução social. São Paulo: UNESP, 2009.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**. Os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, Séc. XIX. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. **Marcas da escravidão: biografia, Racialização e Memória do Cativo na História do Brasil**. Tese (Professor Titular). Niterói: História/UFF, 2004.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. *O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas*. **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 5, v. 8, p. 170-198, 2004.

Paulo Henrique Souza Martins

Possui graduação em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2009), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (2012) e atualmente cursa doutorado em História pela Universidade Federal do Ceará.



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 12 | Nº. 22 | Jan./ Jun. 2020

Pamela Peres Cabreira

*Universidade Nova de Lisboa/ Instituto de História
Contemporânea / NOVA.*

cabreiraperes@gmail.com

TRABALHO DOMÉSTICO E REPRODUTIVO NA ESFERA CAPITALISTA: mulheres, exploração e segregação social.

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar um breve debate sobre “feminismo” e as condições de exploração das mulheres da classe trabalhadora. Especificamente, buscaremos a compreensão dentro deste contexto sobre os efeitos econômicos e sociopolíticos do trabalho doméstico não remunerado bem como a reflexão da mulher enquanto promotora do sistema de reprodução da força de trabalho. Para tanto, utilizaremos metodologicamente uma discussão bibliográfica, sobretudo pautada na História Social e base de dados.

Palavras-chave: Feminismo. Mulher. Trabalho doméstico.

DOMESTIC AND REPRODUCTIVE WORK IN THE CAPITALIST SPHERE: women, exploitation and social segregation.

ABSTRACT

This article aims to present a brief debate on feminism and the conditions of exploitation of working women. Specifically, we will seek understanding within this context about the economic and sociopolitical effects of unpaid domestic work as well as the reflection of women as an enabler of the reproductive system of the labor force. For that, we will use methodologically with bibliographical discussion, mainly based on Social History and database.

Keywords: Feminism. Woman. Housework.

Introdução¹

A exploração assistida no sistema capitalista atravessa as fronteiras do trabalho remunerado, acumulação de capital ou visão “meritocrática” da subordinação entre classes. Se tratando das mulheres, o nível tornou-se particular e praticamente romantizado. Ser mulher em capitalismo significa, dentre outras formas de exploração do trabalho, ser subserviente ao trabalho doméstico e à reprodução da força de trabalho que faz girar as engrenagens deste sistema. Não obstante, esse papel é desempenhado como “naturalizado” e, portanto, constitutivo do se fazer mulher.

As vias que percorrem este sistema e o mantêm, são duplamente cruéis: a mulher trabalha fora de casa, na composição do sustento familiar, produz o trabalho doméstico para a família e ainda tem a “obrigação” de arcar – na maior parte das vezes – com os desdobramentos do trabalho reprodutivo, a responsabilidade sobre a criação e educação dos filhos, além dos cuidados parentais. Partindo de um recorte de classe e de consciência sociopolítica, grupos vêm buscando dentro de seus núcleos familiares e centros de convívio, seja político ou particular, reverter este processo. No entanto, é ínfimo se comparado ao processo de naturalização do papel da mulher na sociedade, ressaltado diariamente pela mídia, pelo discurso hegemônico e, sobretudo, pelo enaltecimento do individualismo, da “superação”.

Ora, o capitalismo se mantém a partir da exploração de uma classe sobre a outra e, neste sentido, a classe explorada é quem reproduz o contingente de mão de obra para o sistema, ou seja, a mulher é considerada, nesta perspectiva, como produtora e mantenedora desta mão de obra a ser inserida no mercado, incluindo a ela própria. A construção lógica do capitalismo criando famílias nucleares, mantendo a mulher na função de casa e filhos e naturalizando este trabalho como inerente às mulheres, ganha, em proporções econômicas, subsídios para que este sistema se perpetue (ENGELS, 1984).

Como destaca McMurtry (1999), a força integrante e emergente,

no Terceiro Mundo é a força não remunerada das mulheres que ainda não estão desconectadas da economia da vida pelo seu trabalho. Elas servem vida, não reprodução de mercadorias. Elas são o alicerce oculto da economia mundial e o equivalente salarial de seu trabalho vitalício é estimado em 16 trilhões de dólares.

¹ Trabalho resultante do curso de Investigação Seminário em História Contemporânea, curso de Doutorado, Universidade Nova de Lisboa.

O trabalho doméstico não converte determinada matéria em produto material, mas sim executa a viabilidade para a reprodução da força do trabalho; sua remuneração ou programas de sociabilização é uma discussão ainda pouco levada a cabo, frente à contradição do sistema vigente de forma globalizada. Trazemos mais indagações que respostas; buscamos refletir e fazer um balanço sobre a relação entre mulheres trabalhadoras, relações de gênero e trabalho doméstico. Aqui nos baseamos na concepção de “gênero” enquanto uma “categoria útil de análise histórica” sendo “[...] um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, 14).

Feminismos e História Social

O termo *feminismo* reacende uma enorme colcha de retalhos de (re)significações e tende a distanciar-se da homogeneização do vocábulo. No entanto, o mesmo deve ser categorizado por nós, historiadoras e historiadores, de forma a compreender as nuances das reivindicações e faces da luta das mulheres e aqui, interessa-nos compreender a classe das *mulheres trabalhadoras*. Demarcar o início do feminismo enquanto reivindicador dos direitos das mulheres é algo muito impreciso, dado à dimensão multifacetada das demandas e da dificuldade corrente de expressar-se em sociedades que potencialmente machistas e patriarcais.

Podemos dizer que com a iminência da Revolução Francesa e o princípio dos ideais iluministas, a demarcação da igualdade de direitos começa a ser expressa e reivindicatória, como, por exemplo, Olympe de Gouges que em 1791 declarou a igualdade entre homens e mulheres frente aos direitos institucionais. Reivindica que “a mulher nasce livre e permanece igual ao homem em direitos. As distinções sociais só podem ser fundamentadas no interesse comum”². Guilhotinada em Paris em 1793, Gouges deixou o que pode se considerar o primeiro documento público a ser circulado na reivindicação clara dos direitos da mulher. Também em 1792 Mary Wollstonecraft publicou o manifesto de *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, dando início à intensa luta, com raízes na Inglaterra pela igualdade jurídica entre homens e mulheres,

² Esta fala é expressada por Olympe de Gouges em um documento, - “Declaração dos direitos da mulher e da cidadã” - que propôs à Assembleia Nacional da França, durante o período da Revolução Francesa 1789-1799.

sobretudo ao direito de sufrágio universal, capilarizado em diversos outros países ao longo dos séculos XIX e XX.

A dinâmica do século XX será intensificada por fatores ainda não presenciados na História, com um intenso desenvolvimento tecnológico (também como consequência da potência vivenciada em Guerra), que possibilitou ondas migratórias e uma superprodução desenfreada na intensificação de uma sociedade de consumo. A luta das mulheres neste cenário do século XX encontra dificuldades nas sociedades autoritárias que se estabeleceram neste período, mas também uma vaga de possibilidade em termos de reivindicações no espectro da mudança. Seja pela luta das mulheres negras nos Estados Unidos, pelas sufragistas ou pelas operárias de todo o mundo, as possibilidades se expandiram, a resistência se fortaleceu, as fileiras engrossaram, e isso certamente não passou despercebido, sobretudo na segunda metade do século.

No campo da História e, mais especificamente da História Social, convém resgatar e reclamar o estudo de gênero enquanto uma categoria que privilegia as relações entre sexos, uma percepção mais ampla sobre a história, e de perceber os motivos e causas da exploração e segregação feminina para chegarmos ao entendimento do por que as mulheres por tantos anos foram colocadas em segundo plano ou como meras coadjuvantes na historiografia mundial. A necessidade que se impõe atualmente, a nosso ver, é desmistificar o estudo de gênero dentro da História Social como militância desvinculada de aporte teórico e analítico para se compreender historicamente o papel desempenhado pelas mulheres, seja no campo teórico ou na própria prática enquanto “historiadoras”.

É importante salientarmos uma outra corrente analítica sobre a “segunda onda” do feminismo, quiçá a que mais influenciou mudanças e condições de luta a partir dos anos 1980. A progressão deste momento histórico do feminismo esteve embrincada com uma nova fase do capitalismo, seja ele na esfera da organização em torno do Estado, do processo de globalização e da intensidade do neoliberalismo (FRASER, 2008(a)). Apesar da força e importância que esta luta trouxe, precisamos inseri-la em um condicionamento, ou seja, demandas de reforma dentro do sistema capitalista. Quando a luta feminista se divide em várias frentes (cultural, política e econômica), passa uma impossibilidade de transformação institucional a nível de sistema e de regime, mas apenas a um nível cultural. “Frequentemente se entende que o feminismo da segunda onda provocou uma gigantesca revolução cultural, porém a crescente troca das

mentalidades não se tem traduzido em uma mudança estrutural e institucional” (Ibidem, p. 88) [*tradução minha, grifo da autora*]. Com a formação social hegemônica do pós-guerra, a separação da teoria e da prática dos objetivos feministas tornam-se mais agudos, principalmente porque o capitalismo tem o poder de regenerar-se, de absorver para si demandas de outros e transformar isso em algo positivo a ser inserido ou discutido dentro do sistema (Ibidem, p. 92). Portanto, a consciência histórica mais ampla do que é a luta pela igualdade de gêneros deve superar a lógica de consumo, mercantilização e segregação que transpassa o sistema capitalista.

Dentro desta lógica do capital, a separação em duas grandes frentes, sendo elas a *redistribuição*, ligadas às políticas de classe enquanto defensoras de uma reorganização econômica e política e, por outro lado, as políticas de *reconhecimento*, ligadas a reconhecer e integrar diferenças culturais. A separação das lutas entre estes dois campos cria um paradoxo que só será superado com a junção e o diálogo de ambos (FRASER, 2008(b)). A luta pela igualdade de gênero e pelos direitos das mulheres ultrapassam os campos individuais de embate, mas sim a compreensão do todo social e dos mecanismos que nos são dados como naturais.

Especificamente no campo da História, o caminho trilhado percorreu o estudo da “História das Mulheres” que, embora importante por levantar questão da mulher na história, ficou restrita muitas vezes à análise descritiva e que não reforçaram consequências analíticas do saber histórico dentro deste contexto (PINSKY, 2009, p. 161). A virada neste campo se deu, sobretudo, a partir da problematização conceitual entre “sexo” e “gênero”, um importante ponto de inflexão na área de história dos anos 1990.

Joan Scott publicará nos Estados Unidos um artigo na *The American Historical Review* (1986), que na versão para o português intitula-se “Gênero, uma categoria útil de análise histórica”, onde a autora fará uma crítica à História e a forma organizacional de se perceber as diferenças de sexo, sendo a narrativa histórica sempre tendente à reprodução social do momento da escrita. Falar de gênero significaria, portanto, a relação entre homens e mulheres, mulheres e homens, uma construção constante entre ambos no sentido de “gênero”.

No entanto, a utilização do termo e da funcionalidade de “gênero” não foi muito utilizada no campo historiográfico, sendo adotada com mais vigor em outras áreas, em geral com caráter interdisciplinar, numa constante dificuldade em relacionar as disputas entre categorias como “gênero” e “feminismo”. Gênero estaria associado ao trabalho de

acadêmicos enquanto feminismo, teoria feminista ou filosofia feminista estaria mais próximo à militância (PEDRO, 2011, p. 274). Para a autora Teresa Aguilar García (*apud* PEDRO, 2011, p. 275) estaríamos vivendo na “terceira onda”, a da pós-modernidade, enquanto ainda existe uma “quarta onda”, a da teoria *queer* de Judith Butler, na quebra das análises binárias entre natureza (sexo) e cultura (gênero), onde o sexo não seria algo naturalmente constituído, sendo “um ideal regulativo materializado num corpo por meio de práticas normativas reiteradas”.

Podemos demarcar, portanto, a distinção de análise entre a História Social da corrente historiográfica de vertente marxista com Louise Tilly, Eleni Varikas e Catherine Hall, composta, sobretudo, por Edward Thompson, Eric Hobsbawm, Natalie Davis, Michelle Perrot e, também, do pensamento pós-estruturalista, sobretudo com Joan Scott e Judith Butler sob influência das obras de Foucault e Derrida (PINSKY, 2009, p. 159). Apesar das diferenças de análise e perspectiva, ambos recorreram em compreender gênero enquanto categoria analítica, sendo na narrativa ou na experiência. É importante ressaltarmos que a organização histórica de classe também deve ser percebida em sua relação de gênero e como essa construção e estes papéis assumem diferentes importâncias para a escrita da história.

Neste percurso historiográfico dos conceitos, podemos salientar dois importantes pontos de análise que permitiram uma desmistificação do estudo de gênero enquanto apenas militâncias, mas afirmando seu embasamento próprio de categoria analítica: o questionamento sobre o termo “sexo” por remeter-se ao biológico que encontra suas raízes no século XIX em um processo de justificativa das desigualdades sociais em países colonizadores, onde se estabeleceu definições “naturais” para o que de fato é social (STOLCKE, 1980, p. 94-95), tendo, portanto, sua substituição por “gênero” enquanto uma relação cultural, uma “construção social das diferenças sexuais” (PINSKY, 2009, p. 162); e a utilização acadêmica do conceito “feminismo” enquanto defesa dos direitos das mulheres com base na igualdade política econômica e social.

Dentro desta discussão conceitual na historiografia, sobretudo na “segunda onda”, temos a oposição entre análise social baseada no marxismo e o pós-estruturalismo, colocando de forma prática as delimitações linguísticas, de discurso, diferenças e desconstrução enquanto formadoras do todo social e não apenas questões de representação teórica. Já em correntes de análise histórica marxista, levar-se-á em conta que é no sistema capitalista que estas relações de poder se intensificam e que é dentro deste sistema que o controle da força do trabalho feminino envolve também a sua

domesticação, sua posição subalterna dentro das relações familiares e conjugais, partindo de uma necessidade deste sistema em realizar a manutenção do fator reprodutivo e de ter um “exército de reserva” com baixo custo. Entendemos que, apesar da importância em se levantar diferentes propostas teóricas de análise e do endossamento no pós-estruturalismo em compreender a mulher enquanto sujeito histórico e a categorização de gênero enquanto uma possibilidade analítica, ou na corrente marxista em pensar as relações de classe, poder e produção, não é possível constituir uma pesquisa historiográfica sem associar elementos destas duas correntes. É necessário que tenhamos em conta as atribuições históricas aos conceitos que utilizamos em nossa escrita histórica de forma a compreender suas subjetividades e significações na prática social. Em paralelo, perceber o modo de produção a que estamos submetidos e como estas relações se constituem na opressão do feminino, são, fundamentalmente, ângulos de visão que precisam coadunar para termos progresso no entendimento do uso da categoria analítica de “gênero”, de suas relações e consequências.

Logo, enquanto historiadoras e historiadores de uma vertente que pensa o todo social, problematizar o papel histórico da mulher – nesta constante relação entre gêneros -, em trincheiras específicas ou mesmo de forma a teorizar os aspectos específicos desta luta, torna-se um objeto pertinente e muito necessário na concretização no campo da História Social. Não se trata aqui de perceber a “participação” da mulher em determinados eventos. As mulheres não participam de eventos protagonizados por homens ou eventos nitidamente masculinos. Elas estão estreitamente ligadas a estes acontecimentos mesmo que de forma embaraçada e escondida pelos determinantes a que pretendemos, ao pesquisar e escrever História, desfazermos. Neste caso, as categorias de análise “gênero”, “mulher”, “feminismo”, contêm em si próprias, histórias, construções.

Mulheres e capitalismo

A centelha da Revolução de Fevereiro, marco da virada histórica na luta pela construção do socialismo no século XX, inicia-se com as mulheres tecelãs em Petrogrado, convocando a greve e encarando os embates da repressão por seus atos reivindicativos contra o sistema opressor e insalubre em que viviam. A consciência e sabedoria pelas fraquezas e necessidades por que passavam se mostravam presentes

na face da mulher mãe, trabalhadora, doméstica, esposa que fizeram levantes e atraíram tanto mulheres trabalhadoras como homens e soldados.

Muitas foram as conquistas das mulheres na União Soviética após 1917, como o sufrágio universal, o direito ao divórcio, o casamento tornou-se civil, direito ao seu próprio dinheiro, tiveram a legalização do aborto sob licitação. O primeiro passo havia sido dado para compreender que a mulher era e é chave fundamental na busca por uma sociedade igualitária e que sem paridade entre homens e mulheres em todos os aspectos da vida, este objetivo torna-se nulo.

Ainda utilizando a União Soviética como exemplo, teremos a partir da década de 1930 um período de maior intensidade da contrarrevolução e do desmonte do Estado social soviético, recorrendo à família para maior burocratização, na manutenção de hierarquias e no disciplinamento das camadas jovens da sociedade. As conquistas dantes tornaram-se perigosas demais para sustentar um regime que não visava a igualdade social, econômica e política. É necessário compreender, portanto, como as instituições do casamento e da família servem como perpetuadoras das relações de poder, e como a subordinação do feminino é uma das formas de manutenção da dominação e das “relações sociais de dominação” (STOLCKE, 1980, p. 87).

Ser mulher na sociedade capitalista significa estar além de um campo de análise puramente econômico e social, mas envolve também os significados de um *status* do privado e das características que levaram a mulher ao nível de superexploração como algo “natural”. Não podemos, pois, iniciar uma discussão acerca do trabalho doméstico sem ponderar condições como o casamento, a maternidade, a família nuclear e como estes fatores foram propositalmente interligados de forma a favorecer o atual sistema de produção.

Ainda neste sentido, os conceitos de “família” e “mulher” devem ser compreendidos de acordo com a classe, raça/etnia, seus significados são alterados dependendo da posição social que se ocupa, tendo em vista que a classe dominante é a perpetuadora das condições estabelecidas para o jogo desta sociedade. Preocupamo-nos especificamente com a mulher trabalhadora, com a classe operária e com as condições de subordinação que a elas são impostas.

Se analisarmos uma vertente analítica do marxismo econômico, pautado apenas nas relações de produção, teremos em vista que a emancipação da mulher esteve ao longo de muitos anos associada à sua possibilidade de trabalhar fora de casa, conquistar certa independência financeira e, a partir disso, desfrutar de certa liberdade e

“igualdade”, uma vez que esta estaria finalmente inserida em uma cadeia de trabalho “produtivo”, ou seja, que gere capital.

Uma vez que o trabalho doméstico é considerado como improdutivo, quem o executa é automaticamente rebaixado e colocado à margem da subordinação. Desta feita, uma superação da divisão sexual do trabalho deve ser um objetivo dos estudos de gênero não apenas em sua face teórica, mas também prática.

Como destaca Stolcke (1980, p. 84) a condição feminina na sociedade capitalista está estritamente vinculada à significação da família e do casamento enquanto reprodutores da desigualdade social entre gêneros. O ponto chave seria, portanto, o poder de procriação, ou seja, da sexualidade feminina na base da reprodução das relações de classe, tendo, por exemplo, no casamento, uma ferramenta de subordinação com diferentes significados em diferentes classes. Na lógica de Stolcke (1980, p. 85), por mais que se incorpore as mulheres no “trabalho produtivo”, isto não irá desencadear a emancipação, uma vez que a raiz do problema está na subordinação familiar e no controle da sexualidade. A emancipação só irá ocorrer de fato quando a mulher for incluída na “produção social”.

As condições atravessadas pelas mulheres no âmbito da família enquanto “instituição burguesa” traduzem-se em um mecanismo de repressão e dominação da reprodução sobre o papel inferido à mulher. Engels tomou esta discussão (baseando-se também em notas etnológicas de Marx) em sua obra *A origem da família, da propriedade e do Estado*, (1884), onde o autor buscou nas relações de descendência, herança e família patriarcal como causadores da situação a que evoca as mulheres um papel especificamente de interesse para a reprodução do sistema capitalista. Partindo da premissa de que o papel da mulher estaria atrelado à monogamia na garantia da linhagem e em seus dotes naturais de maternidade, sua dependência econômica face ao marido e sua subordinação sexual são fatores que produzem com mais substância a sua legitimação.

Para Engels (1984, p. 61), a domesticação do papel feminino e da maternidade enquanto ofício fundamental seriam a causa da “*grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo*”. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, e escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução” [grifo do autor].

Ora, quando Engels defende que a partir do sistema de herança patrilinear, a necessidade de fidelidade da mulher tornou-se indispensável e ferramenta de controle

para o sistema, compondo uma família nuclear monogâmica, onde o homem tem suas liberdades sexuais naturalizadas e a mulher não, pode-se estar atribuindo que a subordinação da mulher está associada a sua função de procriar, condicionada a fidelidade sexual ao marido, colocando que a questão da reprodução está associada, portanto, no sentido de “produção”, ao fim e ao cabo a libertação e reincorporação da mulher dar-se-á logicamente através de sua inserção à indústria social do trabalho (STOLCKE, 1980, p. 89).

Logo, o principal ponto de reflexão é se a segregação feminina está atrelada à sua exclusão da “produção social” ou se insere no âmbito da perpetuação das relações de opressão, submissão e reprodução cingidas pela instituição da família, casamento e herança, instituindo à mulher a primazia no trabalho doméstico e na desvalorização que este trabalho representa socialmente. “Na sociedade de classes, em outras palavras, a divisão sexual do trabalho – a ‘domesticação’ das mulheres – é, em última instância, produto do controle dos homens sobre a sexualidade e a capacidade reprodutiva das mulheres a fim de assegurar a perpetuação ao acesso desigual aos meios de produção” (Idem).

Esta posição marxista pode ser criticada ao passo que determina uma valorização apenas do trabalho de “produção”, atribuindo valor única e exclusivamente ao trabalho que se produz materialmente, colocando a mulher, assim como a natureza, como algo a ser servido “passivo e dominado” (Ibidem, p. 90). Logo, atribui-se a inferioridade e subordinação da mulher ao trabalho doméstico, desvalorizando-o na ótica do trabalho sob uma visão unicamente do capital e da produção. Percebemos que esta corrente analítica proposta por Stolcke corrobora com os impasses enfrentados até os dias atuais na luta feminista. A libertação da mulher e sua posição de equidade social não será possível apenas nos moldes de sua emancipação econômica, mas sim quando as amarras da construção social em torno das “obrigações” matrimoniais e da maternidade como algo destinado naturalmente às mulheres, findar-se.

Ainda há que se destacar a contradição existente – já ensaiada em alguma medida por Stuart Mill em *The Subjection of Women* (1869) - entre a ética liberal na concepção de que o mérito e a possibilidade de enriquecimento é responsabilidade de cada indivíduo, bastando que o mesmo se esforce a ponto de alcançar privilégios dentro da sociedade capitalista. Ora, se o sucesso é individual e indiferente aos fatores sociais, qual então é a necessidade da família nuclear e da aposta de que a monogamia (que sempre é cobrada socialmente para as mulheres) seja um fator diferenciador na linha de

herança de uma família? Qual o sentido da obrigação doméstica que recai unicamente sobre a mulher, já que depende de cada indivíduo, independentemente do sexo, de suas lutas e sucesso profissional e social?

A formação da família burguesa nuclear e paternalista e, como já destacamos, sendo a classe dominante responsável por disseminar e hegemonizar os interesses sociais, exemplificará um modelo parecido nos outros estratos sociais, no qual a mulher necessariamente é a única responsável pelo lar, pelas atividades domésticas, pelo trato dos filhos e muito melhor se ainda trabalhar “para fora” e constituir renda a ser destinada exclusivamente para o orçamento doméstico. Claro que este imperativo é fundamentado e de maior interesse, sobretudo para a burguesia, visto que esta tripla jornada feminina implica na produção gratuita de trabalho em suas próprias casas, sem transformar essas tarefas em algo capitalizado e, além disso, coloca na conta da mulher a responsabilidade pela reprodução biológica da mão de obra que manterá este sistema. Complexo e tremendamente inescrupuloso, o sistema que vivemos hoje não é natural, não é espontâneo. Foi desenvolvido e pensado de forma a manter uma base de produção do sistema capitalista sem custos para determinadas atividades, como o doméstico, no incentivo moderno da meritocracia e da submissão feminina como algo propositivo e ideal para o bom andamento da sociedade.

Teóricos revolucionários como Leon Trótsky e V. Lenin também traçaram em perspectiva que o papel da mulher deve extravasar a esfera do trabalho em casa, sobretudo livrando-se da “escravatura doméstica” (SMITH, 2015). Neste aspecto, a mulher é vista como uma reprodutora de mão de obra, a responsável por garantir a existência e a reprodução da mão de obra trabalhadora dentro de casa, no âmbito doméstico e reprodutivo. Este aspecto traz em contrapartida o dobro de esforço necessário para a manutenção da família, visto que quanto mais filhos se tiver, mais recursos será necessário. Ainda nesse sentido, para Lênin (*apud* STOLKE, 1986, p. 85),

a mulher, tendo de dedicar-se às tarefas domésticas, continua vivendo sob restrição. Para que haja a completa emancipação das mulheres e sua efetiva igualdade é necessário criar uma economia coletivizada e fazer com que as mulheres participem do trabalho produtivo comum. Apenas então as mulheres ocuparão a mesma posição que os homens... as tarefas domésticas... são, na maioria dos casos, as mais improdutivas, bárbaras e penosas dentre aquelas que elas executam.

Apesar da luta pela emancipação da tarefa doméstica e da inserção da mulher no trabalho dito produtivo, outras características da construção social em torno do papel

feminino devem alterar-se. A posição de repressão dentro da instituição do casamento, por exemplo, é fator delimitante para que se discuta uma fronteira maior dos pontos de libertação feminina, em relação às construções sociais que naturalizam posições e obrigações por se ser mulher. De fato, “uma revolução social será incompleta sem uma transformação radical das instituições – casamento e família – que são um dos pilares para a perpetuação da desigualdade sexual e social” (STOLCKE, 1980, p. 87).

Os fatores econômicos e o trabalho doméstico

O que representa o trabalho doméstico para a economia de um país? Pensando em fatores unicamente pragmáticos dentro da lógica do capitalismo, ele é um trabalho produtivo particular para o indivíduo, mas não capitalizado. Segundo o relatório da OCDE de 2014, as mulheres fazem a maior parte deste trabalho não remunerado, em média, trabalham duas vezes mais que os homens nos afazeres da casa³. Isso claro, não inclui o trabalho da reprodução social tampouco o trabalho do cuidado familiar. Portanto, o que o modelo econômico hegemônico de hoje nos apresenta? Nos apresenta uma divisão entre uma fatia produtiva, que produz bens de consumo, de energia, material etc. na relação entre trabalho – emprego – salário e, por outro lado, uma grande fatia não produtiva fisicamente, mas de reprodução não contável. Neste ponto, temos uma redução dentro do sistema mercantil capitalista do que é o trabalho se ele estiver vinculado absolutamente à ideia de emprego.

Como referimos anteriormente, dentro desta dinâmica, quem realiza o trabalho inerente à sobrevivência humana (cozinhar, lavar, limpar, cuidar, gerir e reproduzir vidas), trabalho este concentrado numa parcela majoritariamente feminina, não é contabilizado ou valorizado estatística e economicamente dentro de dada sociedade.

O emprego, veja bem, e não o trabalho, passa a contar com condições de bem estar e seguridade social. Apenas quem está inserido nesta lógica empregatícia e mercantilizada é que tem determinados direitos sociais e, portanto, temos a determinação da sociedade em uma lógica meramente baseada numa esfera mercantil e não na esfera do trabalho não-remunerado, - falta de creches, recorrer a família para cuidado dos filhos, pagamento de trabalhadoras “a dias” mantendo uma lógica voltada à precariedade. Desta forma, as necessidades da esfera mercantil sobrepõem-se à

3 Disponível em: <<https://www.weforum.org/agenda/2016/04/why-economic-policy-overlooks-women/>>. Acesso em 01 abr. 2018

organização social, que fica à mercê dos interesses e da conjuntura produzida pela estrutura mercantil. O bem estar das pessoas trabalhadoras não importa nada, pois a lógica que organiza o espaço mercantil é maximização do lucro e não do bem estar social. “Por isso, a produção em termos capitalistas não pode existir como as pré-condições de vida, o trabalho não pode ser produtivo se não se produz anteriormente vida” (HERRERO, 2015, s/p).

Basicamente, a economia é uma ciência que estuda e analisa os processos de produção, acumulação e as proporções de consumo de bens materiais, ou seja, cria, instrumentaliza e adapta condições mercantis dado um espaço sociopolítico. Logo, o Produto Interno Bruto (PIB) é um indicador nacional que quantifica a soma de bens e serviços da economia, sendo uma de suas ferramentas de avaliação do “desempenho” capitalizado dentro desta sociedade. Uma vez que nesta conta entre apenas “produção”, em seu sentido mais estrito, o trabalho doméstico e de cuidados torna-se excluído, servindo para a desvalorização e o aumento abismal entre as condições preexistentes entre homens e mulheres, uma vez que estes serviços recaem em sua maioria sobre elas. Este trabalho não remunerado é, em outras palavras, uma economia para o Estado em não se responsabilizar pelo trabalho de reprodução, sobretudo da classe trabalhadora. Lembremos que a lógica da família nuclear nos moldes da família burguesa dá-se em um momento de crise da mão de obra, - leia-se o período vitoriano, Inglaterra. Ao reproduzir, de uma maneira mais precária, a família proletária à família burguesa, essa novamente condiciona a mulher ao trabalho doméstico e dos cuidados, numa promessa de um salário “familiar” trazido pelo homem. Claro que, ao ser colocado em uma situação de precariedade não recebendo um salário que vá além de sua reprodução biológica, a mulher inicia sua dupla, tripla jornada de trabalho, poupando ao sistema que se preocupe em criar mecanismos de manutenção de todos os caminhos e meandros da reprodução da força de trabalho.

No Brasil, a proposta da PL-7815/2017 pela deputada Ana Perugini (PT-SP) seria então de criar uma “conta satélite” para se ter a noção de quanto trabalho não remunerado é exercido no país, de forma a lutar, por exemplo, pelo adicional de anos de trabalho na previdência social, enquanto o IBGE ainda discute padronizações para atribuir valor a determinadas atividades dentro do campo doméstico.

A discussão sobre inserir o trabalho doméstico no PIB brasileiro ganha fôlego com um grupo de pesquisa da Universidade Federal Fluminense, com a pesquisadora Hildete Pereira de Melo, professora de economia desta faculdade. Segundo a autora, se

calculássemos o PIB do Brasil em 2015 baseado no trabalho doméstico, o mesmo valeria 11% do total representado no país, no México, que já cria esta estimativa no cômputo nacional, os afazeres domésticos ficam com 24,5% do PIB nacional⁴. Claro que com base em médias estatísticas, a pesquisadora consegue nos fazer refletir de que forma as mulheres estão sendo excluídas do sistema mercantil e como estas perdem direitos sociais conquistados ao não terem estes números para suas contas pensando em previdência social, por exemplo. Não é possível sustentarmos um sistema que mensure a economia apenas na sua forma produtiva e não reprodutiva.

Para termos como exemplo, o cálculo utilizado pelos pesquisadores funciona com a atribuição de horas a dadas atividades e multiplicado pelo horário médio de rendimentos de trabalhadores domésticos empregados para tal função (percebam que até mesmo neste “cargo” empregatício o salário do homem é superior ao da mulher: enquanto um homem recebe em média R\$5,75 por hora, uma mulher, com a mesma atribuição, recebe R\$ 5,36 por hora) e multiplica-se pelas horas gastas em trabalho doméstico e de cuidados.

Em entrevista à Carta Capital (2017)⁵, Melo afirma que 82% das atividades domésticas e de cuidado são realizadas por mulheres, onde 40% destas são “chefes de família”, são a única ou maior renda e, por fim, 40 milhões de mulheres brasileiras tem como única atividade o trabalho doméstico não remunerado.

“Visibilidade é a palavra chave. É por isso que calcular o valor das atividades domésticas tem muito mais a ver com divisão sexual do trabalho do que com as [Contas Nacionais](#), aquelas que calculam o PIB do país. “A não valoração decorre da discriminação sofrida pelas mulheres, a quem foi delegada a execução dessas atividades. A teoria econômica não fala nada sobre a economia reprodutiva, é tudo sempre pelo viés mercantil, só se trata do que se vende. Mas não se cria uma criança, se cuida de um idoso ou doente para vender”, ressalta Melo (Idem).

Outra organização de peso que levanta esta bandeira é a ONU Mulher, ao defender que o trabalho não remunerado, praticado na sua maioria por mulheres, deveria sim ser contabilizado no PIB nacional. Comparam que na Argentina, 7% do valor nacional seria atribuído ao trabalho doméstico enquanto em um país “menos desenvolvido”, esse número subiria para gritantes 63%. Segundo a ONU Mulher, “é um trabalho altamente estereotipado. Nós temos dados que mostram que aproximadamente 75% de todo

4 Cf. MELO, Hildete Pereira de. et al. Os afazeres domésticos contam. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 3(31), dez. 2007.

5 Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/economia/trabalho-domestico-nao-remunerado-vale-11-do-pib-no-brasil/> >. Acesso em 12 abr. 2018.

trabalho doméstico não remunerado é realizado por mulheres e meninas”, afirmam, ainda que “[...] isso penaliza as mulheres porque ser responsável pela maior parte deste trabalho traz consequências como não conseguir ter um trabalho de período integral, com um salário decente”⁶. Ou seja, para nós, é essencial que, para além da contabilização do que este trabalho significa materialmente para a sociedade, é necessário também enxergar o papel político desenvolvido por detrás desta atividade. O capitalismo lucra com a incansável jornada reprodutiva das mulheres.

Para além desta discussão, há ainda outro ponto importante a ser citado, não discutido infelizmente pelo objetivo deste trabalho, mas do processo de vulnerabilidade pelo qual estas mulheres passam a serem consideradas as “donas do lar”. Seguindo as estatísticas citadas anteriormente, 40 milhões de mulheres no Brasil, ou seja, algo em torno de 20% da população total, tem unicamente como função o trabalho não remunerado. Trabalho este mistificado como trabalho a ser feito mesmo por mulheres, por ser rigorosamente deixado de escanteio pois não há “retorno material” para a sua atividade. Façamos um exercício de lembrar na nossa infância como este trabalho era (ou ainda é) feito e quem o produzia. À mulher é natural o “dom” de limpar, cozinhar, cuidar de alguém. Se um homem o faz, é quase um espetáculo a ser glorificado. A segregação de gênero tem diversas raízes mas a da família nuclear é visceralmente importante de compreendermos e termos em conta sua não naturalidade.

Para Silvia Federici (1975, p.3), nos núcleos onde a mulher ainda é a “dona de casa”, o capitalismo,

Ao mesmo tempo, disciplinou o trabalhador masculino, tornando sua mulher dependente de seu trabalho e de seu salário, e aprisionou-o nessa disciplina dando-lhe um servo depois de ele mesmo ter feito tanto serviço na fábrica ou no escritório. De fato, nosso papel como mulheres é ser as servas não-remuneradas, mas felizes e, acima de tudo, amorosas, da “classe trabalhadora”, ou seja, aquelas camadas do proletariado às quais o capital foi forçado a conceder mais poder social (*tradução minha*).

Ou seja, a prisão da mulher imbricada pelo sistema capitalista pende entre servir fisicamente, emocionalmente e também sexualmente, dentro de um casamento heteronormativo e que corresponda aos costumes morais de praticamente todas as sociedades ocidentais. Logo, a luta da mulher dentro da sociedade trespassa todos os níveis possíveis de sua experiência: familiar, pessoal, enquanto trabalhadora.

6 Cf. <https://www.onumulheres.org.br/>. Acesso em Abril de 2018.

Não pretendemos aqui trazer respostas ou afirmações peremptórias sobre a problemática do trabalho doméstico feminino, tampouco esgotar as discussões acerca das perspectivas feministas. Propus-me a levantar “pulgas atrás da orelha” sobre esta junção de temas e por isso, deixo aqui algumas reflexões e apontamentos. A luta pelo reconhecimento do trabalho doméstico enquanto trabalho de fato, só será possível, como citado anteriormente, com uma intensa e profunda alteração nas nossas relações sociais e educacionais. Para já, exigir mudanças no que concerne o trabalho doméstico em si já é um ato de reverter a lógica imposta pelo capitalismo, considerando que este não é inerente à natureza feminina, mas sim um trabalho de produção dentro da reprodução da força de trabalho. Além disso, a luta pelo reconhecimento do trabalho doméstico não deve se restringir à entrada na lógica mercantil e financeira, mas sim paralelamente à luta pela igualdade de gênero, de direitos e de posições sociais.

Conclusões

A discussão e o debate sobre o que são os “feminismos”, quais são suas propostas e suas direções ainda está aberta e com perspectivas analíticas que ultrapassam os limites possíveis deste artigo. Contudo, faz-se necessário falar sobre o androcentrismo ainda muito presente não só na sociedade e no dia a dia, mas na academia e na produção de conhecimento. Trazer para o debate o papel da mulher no mundo contemporâneo é mais do que necessário, e, para isso, buscamos um indicador exemplar que é o trabalho doméstico. Além disso, a problematização dentro da área de História sobre o uso de conceitos deve ser repensada de forma à compreendermos o processo histórico na relação constante entre os sujeitos que a compõem.

O trabalho doméstico e de cuidados precisa começar a ser encarado com uma valorização social do que este representa, do quão importante este é para que seja viável a manutenção da economia em uma sociedade capitalista. Particularmente, creio que há a necessidade de irmos além desta discussão da inclusão ou não dos afazeres domésticos no cômputo nacional. Isto deve ocorrer para que, quantitativamente e representativamente, a visão sobre estas tarefas mude através de educação participativa e mudanças estruturais na concepção burguesa da família nuclear. Uma vez que este número significa o quanto o Estado economiza em ter de criar alicerces para que o seu núcleo mercantil continue, deveríamos, no mínimo, cobrar contrapartidas para que medidas sejam tomadas de forma a equilibrar a balança deste trabalho. Contabilizar horas de trabalho doméstico para as garantias sociais, a obrigatoriedade de creches e

escola gratuita para todos, pautadas em uma não sexualização do trabalho como ponto educacional, cantinas populares, lares de idosos e um sistema de saúde que garanta determinados cuidados à especialistas e não às mulheres e familiares. Estes são apenas alguns exemplos na tentativa de demonstrar a força brutal que o trabalho reprodutivo representa na nossa sociedade. E ele tem que ser levado em conta para a garantia da melhoria de vida dos trabalhadores e trabalhadoras que estão inseridos neste sistema.

Referências

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FEDERICI, Silvia. **Wages against housework**. Ed. Power of Women Collective and Falling Wall Press, 1975.

FRASER, Nancy. *El Feminismo, el capitalismo y la astucia de la historia*. Conferência realizada no **Coloquio Género y ciudadanía: nuevos y viejos dilemas, entre la igualdad y la diferencia**, 2008(a).

FRASER, Nancy. *La justicia social em la era de la política de identidade: redistribución y participación*. **Revista de Trabajo**, ano 4, n. 6, ago/dez, pp. 83-99, 2008(b).

GOUGES, Olympe. (Marie Gouze) **Declaração dos direitos da mulher e da cidadã**. 1791. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewFile/911/10852>>. Acesso em 15 jan. 2018.

HERRERO, Yayo. **Conferência Lo que la economía convencional oculta**. Teatro del Bairro, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=z3y8PgsFJNQ&feature=youtu.be>>. Acesso em 04 abr. 2018.

MCMURTRY, John. **The Cancer State of Capitalism**. Londres: Pluto Press, 1999.

PEDRO, Joana. *Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea*. **Topoi**, v.12, n.22, jan/jun, pp. 270-283, 2011.

PINSKY, Carla Bassanezi. *Estudos de Gênero e História Social*. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(1), 296, jan-abril, 159-189, 2009.

SCOTT, Joan. *Gênero, uma categoria útil de análise histórica*. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, 16(2), 5-22, jul/dez, 1990.

SMITH, Sharon. *Marxismo, feminismo e a libertação da mulher*. Disponível em: <<https://feminismosemdemagogia.wordpress.com/2015/05/24/marxismo-feminismo-e-a-libertacao-da-mulher-por-sharon-smith/>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

STOLCKE, Verena. *Mulheres e trabalho*. São Paulo, **Estudos Cebrap**, n. 26, 1980.

Pamela Peres Cabreira

Doutoranda em História pela Universidade Nova de Lisboa. Integrada ao Instituto de História Contemporânea. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Este trabalho contou com financiamento da FCT (UI/BD/150943/2021) e CAPES/Doutorado Pleno/Processo nº {88881.129278/2016-01}.



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 12 | Nº. 22 | Jan./Jun. 2020

Antônio Roberto Xavier

*Professor permanente da UNILAB
roberto@unilab.edu.br*

Lisimére Cordeiro do Vale Xavier

*Universidade Federal do Ceará (UFC)
lisirobert@hotmail.com*

Glauber Robson Oliveira Lima

*Universidade Estadual do Ceará - UECE
Profglauber80@gmail.com*

HISTÓRIA E EDUCAÇÃO NO CEARÁ: da Colônia à República Velha.

RESUMO

O presente artigo tem como escopo principal abordar sucintamente sobre a História da Educação do Ceará no período compreendido entre a Colônia e a República Velha (1500-1930). Trata-se de uma escrita teórica de exploração bibliográfica com considerações não lineares, mas pontuais acerca dos principais desafios enfrentados no âmbito do desenvolvimento da educação no Estado do Ceará.

Palavras-chave: História da educação. Colônia. República Velha.

HISTORY AND EDUCATION IN CEARÁ: from Cologne to the Old Republic.

ABSTRACT

This article has the scope briefly address on the History of Education of Ceará in the period between the Colony and the Old Republic (1500-1930). This is a theoretical writing bibliographic exploration with nonlinear considerations, but off on the main challenges faced in the development of education in the state of Ceará.

Keywords: History of Education. Cologne. Old Republic

Preliminares

A história da educação do Ceará ainda é um universo pouco conhecido. Somente a partir de 1995 se inicia um processo mais sistemático de pesquisas na área, que tem resultado em teses e dissertações, bem como alguns relatórios de pesquisas (BEZERRA; FREITAS; JÚNIOR; BASTOS, 2006, p. 9).

A citação da epígrafe foi intencional e, talvez, porque melhor justifique o desenvolvimento deste artigo. Este trabalho tem a finalidade precípua de identificar a história da educação do Estado do Ceará remontando ao encontro de suas origens. Para tanto, a consulta de fontes secundárias de obras literárias e fontes documentais robusteceram esta escrita em busca da História da Educação não como um todo, mas a partir de um cenário, de um lugar, de um espaço habitável, simbolizado e representado por entes humanos: o Estado do Ceará. Cabe ressaltar que não estamos propondo a história do lugar ou história de uma região ou de uma microrregião por ela mesma e suas exclusivas especificidades. Todavia, faz-se necessário elencar alguns pontos, a partir da cognominada história local ou estudo do meio não como um fim em si mesmo, mas como um marco inicial de partida. A história a partir dos locais trata da história estreitamente ligada

[...] à história do cotidiano ao fazer das pessoas comuns participantes de uma história de uma história aparentemente desprovida de importância e estabelecer relações entre os grupos sociais de condições diversas que participaram de entrecruzamentos de histórias, tanto no presente como no passado [...]. A história local pode simplesmente reproduzir a história do poder local e das classes dominantes [...]. Para evitar tais riscos, é preciso identificar o enfoque e a abordagem de uma história local que crie vínculos com a memória familiar, do trabalho, da migração, das festas [...] (BITTENCOURT, 2004, p. 168-169).

Com efeito, a importância de identificação não do lugar geograficamente delimitado, mas do espaço do qual os sujeitos são oriundos e carregam consigo a gênese da identificação cultural e histórica proveniente do seio de suas relações e ações humanas em coletividade. Neste sentido, “[...] a geograficidade se impõe como condição histórica [...] a partir do conhecimento do que é território” (SANTOS, 2006, p. 13).

O espaço ou território delimitado por seu substrato físico existe correlacionalmente com as ações humanas e somente por isso é que existem significados ao se analisar os espaços geográficos no âmbito da “aventura humana”. O cheiro da estada humana, das transformações, dos objetivos de viver deixados em cada detalhe do espaço buscado e rebuscado por sucessores também humanos que sensíveis às semelhanças de seus pares interpretam os gostos, desejos, costumes, anseios, sonhos, enfim, reconhecem no

espaço habitado a argamassa cultural sedimentada e sedimentadora do tracejar humano captado e registrado na memória.

A questão da memória impõe-se por ser a base da identidade, e é pela memória que se chega à história local. Além da memória das pessoas, escrita ou recuperada pela oralidade, existem os “lugares de memória” [...]. Os vestígios do passado de todo e qualquer lugar, de pessoas e de coisas, de paisagens naturais ou construídas tornam-se objeto de estudo. (BITTENCOURT, 2004, p. 169).

É a procura dessas marcas de Memória do cotidiano que as intempéries do tempo não conseguem apagar o que buscamos nas trilhas da história e da memória em diferentes territórios de ações educacionais. É a partir da realidade local que podemos ser impulsionados para uma compreensão geral da educação como um todo. Como nos sustenta Vieira (2002, p. XV),

O local, nas peculiaridades que o caracterizam, tende a refletir o nacional, imprimindo-lhe cores e significados próprios [...]. Importa, desse modo, não perder a luz sobre o local e suas especificidades, mas, antes, estar ciente de um global que sobre ele exerce influências.

A identificação das origens e contexto espaço/tempo dos indivíduos é considerada de extrema importância para fazer emergir as memórias/lembranças das relações sociais do/no cotidiano das vidas das pessoas, pois, “[...] as relações sociais têm seu referencial num tempo e num espaço definidos. O tempo guarda uma força misteriosa que abrange o presente, o passado e o futuro, que abarca todas as experiências humanas” (SILVA, 2007, p. 123).

Porém, se o tempo ocorre implacavelmente seja na condição de Kronos, Kairós e/ou Ayon, este também se passa num espaço determinado onde as relações humanas acontecem de maneira intensa. Em outras palavras, como diz Montenegro (apud SILVA, 2007, p. 123), “O espaço onde se constrói uma cidade nos convida para o reconhecimento de um espectro infinito de determinações/relações. É nesse plano intrincado que homens, mulheres, crianças, velhos e velhas estabelecem, projetam, realizam suas vidas.”

Lócus da pesquisa e o adjetivo “nordestino”

Apresentamos o cenário geral desta abordagem através da localização e história do principal lugar da pesquisa. Esta é uma forma mais generosa para que o leitor tenha uma noção mais precisa sobre quem fala, de onde fala e por que fala o sujeito, suas origens, contexto geral e suas especificidades culturais (CERTEAU, 1994). O Ceará está

localizado na Região Nordeste¹ do Brasil e faz parte do chamado “polígono das secas”². A designação região “nordestina”, diminuída por essa maldosa designação nominal “ina” – estigmatizada assim pelos polos da região mais rica do país – se convencionou em nomenclatura geral de uso, embora não seja designação comumente conhecida nas demais regiões, tais como região “sudestina”, “sulina”, “centroestina”, assim, também como ocorre com a derivação “brasileira” (o), que se assemelha a explorador (a) de Brasil, como as atividades próprias do “pedreiro, porteiro, sapateiro, bodegueiro: um meio de vida” (MENEZES, 1991-92, p. 80) e os demais derivados compostos pelo sufixo “eiro”. Não que sejam profissões desabonadoras, mas estas são adjetivações que se referem à exploração da matéria substantiva: pedra, porta, sapato, bodega etc. Essas são formas pejorativas de tendência não somente em relação ao espaço físico da região, mas e, sobretudo, aos seus habitantes.

O Estado do Ceará é composto por uma área territorial de 148.920,472 Km² e tem uma população estimada em 8.778 576 habitantes (IBGE, 2013). O Estado do Ceará limita-se com Oceano Atlântico ao Norte e Nordeste; ao Rio Grande do Norte e a Paraíba, a Leste; a Pernambuco ao Sul e com o Piauí a Oeste.

Antes de qualquer abordagem concernente a História das práticas sociais, como é o caso da educação (DURKHEIM, 1982), na Região do Nordeste Brasileiro, sobretudo no Estado do Ceará, 03 (três) premissas básicas devem ser levadas em consideração de maneira bem atenciosa: a primeira refere-se à tardia e sangrenta colonização da capitania do Siará Grande em relação às demais (apenas a partir do século XVII com guerras entre lusos, holandeses e nativos). A segunda está vinculada à subordinação

¹Geograficamente, pode-se dizer que o Nordeste se divide em três zonas características: 1 - a zona da mata, no litoral, onde as chuvas são abundantes e as terras férteis, nas quais se desenvolveu, desde o início da colonização, a cultura da cana de açúcar; 2 - o agreste, uma área de transição, de vegetação mais pobre, onde se desenvolveu basicamente a cultura de milho, arroz e feijão, para o abastecimento dos engenhos de açúcar da região anterior; 3 - o sertão, marcado pelo clima semiárido e pela caatinga, um tipo de mata rala, formada essencialmente por arbustos espinhentos e plantas cactáceas, capazes de armazenar água por muito tempo [...]. No sertão, conhecem-se basicamente *duas estações anuais*: 1 - o inverno, que se estende de dezembro a junho e é a estação das chuvas; 2 - e o verão, de julho a novembro, quando as chuvas não ocorrem. GUEDES, Flávio. **Nordeste**: conhecer é preciso. Disponível em: <<http://eucurtogeografia.blogspot.com.br/2011/09/>> Acesso: 16 fev. 2014

² O Polígono das Secas foi criado por lei, de 7 de janeiro de 1936, e posteriormente teve complementado o seu traçado pelo Decreto-Lei nº 9.857, de 13 de setembro de 1946; Pela Constituição de 1946, Art. 198, Parágrafos 1º e 2º; Pela Lei nº 1.004, de 24 de dezembro de 1949; Pelo Decreto-Lei de nº 63.778, de 11 de dezembro de 1968; Pela Lei Regulamentar de 30 de agosto de 1965 e em 2005, a nova delimitação do Semiárido Brasileiro ampliou os critérios de inclusão dos municípios, por considerar insuficiente o índice pluviométrico apenas. Foram então incluídos 102 municípios, além dos 1.031 anteriores. A área do semiárido passou a ser de 969.589,4 quilômetros quadrados, sendo o maior aumento registrado em Minas Gerais: 51,7% do estado passaram a integrar o semiárido. ACQUA, Grupo. Disponível em: <<http://redeacqua.com.br/2011/03/poligono-das-secas>> Acesso em: 16 fev. 2014.

administrativa e fiscal às capitanias do Maranhão (1621-1656) e de Pernambuco (1656-1799) que dentre tantas outras consequências retardou o povoamento e impedia a exportação direta com a Metrópole dos recursos que a subcapitania dispunha. A terceira e a mais complexa restritamente ao espaço cearense é o fenômeno frequente das secas que têm causado estragos irreparáveis, principalmente na grande área do interior sertanejo. Esses 3 (três) fatores não podem ser excluídos quando fazemos qualquer análise sobre as políticas sociais envolvendo o *lócus* da sociedade cearense como um todo e especificamente a região do sertão. No tocante a educação esses fatores são determinantes para que não cometamos o equívoco que já se convencionou numa visão de uma educação homogênea em todo País seja na Colônia, Monarquia e/ou República e no caso do Ceará, sobretudo, é mais peculiar ainda em virtude das 3 (três) premissas acima elencadas (ANDRADE, 2010).

Educação no Ceará: Colônia e Monarquia

Antes de adentrarmos a qualquer espécie de análise histórico-sociológica é primoroso relembrar o legado educacional, de maneira sucinta, dos períodos anteriores à República, Colônia e Monarquia. Após a experiência traumática envolvendo os padres jesuítas Francisco Pinto e Luís Figueira que em 20 de janeiro de 1607 “[...] das salinas de Mossoró, os dois sacerdotes, acompanhados de alguns portugueses e de muitos índios cristianizados, caminharam a pé ao longo da costa até as praias do Mucuripe e do Ceará, onde se estabeleceram” (BARROSO, 2004, p. 31).

Na realidade os dois padres jesuítas e seus agregados formavam a segunda expedição na tentativa de ocupação e colonização do espaço cearense haja vista que a primeira expedição, de 1603, comandada por Pero Coelho havia fracassado e sido expulso pelos nativos cearenses em 1606. Após seguir para a região norte fazendo diversas paragens e evangelização aos nativos, chegaram a Serra Grande ou Ibiapaba da grande tribo dos “índios” Tabajaras que os receberam com certo grau de desconfiança. Em seguida, em 11 de janeiro de 1608, “na hora da missa, foram inopinadamente atacados por um bando feroz de Tacarijus, índios tributários dos Tabajaras, que flecharam o padre Pinto e o acabaram de matar a golpes de tacape ao pé do altar” (BARROSO, 2004, p. 32).

É válido mencionar que o outro padre, Luís Figueira, conseguiu fugir salvando sua vida e alcançando à enseada do Mucuripe tendo, em seguida, sido resgatado para Pernambuco. Após tal insucesso outras expedições lusas e holandesas passaram a

guerrear com os nativos cearenses tendo entrado para história oficial Martim Soares Moreno como o fundador do Ceará, comandando a terceira expedição, em 1609 e fundando o Forte de São Sebastião na Barra do Ceará. Muito embora de 1637 a 1644 e de 1649 a 1654 tenha sido estas terras de domínio holandês, inclusive, tendo sido fundado pelo Comandante holandês Matias Beck, o Forte de Schoonenborch, no qual se desenvolveu a atual cidade de Fortaleza (BARROSO, 2004; FARIAS, 1997).

Após 6 (seis) anos de retirada holandesa, a 3 de março de 1660, o padre jesuíta Antônio Vieira partiu de São Luís para estas terras cearenses, precisamente para a Serra da Ibiapaba, acompanhado de 2 (dois) outros jesuítas e cerca de meia centena de “índios” catequizados. “Ibiapaba, explica em carta, na língua dos naturais quer dizer terra talhada, não é só uma serra como vulgarmente se chama, senão muitas, que se levantam ao sertão das praias de Camuci [...]” (BARROSO, 2004, p. 37). O padre Antônio Vieira tentava dar continuidade ao processo de catequização e evangelização que os seus anteriores não conseguiram fazer. Em seguida regressou ao Maranhão e depois foi expulso para Portugal. Por essas experiências já se percebe que os religiosos jesuítas não tiveram muito êxito nestas terras cearenses, principalmente com relação ao ensino das letras. Conforme Araripe (2002, p. 84), “[...] apenas puderam obter que soubessem ler e escrever; nas artes e na lavoura, porém foram melhor sucedidos” (apud VIEIRA, 2002, p. 58).

Se o desenvolvimento da Educação no Brasil em seu contexto geral se deu de forma subordinativa e acrítica (ROMANELLI, 2003), no Ceará as coisas foram piores ainda. Os jesuítas se empenharam no ensino religioso através da oralidade de modo que em 5 (cinco) núcleos (aldeias) o legado jesuítico referente a educação nativa foi o ensino profissional a 173 (cento e setenta e três) alunos e alunas, sendo 23 (vinte e três) rapazes e 150 (cento e cinquenta) moças no ofício do tear, tecer e coser. “O ensino primário, por sua vez, era ofertado a 387 (trezentos e oitenta e sete) alunos”. Ou seja, a educação dividia-se na aprendizagem profissional, doméstica e de primeiras letras. Sobre a criação de escolas na capitania cearense a notícia é de que primeira escola inaugurada foi em 9 (nove) de julho de 1759 (concomitantemente com a expulsão dos jesuítas por Pombal), sendo dirigida pelo professor Manoel Felix de Azevedo no atual município de Caucaia contando com 142 (cento e quarenta e dois) alunos mistos (VIEIRA, 2002, p. 60-61).

É válido ressaltar que mesmo tenham sido criadas algumas Escolas em 1759, sob a chancela do poder estatal português, como nas Vilas de Fortaleza, Aquiraz, Icó, Soure, Aracati, Sobral, São João do Príncipe, São Bernardo das Éguas Russas e Viçosa, na

maioria de outras Vilas e lugares urbanos menores as primeiras Escolas sob a administração estatal somente veio após o advento da Lei Geral imperial de ensino, em 15 de outubro de 1827, que mandava efetivar a criação de escolas de primeiras letras de ensino mútuo em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, combinado com a Lei Provincial nº 743, de 1833, da lavra do presidente da Província Francisco Xavier Paes Barreto, que aprovava o regimento da instrução pública na província do Ceará (ANDRADE, 2006).

Em seguida, até 1798 foram criadas no Ceará 9 (nove) escolas, sendo 7 (sete) de ler, escrever e contar, sendo 2 (duas) na atual Fortaleza, 2 (duas) em Aracati, 1 (uma) em Aquiraz, 1 (uma) em Ibiapina e 1 (uma) em Caucaia. Outras 2 (duas) de latim foram criadas (em Aracati e Aquiraz). “Essas escolas eram conduzidas por um mestre que, em geral, era o secretário da respectiva vila” (VIEIRA, 2002, p. 63).

Ao final da Monarquia (1888), o Ceará, para uma população estipulada em cerca de 1.204.000 habitantes, possuía 205 escolas públicas de instrução primária, com 8.523 alunos sendo 4.622 do sexo masculino e 3.901 do sexo feminino. Havia 31 escolas particulares, com 870 alunos divididos em 765 do sexo masculino e 105 do feminino. No ensino secundário havia o Liceu “[...] com 108 rapazes matriculados; 4 cursos isolados (73 rapazes); 1 colégio particular (171 moças); 2 cursos particulares (302 alunos, sendo 280 rapazes e 22 moças); 1 escola normal (23 moças); e, Seminário Menor (103 rapazes) [...]” (VIEIRA, 2002, p. 122).

Com efeito, a educação, mesmo no contexto das complexas aulas régias, somente alcançava os filhos de fazendeiros, com conhecimento das primeiras letras e matemática com os mestres-escolas³ que eram financiados, miseravelmente, pelos latifundiários. Normalmente, para os demais existiam as casas-escolas que funcionavam ou nas casas paroquiais ou nas casas de seus próprios professores ou alugadas por estes. Este foi o panorama educacional geral que os períodos da Colônia e da Monarquia portuguesa legaram para o futuro Estado-Nação brasileiro com o advento da República de 1889.

O Ceará republicano e a educação

O legado da Colonização e da Monarquia parecia condenar a jovem nação republicana às categorias infundas de subdesenvolvimento e miséria em todas as suas

³ Professores de ensino primário que ministravam aulas para diferentes alunos de diferentes níveis em uma mesma sala.

múltiplas dimensões. Não pela mestiçagem ou pelas questões geográficas difundidas pelo racismo científico, como apregoavam os nossos intelectuais na segunda metade do século XIX, influenciados pelas teorias do Positivismo francês e do Naturalismo Inglês. Mas, e, principalmente, pelo longo período de exploração, escravismo, cultura transplantada e abandono intelectual (BOMFIM; 2008; HOLANDA, 1995). No âmbito cultural, a *intelligentsia* brasileira tentava encontrar uma identidade nacional capaz de definir e dá matizes de representação uníssona a este País de dimensão continental e enorme diversidade cultural (MENEZES, 1991-92).

Com efeito, os “males de origens”, apontados por Manoel Bomfim, só teriam solução se fosse através da educação. Fato este apontado pelo próprio Manoel Bomfim ao regime republicano supracitado. Para tanto, era preciso educar a nação, pois esta continuava no mais absoluto descaso educacional em virtude da situação ignominiosa de seus dirigentes políticos.

[...], para Bomfim, como ao final da sua vida, a formação de portadores sociais capazes de exercer a liberdade, associar-se para a defesa dos seus direitos e, também, fortalecer a “comunidade política” ou, para aproximar o passado do presente, aquilo que hoje chamamos de “sociedade civil”. Sim, a educação representaria a condição de formação de uma esfera social produtora de uma solidariedade forte o suficiente para fazer frente ao poder do estado autocrático herdado da colonização portuguesa. A educação, em suma, era a aposta de Bomfim para a constituição e a sustentação de uma vida pública para além do Estado, base imprescindível para o exercício da cidadania democrática (BOTELHO, 2009, p. 128-129).

Se por um lado, Bomfim afirmava e reafirmava a educação como principal responsável pela inclusão do homem brasileiro no âmago da cidadania e emancipação, por outro, o Brasil republicano precisava se industrializar, se desenvolver, ser urbanizado, ser moderno e, sobretudo ser alfabetizado. Porém, apesar da Educação ter sido apontada como uma das ferramentas para a solução dos nossos problemas e ter se voltado para novos protagonistas como a mulher, a criança, o deficiente etc. e as reformas escolares (CAMBI, 1999), um sistema de ensino que funcionasse ainda precisava ser criado, como expressou pouco antes do advento da República, Rui Barbosa: “[...] a instrução pública uma coisa ainda por criar [...]” (apud MORAIS, 1989, p. 93), ratificando o que Machado de Assis já havia observado em 1876.

Em suma, trata-se de saber por que a ideia de sistema nacional de ensino, que se vinha realizando nos principais países no século XIX, permaneceu, no Brasil, no rol das “ideias que não se realizam” (SCHELAUER, 1998) [...]. Assim, a ideia de sistema nacional de ensino foi pensada no século XIX enquanto forma de organização da educação, constituindo-se numa ampla rede de escolas abrangendo todo o território da nação e articuladas entre si segundo normas

comuns e com objetivos também comuns. A sua implantação requeria, pois, preliminarmente, determinadas condições materiais dependentes de significativo investimento financeiro. (SAVIANI, 2011, p. 166).

Além de investimento em estrutura e infraestrutura havia outra pendência a ser resolvida pela República: “[...] o problema relativo à mentalidade pedagógica. Entendida como a unidade entre a forma e o conteúdo das ideias educacionais, a mentalidade pedagógica articula a concepção geral do homem, do mundo, da vida, da sociedade [...]” (SAVIANI, 2011, p. 167). Neste sentido, façamos uma breve divagação relembrando o legado educacional de maneira resumida. Em aspectos gerais e em primeiro plano não podemos esquecer que a nossa colonização foi de exploração e imposição de uma cultura europeia de além-mar. Esta, talvez, tenha sido a principal consequência para o País.

A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra. Podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos e imprevistos, elevar à perfeição o tipo de civilização que representamos: o certo é que todo fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem. (HOLANDA, 1995, p. 31).

As palavras do autor, supracitadas, demonstram que padecemos de uma colonização profunda que perpassou a economia e se alojou em nossas entranhas de maneira que tal cultura do colonizador foi adaptada mal ou bem, pois a medida, a forma, veio do além-atlântico e foi encravada de qualquer maneira em nosso interior e faculdades mentais. O reparo a essas trágicas heranças estava dependendo de uma educação de qualidade e capaz de dá ânimo e emancipação cultural à nação (XAVIER; RIBEIRO, 2013).

O fato de a primeira Constituição republicana ter estabelecido a responsabilidade do ensino elementar aos Estados não surtiu resultado. O período de transição da virada do século XIX para o XX, no Brasil, não foi alentador para o quadro educacional nem no País, de forma geral, nem nos Estados e Municípios, de maneira específica. Quando o autor referenciado cita que o sistema do ensino no Brasil permaneceu na “lista das ideias não resolvidas” tem lá suas razões, pois, como observou Ferraro (apud CARVALHO, 2010), o grande número de crianças que chegou às escolas na Europa e nos Estados Unidos da América no decorrer do século XIX não foi nem de longe o que aconteceu no

Brasil que só alcançaria algo parecido apenas nas duas últimas décadas do século XX. “Assim, o Brasil chegou ao final do século XIX sem atender à escolarização regular da população infantil; quanto à alfabetização ou educação de adultos, foi tentada de forma irregular e também deficiente” (CARVALHO, 2010, p. 15).

Embora o período de transição do segundo Império português no Brasil para a República dos “bestializados” tenha sido marcada por mudanças – que teoricamente significariam transformações estruturais no quadro social da nação no panorama econômico, com a primeira irrupção industrial do País através do urbano sobre o rural; na política, com a mudança de regime imperial para o republicano; no social, com o fim da escravidão etc. – na prática isso não aconteceu. No âmbito cultural-educacional não houve mudanças de notoriedade. Em outras palavras,

A expansão de oportunidades educacionais no ensino primário – que combateria a médio e a longo prazo a alta taxa de analfabetismo – e o tratamento intensivo do problema da educação de adultos, antes proclamados como ideais republicanos, não se realizaram na prática, até porque a economia e a estrutura social permaneciam inalteradas [...]. O novo setor urbano-industrial enfrentou graves crises financeiras e não consolidou o poder político; de fato, a balança do poder tornou-se novamente favorável ao setor agrário-comercial. A economia continuou centrada na exportação de matéria-prima e produtos agrícolas, e as mudanças sociais esperadas com o advento da República não se concretizaram de imediato. É bem verdade, porém, que o processo de industrialização persistiu, ainda que lentamente, e beneficiou-se até os lucros com a exportação do café. O crescimento da indústria, contudo, era limitado pela insuficiência de capitais, pelas facilidades de importações e pela credibilidade do mercado interno. (CARVALHO, 2010, p. 16).

No Estado do Ceará a situação negativa da educação era ainda pior, o analfabetismo e o descaso pelo poder público dispensado à educação, sobretudo à primária, que deveria ser destinada às camadas populares, chega ao século XX num patamar desprezível. Conforme o estudo de Joaquim Alves (1958, p. 128-142)

[...] a situação do ensino primário do Ceará em fins do século XIX à primeira metade do século XX, parte da compreensão corrente de que o ensino popular representava um imperativo para a consolidação do regime republicano, concordando com o acento posto na força transformadora advinda da preparação intelectual dos indivíduos. Embora adote um tom complacente quanto ao interesse do administrador como impulsionador da criação de escolas primárias na capital e nos sertões, ao apresentar os números da instrução pública no Ceará da virada do século, desmonta seu argumento, posto que dirige sua análise para a precariedade do quadro do ensino no fato de que no Ceará existiu sempre um obstáculo sério: as secas, totais ou parciais, que apagavam o entusiasmo do homem e limitavam as possibilidades dos governos [...]. No fim do século XIX, os mapas estatísticos indicam a existência de 336 escolas no Ceará, com a matrícula de 11.305 alunos e frequência de 8.821. Arguindo as despesas vultuosas, a instabilidade do orçamento, em face da queda das rendas e atrelando a justificativa à ocorrência das secas calamitosas, a lei nº 587, de 07/07/1900, suprime 77 escolas primárias e, no ano seguinte, um ato legislativo

de junho desativa treze escolas. O século inicia com a diminuição do número de escolas, assim distribuídas: Fortaleza (21 escolas), Cidades (75), Vilas (82), Povoações (70). (*apud* GONÇALVES, 2006, p. 74-75).

A situação de analfabetismo no Ceará e no Brasil, como um todo, demonstrava ser preocupante. Quando o primeiro censo no ano de 1900 foi capaz de calcular o índice de analfabetos no Brasil, com mais de 15 anos de idade, detectando um percentual de 65,3% em todo o País (CARVALHO, 2010). É óbvio se esta pesquisa tivesse levado em consideração somente a Região Nordeste e, especificamente o Estado do Ceará, este percentual sem dúvida seria bem mais elástico. No ano de 1920, por ocasião de outra pesquisa censitária, desta vez, tomando por base as categorias crianças, adolescentes e adultos, foi constatado um índice de 75% de analfabetismo no Brasil. No Estado do Ceará, em 1922, a pesquisa censitária acusava um percentual de 80% de analfabetismo. Esta realidade apressou a efetivação do Projeto de Reforma Geral de ensino no Ceará de autoria de João Hippolyto de Azevedo e Sá, então Diretor da Escola Normal Pedro II⁴. Ressalte-se que esta Reforma no âmbito educacional cearense vinha se arrastando desde o final do século XIX, com as Reformas de 1885, 1889, 1911 e 1918. Em 1922, diante da situação de analfabetismo generalizada no Estado, por interveniência do Diretor da Escola Normal, o Governador (presidente à época) do Estado Justiniano José de Serpa providenciou, junto ao governo paulista, a vinda do professor Manoel Bergström Lourenço Filho (1852-1923) que em princípio ocupou as cadeiras de Psicologia e Didática na Escola Normal Pedro II e em seguida iniciou uma profunda Reforma no Ensino do Ceará, projetada pelo já referido João Hippolyto de Azevedo e Sá, a partir da Escola Normal (CAVALCANTE, 2000; VIEIRA, 2002).

Em razão das tensões e expectativas no campo educacional a virada do século XIX para o XX também foi marcada pelas Reformas educacionais em âmbito federal que se iniciaram com a reforma Benjamin Constant, de 1890 e encerraram-se o ciclo de reformas, em 1925, com a Reforma João Luís Alves e Rocha Vaz, última década da

⁴ Primeiramente chamou-se Escola Normal Pedro II, e por algum tempo desde 1918 funcionou no andar térreo da Fênix Caixeiral, daí saindo em 23 de dezembro de 1923, data que se transferiria para a sede na praça Filgueira de Melo, (antigamente chamada Praça dos Educados e também Praça do Colégio), começada sua construção em 11 de agosto de 1922, sob planta do Eng. José Gonçalves Justa, na região do Presidente Justiniano de Serpa, mas somente inaugurado em parte, pelo seu sucessor, Senhor Idelfonso Albano. A conclusão do edifício verificou-se no governo do Capitão (depois Major) Roberto Carneiro de Mendonça (1931/34). Mais tarde, teve o nome de Instituto de Educação Justiniano de Serpa. O Colégio Estadual Justiniano de Serpa fica situado à Av. Santos Dumont, nº 56, Praça Figueira de Melo, Centro de Fortaleza, Estado do Ceará, e há 125 anos tem contribuído com a educação do Ceará. O Colégio está protegido pelo Tombo Estadual segundo a lei nº 9109, de 30 de julho de 1968. Disponível em: <<http://www.escola-normal-de-Fortaleza.html>> Acesso: 20 fev. 2014.

Primeira República (SAVIANI, 2011). Essas Reformas nem sempre tiveram resultados na prática, apenas confirmaram a tese de que no Brasil, as questões sociais são, geralmente, hipoteticamente resolvidas à base de criação de normas, decretos e leis devido aos males do legado colonizador na construção de um Estado patrimonialista, assistencialista, clientelista, nepotista, corrupto e promissor da indistinção do público e do privado (HOLANDA, 1995).

Considerações parciais

A história da Educação no Estado do Ceará, sem dúvida, ainda apresenta lacunas significativas no tocante às pesquisas com maior aprofundamento. Embora saibamos que as políticas públicas destinadas à Educação no Brasil como um todo tenham ocorrido sempre com o viés de segundo plano no âmbito da preferência da vontade política, no Ceará, em razão de suas peculiaridades climáticas, tardia colonização e subcolonização à Capitania de Pernambuco até o alvorecer do século XIX, o que causou alguns retardamentos significativos para o subdesenvolvimento do Estado em relação às políticas educacionais. Estas não são as únicas causas do retardamento do desenvolvimento das políticas públicas no âmbito da educação no Estado do Ceará. Mas, com certeza não deixam de ser alguns obstáculos que estão encravados na gênese do subdesenvolvimento da educação nestas terras.

Entretanto, o convite às pesquisas sobre inúmeros atores e autores sociais que se dedicaram e se dedicam às práticas educacionais, mesmo sem apoio do poder público, devem fazer parte da agenda daqueles e daquelas que abraçam o mister das pesquisas acadêmico-científicas. A procura desses sujeitos devem ser sempre uma constante, sobretudo pelos Grupos de Pesquisas que se dedicam a essa objetividade.

Referências

ANDRADE, Francisco Ari de. *Rastros, percursos e itinerários de aulas régias nas vilas de índios da Capitania do Ceará*. In: VASCONCELOS, José Gerardo *et al.* (Orgs.). **Tempo, Espaço e Memória da Educação: Pressupostos Teóricos, Metodológicos e Seus Objetos de Estudo**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

_____. *A Instrução de primeiras letras no Ceará Provincial: uma discussão a partir do rastreamento da legislação no governo de José Martiniano de Alencar (1834-1837)*. In: **Documentos. Revista do Arquivo Público do Ceará: História e Educação** n 2. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará, 2006.

BARROSO, Gustavo. **À margem da história do Ceará**. Fortaleza; ABC, 2004.

BESSA, Evânio Reis *et al.* (orgs.). **Cascavel 300 anos**. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2001- (Obras raras).

BEZERRA, José Arimatea Barros; FREITAS, Francisca Lei de Rodrigues, *et al.* Fontes para a História da Educação: considerações acerca da sistematização dos documentos do Fundo da Instrução Pública do Ceará. In: **Documentos. Revista do Arquivo Público do Ceará**: história e educação n 2. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará, 2006.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina**: males de origem. Prefácio de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de Historia**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

BOTELHO, André. *Manoel Bomfim*: um percurso da cidadania no Brasil. In: _____; SCHWARCZ, Lília Mortiz (orgs.). **Um enigma chamado Brasil**: 29 intérpretes e um país. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CAMBI, F. **História da Pedagogia**. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CARVALHO, Marlene. **Primeiras letras**: alfabetização de jovens e adultos em espaços populares. – 1. ed. – São Paulo: Ática, 2010.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. **João Hippolyto de Azevedo Sá**: o espírito da Reforma Educacional de 1922 no Ceará: Fortaleza: EUFC, 2000.

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção os pensadores).

FARIAS, Airton de. **História do Ceará**: dos índios à geração Cambeba. Fortaleza: Tropical, 1997.

GONÇALVES, Adelaide. *Muitos Typos na educação para os pobres*: imprensa e instrução no Ceará de fins do século XIX aos fins dos anos 1920. In: **Documentos. Revista do Arquivo Público do Ceará**: história e educação n 2. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARTINHO RODRIGUES, Rui. **A história, autores e atores**: compreensão do mundo, educação e cidadania. – Fortaleza: Edições UFC, 2013.

MENEZES, Eduardo Diatahy B. de. *A Cultura Brasileira “descobre” o Brasil, ou ‘Que País é este?!’* – Uma pergunta à cata de resposta. São Paulo: **Revista USP**, nº. 12, Dez-JanFev, 1991-2.

MORAIS, Régis de. **Cultura brasileira e educação**. Campinas, São Paulo, Papirus, 1989.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 28. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. - 4. ed. 2. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1).

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. – Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SILVA, Erotilde Honório. **O Despertar da Memória**. Fortaleza: SECULT-CE, 2007. (Coleção Nossa Cultura).

VIEIRA, Sofia Lerche. **História da educação no Ceará**: sobre promessas, fatos e feitos. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

XAVIER, Antonio Roberto; RIBEIRO, Luís Furtado. *Cultura Brasileira (... a 1750)*: concepções e discussões. **Educare**: Revista Científica do Colégio Militar de Fortaleza, Fortaleza, CE, Ano 5, nº 8, Mar. 2013.

Antônio Roberto Xavier

Professor Permanente do Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (MASTS) e Professor do Curso de Graduação em Administração Pública presencial, ambos da UNILAB; Professor do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da UECE; Professor-Pesquisador (Colaborador) do Programa de Pós-graduação Mestrado e Doutorado (PPGE) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Pós-doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Pós-doutor em Educação (PNPD-2017-2018) pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Lisimere Cordeiro do Vale Xavier

Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora da Rede Pública Municipal e Estadual do Estado do Ceará.

Glauber Robson Oliveira Lima

Doutorando em Políticas Públicas - UECE (Em andamento/Bolsista Funcap). Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará - UECE (2017). Professor de educação básica - Secretaria da Educação Básica do Ceará



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 12 | Nº. 22 | Jan./Jul. de 2020

Cintya Chaves

*Doutoranda em História/UFC
cintyachaves2@gmail.com*

Elisgardênia de Oliveira Chaves

*Professora Adjunta do Curso de História/UECE.
elisgardenia.chaves@uece.br*

EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: diálogos possíveis em didática, metodologia e estágio no Ensino de História (2015- 2019).

RESUMO

Este ensaio discute experiências e interações realizadas, nas Unidades Curriculares de Ensino em História, no curso de História da Universidade Estadual do Ceará, campus de Limoeiro do Norte.

Palavras-chave: Experiências. Ensino-aprendizagem. Revisonismo ideológico. Negacionismo histórico.

TEACHER TRAINING EXPERIENCES:

possible dialogues in didactics, methodology and internship in History Teaching (2015-2019).

ABSTRACT

This study discusses experiences and interactions carried out in the Curricular Units of Teaching in History, in the History graduation course at the Ceará State University, campus of Limoeiro do Norte

Keywords: Experiences. Teaching and learning. Ideological revisionism. Historical Denialism.

Introdução¹

No atual Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em História da UECE/ FAFDIAM/ (2013) as disciplinas do Ensino de História, propriamente ditas, se iniciam no segundo semestre com a Didática do Ensino de História, pré-requisito de uma série de outras disciplinas que seguem distribuídas ao longo dos demais semestres: Metodologia do Ensino de História, Oficina de Instrumentos Didáticos, ofertadas até o quarto semestre e os Estágios Curriculares Supervisionados, Estágio I - Ensino Fundamental; Estágio II - Ação Educativa Patrimonial e Ensino na Escola de Educação Básica; Estágio III – Ensino Médio e Estágio IV - Ensino, Pesquisa e Extensão na Escola de Educação Básica.

Em linhas gerais, o processo de ensino-aprendizagem, orientado pela organização curricular do PPC de História da UECE/FAFIDAM primam por desenvolver habilidades e competências na formação do professor(a) baseados nos seguintes objetivos:

Dominar as diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas; Problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações no tempo e espaço; Conhecer as informações básicas referentes às diferentes épocas históricas nas várias tradições civilizatórias assim como sua interrelação; Transitar pelas fronteiras entre a História e as outras áreas do conhecimento; Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural; Domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino-aprendizagem no ensino fundamental e médio; Domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino (PPC História, 2013, p. 15).

Com oferta regular a partir do segundo semestre, as Disciplinas de Ensino dialogam e interagem entre si, como também com as disciplinas Introdutórias, Teorias e Metodologias da História, História do Brasil, Ceará, Geral e as Disciplinas Pedagógicas. Partindo do princípio de que o fio condutor do quadro disciplinar do curso visa realizar um ensino-aprendizagem de História pautado na relação pesquisa e ensino, o objetivo desse texto é compreender como se constroem os desenvolvimentos das disciplinas e as principais conclusões sobre os elos, as possibilidades e os desafios no que diz respeito as observações e pesquisas realizados pelos alunos do

¹ O texto é um desdobramento de atividades desenvolvidas por discentes e docentes do Curso de História da Universidade Estadual de Limoeiro do Norte.

segundo semestre na Disciplina de Didática, na realização de oficinas e minicursos pelos alunos do terceiro semestre na Disciplina de Metodologia e dos Estágio Supervisionado I (Ensino Fundamental) pelos alunos de sexto semestre nas Escolas do Ensino Básico de Limoeiro do Norte, Ceará.

Experiências e interações em Didática e Metodologia do Ensino de História

É sabido que a Didática do Ensino de História tem em alguns de seus objetivos, investigar os diferentes aspectos que compõem a ação docente como uma prática profissional e refletir sobre o processo de ensino-aprendizagem em História. Como uma disciplina que se propõe analisar, investigar o processo de ensino-aprendizagem em História, a disciplina Didática da História vai muito além de propor e investigar métodos de ensino.

Além de não se restringir a método de ensino, de acordo com as perspectivas contemporâneas, a Didática do Ensino ou Educação Histórica, ocupa um lugar próprio, distinto da Didática Geral ligada a Pedagogia. Como nos diz Oldimar Cardoso: “a Didática da História não pode ser vista apenas como um facilitador da aprendizagem. Ela não é o ‘facilitador’ da transferência do saber erudito à escola, simplesmente porque se reconhece que não há um processo de transferência a ser facilitado” (CARDOSO, 2008, p. 157). Partindo dessa premissa, a disciplina Didática do Ensino de História ministrada no Curso de História da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (UECE/FAFIDAM), tem como foco a relação pesquisa e ensino prima por colocar o significado da Didática no âmbito do conhecimento histórico.

Para nortear a investigação sobre as condições, finalidades e objetivos do ensino de história, ou seja, como e se acontece o ensino aprendizagem, a disciplina se fundamenta também nas noções de consciência histórica, cultura histórica e cultura escolar.

De acordo com Fernando Cerri, “a consciência histórica é inerente ao estar humano no mundo” (CERRI, 2010, p. 99), não depende somente de um saber institucionalizado. No entanto, sendo o papel da História, do ensino de História forjar a compreensão das ações e das transformações da sociedade no tempo e no espaço, sua função tem (deve) ter um papel preponderante no desenvolvimento de uma dada consciência, conhecimento que também é político, social, cultural e histórico.

Mobilizar a própria consciência histórica não é uma opção, mas uma necessidade de atribuição de significado a um fluxo sobre o qual não tenho controle: a transformação, através do presente, do que está por vir, no que já foi vivido, continuamente. Embora isso seja teoricamente imaginável estar na corrente temporal sem atribuir sentido a ela, não é possível agir no mundo sem essa atribuição de sentido; como deixar de agir também parte de uma interpretação, na prática também não há opção de atribuir ou não significado ao tempo que passamos ou que passa por nós (CERRI, 2010, p. 99).

O ensino de História, portanto pode nos proporcionar um desenvolvimento sobre consciência histórica que nos ajuda a interpretar e compreender situações criadas, vivenciadas, transformadas ou continuadas ao longo do tempo, nos mostrando, nos ajudando a perceber as heranças, as transformações: o que, por que fomos e somos no atual modelo de sociedade?

A consciência histórica, na sua complexidade, como campo formador da Didática do Ensino de História, liga-se a outras noções que se mesclam na composição da disciplina que visa a investigar o ensino aprendizagem, a exemplo da cultura histórica e da cultura escolar.

A cultura histórica está disseminada nos muitos espaços que conhecemos, frequentamos, que nos cercam: a academia, a escola, o museu, o teatro, a propaganda, as mídias, a *web*, etc., espaços esses, que segundo Sônia Wanderley, são produtores do conhecimento histórico e que, portanto, circulam cultura histórica. Para a autora, os estudos de consciência histórica “rastream os processos da consciência histórica social, compreendendo como fonte de orientação temporal, na medida em que realizam ‘o entrelaçamento entre a interpretação do passado, a compreensão do presente e a perspectiva do futuro’” (WANDERLEY, 2016, p. 208).

A cultura histórica é parte da História na qual cada indivíduo está inserido, independentemente de ter conhecimento produzido no campo disciplinar. Todos os processos pelos quais uma pessoa passa seja político, social ou econômico são heranças culturais históricas.

Se a cultura histórica está presente em diversos espaços e se manifesta na consciência histórica e as duas noções estão próximas nas suas ideias e definições, podemos pensar como elas se manifestam dentro do espaço escolar, onde encontramos diversos tipos de experiências e identidades e daí compreendermos outra definição importante no campo de investigação Didática do Ensino de História, a cultura escolar.

A cultura escolar é tudo o que compõe o ambiente escolar, é todo o conjunto que está presente na construção de uma Escola: gestores, corpo docente e discente, Currículos, Projetos Políticos Pedagógicos, estrutura física, condições materiais de trabalho, recursos, materiais didáticos utilizados, etc, que influencia diretamente na construção do saber, no caso em específico, do ensino aprendizagem em História. Segundo Cardoso é esse espaço que também transforma o saber erudito, ele afirma que “muitos dos saberes escolares foram criados pela própria escola, na escola e para a escola”, (CHERVEL, apud CARDOSO, 2008, p. 154). Assim, o autor demonstra a capacidade da construção do ensino a partir da própria cultura escolar. A escola é, portanto, um dos elementos construtores da consciência Histórica e da cultura Histórica.

A par dessas reflexões contemporâneas sobre o campo de formação e de investigação da Didática da História, os graduandos do curso de História da UECE/ FAFIDAM, realizam uma pesquisa, como uma das propostas avaliativas da disciplina, para perceber como se dá o processo de ensino aprendizagem nas Escolas de Ensino Básico de Limoeiro do Norte. Essa avaliação geralmente se dá em forma de três observações em turmas de História, nos níveis Fundamental ou Médio. A atividade é mediada pelas discussões teórico-metodológicas realizadas previamente, decorrentes das leituras e discussões dos textos e pelo seguinte roteiro: tema da aula; como a História é percebida e ensinada; Recursos didáticos utilizados; noções de história, tempo, espaço, documentos e sujeitos históricos; abordagens teórico-metodológicas na construção do conhecimento histórico; e discutir se nas aulas observadas existe relação entre Didática da História e Teoria da História. Em outras palavras, perceber se existem diálogos epistemológicos (conhecimento científico, a estrutura, os métodos, os conteúdos, a consciência Histórica) no ensino-aprendizagem da Didática da História com a Teoria da História e como acontece o ensino-aprendizagem?

A partir das observações os alunos produzem e apresentam um texto baseado nas suas experiências e também com base nos textos de apoio da disciplina. Não é nossa intenção discutir no momento o resultado das análises, ponto por ponto, do roteiro sugerido e das conclusões que os grupos trazem em forma de texto e socializam no decorrer dos vários semestres em que a atividade se repete. Em linhas gerais, as conclusões sobre as atividades de observações e análises realizadas pelos graduandos na pesquisa de campo são as de que as idas as escolas de ensino básico

são indispensáveis para a compreensão do processo e do aprendizado na formação do professor de História. A partir do momento em que fazem a visita nas Escolas, espaços de formação durante o Ensino Fundamental e Médio, as concepções sobre o ensino tomam um novo direcionamento.

A cada final de semestre parece ficar claro o quanto é importante a disciplina Didática na análise do ensino aprendizagem em História, quebrando a noção de que ela se remete apenas a pensar métodos de ensino. Os graduandos percebem que a teoria é indispensável para o entendimento de todo o contexto e de todas as etapas nas quais o ensino percorre, seja na academia ou o ensino básico. Percebem ainda que a experiência de estar em sala observando é fundamental para repensarem questões sociais, para a formação docente, para seu crescimento pessoal e profissional.

Compreendemos também que os diálogos forjados pelos autores discutidos na disciplina estão muito equivalentes ao que observamos no contexto escolar, especialmente as noções que compõe a Didática do ensino de história, consciência histórica, cultura histórica e cultura escolar. Os debates epistemológicos convergem com a realidade do cotidiano dos educadores e essa percepção muda o modo como encaramos a vida acadêmica.

Portanto, a partir da análise dos resultados dos trabalhos elaborados e socializados pelas equipes compreendemos melhor como o conhecimento desse campo teórico do ensino de História contribui na formação profissional docente e, sobretudo, a práxis que estamos sempre nos apoiando está presente na realidade no mundo profissional que escolhemos.

Cientes da relação pesquisa e ensino, teoria e prática os alunos do terceiro semestre, em uma das atividades avaliativas são convidados a desenvolver oficinas temáticas ou minicursos nas Escolas de Ensino Básico de Limoeiro do Norte. Em linhas gerais, a disciplina de Metodologia do Ensino de História do curso de História da FAFIDAM vem se construindo nas possibilidades e desafios teórico-metodológicos sobre a utilização de instrumentos didáticos diversos (documentos/linguagens) para o Ensino de História. No desenvolvimento da mesma se aborda: planejamentos de ensino com a elaboração e desenvolvimento de planos de aulas; Propostas Curriculares da Educação Básica, com ênfase para o ensino de História e culturas afro-brasileiras e indígenas; as diferentes linguagens/documentos como objetos e

documentos para a História: história e audiovisuais, história e imagens e história e fotografias, documentos escritos, entre outros.

No decorrer do semestre os alunos são orientados na produção de plano de aula para ser desenvolvido em forma de minicurso ou oficina nas Escolas de Ensino Básico. A atividade avaliativa deve envolver sub-temas relacionados aos dois grandes temas: culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas, contemplar as leituras que versam sobre as propostas Curriculares da Educação Básica. Além das leituras propostas na disciplina os alunos podem/devem se utilizar das leituras historiográficas discutidas nas Disciplinas de Brasil, Ceará, América, como também de Livros Didáticos e outros documentos/linguagens. A definição dos sub-temas, a escolha dos documentos, das Escolas e dos níveis de Ensino ficam a critério dos alunos.

Importante ressaltar que para o uso dos documentos em sala de aula e no ensino de História nos apoiamos nas leituras de cunho metodológicas exigidas na disciplina de Metodologia do ensino de História, dentre elas: (HERMETO, 2012), (NAPOLITANO, 2009) e (OLIVEIRA, 2012). As leituras são de fundamental importância para percebermos que ao entrar em sala é essencial explicar aos alunos o porquê do uso de documentos e como podemos compreender temas/conteúdo a partir dos audiovisuais e documentos escritos diversos.

O planejamento e o desenvolvimento de atividades como essa nas Escolas tem possibilitado aos alunos, na qualidade de professores em formação, colocar em prática as normas das “Diretrizes Curriculares Nacionais”, em especial as Leis Lei nº 10.639/2003 e 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nas escolas de ensino Básico do Brasil e que sejam aplicados de forma a contextualizar o processo histórico em que essas temáticas estão discutidas. Pode-se observar que o processo de discriminação sobre essas culturas é notório atualmente, e por isso a importância de tratar assuntos decorrentes dessas grandes temáticas em sala de aula é imprescindível para a construção de uma sociedade mais conhecedora de sua identidade e com menos preconceito.

Essa experiência, além de proporcionar um conhecimento mais aprofundado sobre a cultura africana, afro brasileira e indígena, tem permitido acrescentar na formação de alunos no terceiro semestre, como professores de História, uma compreensão de como é a “realidade” de uma sala de aula e como se dá a relação de professor e aluno. As experiências vivenciadas em Didática e Metodologia do Ensino

nas escolas de Ensino Básico nos faz perceber que para esses graduandos do segundo e terceiro semestres do curso de História da FAFIDAM, deve existir a aproximação entre a academia e a escola, teoria e prática, durante todo o decorrer do curso. Aproximação essa que deve se sedimentar cada vez mais na realização dos Estágios Supervisionados.

Os bastidores do Estágio Supervisionado I: algumas inquietações

A escola que eu frequentava era cheia de grades como as prisões. E o meu Mestre, carrancudo como um dicionário; Complicado como as Matemáticas; Inacessível como Os Lusíadas de Camões! À sua porta eu estava sempre hesitante... De um lado a vida... — A minha adorável vida de criança: Pinhões... Papagaios... Carreiras ao sol... [...] do outro lado, aquela tortura: [...] quantas orações? — Qual é o maior rio da China? — $A 2 + 2 A B =$ quanto? [...] Felizmente, à boca da noite, eu tinha uma velha que me contava histórias... lindas histórias do reino da mãe-d'água... e me ensinava a tomar a bênção à lua nova.

O poema acima de Ascenso Ferreira foi publicado em 1927, com o título “minha escola”. Ao retratar concepções educacionais do início do século XX, o texto nos interpela sobre algumas questões que até já parecem desgastadas contudo, não devem ser consideradas ultrapassadas: “Que escola temos e queremos?” “Que professor somos e desejamos ser?”

Apesar de datado, se referindo ao século passado e não abordar uma disciplina específica, cada linha se constitui uma denúncia, ao pontuar que o ensino de sua época era autoritário, desvinculado do cotidiano do aluno, pautado em uma memorização castradora de imaginação e criatividade. Contraditoriamente, no debate público atual, os professores estão sendo inqueridos justamente por fazerem (ou pelo menos tentarem) o contrário ao incômodo do poeta.

Neste sentido, uma das preocupações da disciplina de Estágio Supervisionado I – Ensino Fundamental em História é de se distanciar da noção de Estágio como parte prática do curso, entendendo-o como “campo de conhecimento, que necessita de um estatuto epistemológico próprio, podendo ser sintetizado na expressão: estágio como pesquisa e a pesquisa no estágio” (PIMENTA e LUCENA, 2006). Deste modo, o curso visa a superação da dicotomia teoria e prática, através do conceito de práxis, como propuseram as professoras Selma Garrido Pimenta e Maria Socorro Lucena (2005/2006).

Não obstante, o presente tópico ao invés de se deter sobre as conclusões das pesquisas realizadas pelos estagiários/estagiárias nas escolas, pretende abordar as ansiedades vivenciadas pelos mesmos durante todo o processo de experiência no primeiro Estágio. Tomaremos como referência as questões comuns colocadas pelos alunos nas aulas da disciplina dos últimos anos, e da elaboração de novas perguntas, fruto de demandas sociais contemporâneas.

A disciplina de Estágio Supervisionado I – Ensino Fundamental UECE/FAFIDAM possui carga horária de 102 horas/ aulas, portanto seis créditos. As atividades consistem em discussões teórico-metodológicas pensadas de modo interdisciplinar, concomitante ao exercício etnográfico realizado pelos alunos nas escolas que incluem além das regências (no mínimo três), a análise de documentos, a exemplo do projeto pedagógico, livro didático adotado pelas instituições e entrevistas ou questionários com a comunidade escolar (alunos, professores, gestores e funcionários).

Em seus respectivos diários de campo os estagiários devem fazer anotações sobre a cultura escolar, entendendo as interações e as tomadas de decisões que envolvem a relação aluno/ professor/ gestão/ funcionários. Acima de tudo, os estagiários devem vivenciar a escola transpondo a lógica coercitiva da observação que focalizava no professor e suas metodologias. Experimentando uma observação – participante, os estagiários investem sua atenção nos alunos e compreendem melhor as tomadas de decisões dos professores, afinal às escolhas destes se baseiam naqueles (BIAZI; GIMENEZ; STUTZ, 2011).

A este respeito, observamos que os estagiários ao identificarem as mais diversas situações no ambiente escolar ficam mais preocupados com suas regências e produzem um parecer menos tecnicista e genérico da comunidade escolar. O exercício de compreensão proporciona a estes refletirem sobre suas formações e se inquietarem diante das lacunas da mesma.

Assim, logo após o primeiro mês de convivência dos alunos na escola como estagiários, tem sido possível identificar algumas angústias dos mesmos, que se traduzem nas “falas”: “Como vou conseguir ministrar todo aquele conteúdo?” “Acho o nosso curso muito voltado para a pesquisa”, “Como vou para uma sala de aula se minha formação carece de um debate mais aprofundado e de experiências com a educação inclusiva?”, “Será que consigo ser professor/professora de crianças e

adolescentes”? Estas inquietações, em grande medida, têm se repetido. Todavia, os anos de 2018 e 2019 trouxeram uma nova angústia: “como lidar com os revisionismos ideológicos e os negacionismos históricos na sala de aula”?

Tendo como referência as interrogações dos estagiários podemos chegar a algumas conclusões tematizando-as em três blocos: a primeira é que nossas aulas não são tão claras como gostaríamos, já que a indissociabilidade de ensino e pesquisa não é uma questão tão bem resolvida. A segunda diz respeito a uma denúncia importantíssima quanto a carência de debates, sobre a educação inclusiva em nossos cursos de formação. A terceira versa sobre os desafios da carreira do magistério. Já a última, toca nas especificidades do ensino de História na contemporaneidade. Será sobre esta última inquietação que dedicaremos mais atenção.

No início da disciplina de Estágio, as questões que parecem ser adiadas durante todo o curso chegam com efeito nuclear, talvez porque muitos de nossos alunos só se percebam como futuros profissionais mais ao fim da graduação. Há de se observar que desde 2012 o curso de História da UECE/ FAFIDAM participa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), possibilitando maior inserção de grupos de alunos nas escolas. As disciplinas do curso, a exemplo das elencadas no tópico anterior, também em menor tempo proporcionam atividades de minicursos e oficinas nas escolas, assim como o Programa de Educação Tutorial (PET). O interessante é que nestas disciplinas os graduandos vivenciaram a dinâmica escolar, mas não expressaram seus “conflitos interiores”, apesar de destacarem as tensões que ocorrem em sala de aula.

Entretanto, o que alguns alunos dizem (às vezes claramente) é que a ideia de ser professor, parece ser um caminho espinhoso. Como discordar? Isto se deve a inúmeros motivos, que não cabem à proposta deste ensaio discutir. Mas, há de se salientar que o Brasil possui “um senso comum institucionalizado”, que associa a profissão de professor ao fracasso, para lembrarmos a declaração do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em novembro de 2001: “Se a pessoa não consegue produzir, coitada, vai ser professor. Então fica a angústia: se vai ter um nome na praça ou se vai dar aula a vida inteira e repetir o que os outros fazem” (FOLHA DE SÃO PAULO, 28/11/2001, s/p).

Por outro lado, dezoito anos depois o atual presidente do Brasil e sua equipe percebem o professor como doutrinador das “ideologias” criadas por Paulo Freire e a “esquerda”. De mero reprodutor do conhecimento a doutrinador. Quais implicações

políticas destas afirmações? Como estas concepções reverberaram e reverberam nos investimentos em educação, nas mais diversas políticas públicas, e na condição de ser professor no Brasil? Obviamente, a discussão sobre seguir a carreira de professor não deve estar no campo da vitimização ou da “heroicização”, mas sim da análise que envolve desafios e contradições que regem as expectativas dos profissionais, sejam em formação ou já em atuação.

Além disso, nos últimos anos, observamos a emergência do negacionismo científico e os revisionismos ideológicos no mundo. No Brasil de 2021, por exemplo, nega-se a eficácia de vacinas, as mudanças climáticas e o efeito de uma pandemia, em decorrência do vírus SARS-CoV-2. O negacionismo que perpassa praticamente todos os campos do saber, assume no campo disciplinar a forma de negacionismo histórico.

Sobre o negacionismo histórico, Odilon Caldeira Neto (2009) explica que surgiu “como uma tentativa intolerante e predatória da memória da Segunda Guerra Mundial, e consiste atualmente numa das maiores expressões do antissemitismo da extrema-direita”. Não obstante, o autor frisou que a “origem do negacionismo, porém, remete não a setores da direita europeia, mas sim a personagens da esquerda, mais precisamente Francesa”. Inspirado em Pierre Vidal Naquet, o autor sublinha o negacionismo como uma “falsificação da História”, que não se reduz, de imediato, ao ato de negar em si, mas consiste na distorção de dados, para que em seguida estabeleça o ato da negação. (CALDEIRA NETO, 2009, p. 1107-1108).

Apesar de não ser um fenômeno novo, o negacionismo histórico tem angustiado as atuais gerações quanto ao tratamento e a abordagem do tema na sala de aula. Afinal, como lidar com o negacionismo histórico e revisionismo ideológico no ambiente escolar? Este foi o mote de um encontro de pesquisadores² do Departamento de História e o Programa de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), de 07 a 09 de maio de 2019.

Do mencionado evento de História da USP resultou um documento síntese dos debates. Nele, os professores Marcos Napolino e Mary Anne Junqueira ressaltaram o importante diálogo que realizaram com o clássico *Assassinos da memória* de Pierre Vidal-Naquet (1988) e com o Livro *Negação* de Deborah Lipstadt (2017). Além de

² Esse é só um exemplo de tantos eventos que poderiam ser citados sobre a temática.

proporem a definição do termo de negacionismo histórico, o documento contribui para o debate da noção de revisionismo:

O revisionismo é, por outro lado, um conceito mais complexo. Dois tipos de revisionismo são identificáveis: o historiográfico e o ideológico. O primeiro deles reconhece o legítimo e necessário trabalho da historiografia. Já o revisionismo ideológico reúne autores politicamente interessados em manipular dados e desvirtuar fatos em nome de interesses específicos dados a priori. [...] (NAPOLITANO; JUNQUEIRA, 2019, s/p).

Ao estabelecerem as diferenças entre a ética e o método em que se baseia o revisionismo histórico da historiografia, e a ausência destes pressupostos na operação do revisionismo ideológico; os autores reafirmaram a compreensão que não cabe ao historiador a discussão “com negacionistas, mas sim, analisar o negacionismo, compreendê-lo e enfrentá-lo” (NAQUET, 1988, p. 11). Portanto, o historiador deve “identificar o negacionista, verificar a sua prática, demarcar o lugar de onde ele fala, a quem quer atingir e investigar a quais causas serve”. Afinal, tal temática deve ser passível de investigação dos estudos históricos (NAPOLITANO; JUNQUEIRA, 2019, s/p).

Foi neste processo de discussões sobre o enfrentamento cotidiano do negacionismo histórico e do revisionismo ideológico, que percebemos que além das dúvidas costumeiras sobre os recortes de conteúdo, os estagiários estavam receosos de precisarem tratar sobre questões teóricas complexas, a exemplo da “verdade histórica”, caso fossem interpelados. Assim, dedicamos uma das unidades do programa da disciplina para a questão e compartilharemos algumas considerações.

De início, percebemos que em épocas de negacionismos e do reinado da falsificação, inflama-se o mito da verdade objetiva e da transcrição do “real”. Observamos nos debates em sala de aula, que havia uma tentação em responder proposições idealizadas pela “insígnia” de verdade objetiva sob a mesma fórmula, cedendo, portanto, ao empobrecimento do pensamento e aos modelos censuradores da sociedade autoritária. Vale retomar o alerta do filósofo italiano Gianni Vattimo (2016), quando nos lembra que a insinuação de uma verdade objetiva é inimiga de uma “sociedade aberta”, que se deseja “livre e democrática”.

Mas, como não cair nas armadilhas dos reducionismos como alerta Régine Robin (2016), pela ansiedade de denunciar “as mentiras” em nome das angústias pelo “real”? Se o discurso histórico está posto à prova por seu caráter plural, isto quer dizer que ele incorpora histórias sem crivos e distinções? Será que o caminho é abrir mão de

encontrar estéticas narrativas próprias (RANCIÈRE, 1992) que comportem as múltiplas formas de expressão da subjetivação? A todas estas questões estamos sendo inqueridos, seja na sala de aula, seja no espaço público. Acima de tudo, os revisionismos ideológicos no Brasil sinalizam o incômodo de uma sociedade em crise democrática, com o caráter multivocal e polifônico das escritas da História, a partir do final do século XX.

Neste sentido, alguns pressupostos herdados do paradigma moderno de ciência dos séculos XVIII e XIX, ainda alimentam disputas sobre um conceito de historiografia que pouco contribui na compreensão do funcionamento das tensões sociais atuais. Há ainda de se mencionar que o estabelecimento dos nichos do saber formulados no século XIX, frutos de disputa de poder, confeccionou pseudoproblemas (SERRES, 1990), a exemplo da relação História e Literatura e por extensão do “real” com a “ficção”.

Se o discurso histórico é perpassado pela positividade (ao se narrar sobre o que “aconteceu”) e o discurso literário é o lugar do que poderia ter sido ou simplesmente não foi, isso não quer dizer que ambos não se aproximam na medida em que produzem “o efeito de real” (BARTHES, 2004). Apesar de, comportarem licenças estéticas diferentes, já que o documento delimita o discurso histórico, vale lembrar que, em um debate em nome do “real”, a ficção o constitui (CERTEAU, 2011).

Não devemos esquecer que a História não se trata sobre o passado verdadeiro, a verdade do passado ou sobre o que realmente se passou como propunha Leopold Von Ranke. Mas, sim sobre o homem e suas relações no tempo. Desde que Marc Bloch (1949) pontuou quão absurda é a noção do passado enquanto objeto do conhecimento, que ele trouxe à baila o lugar da verdade, da ficção, da imaginação e até da mentira no discurso histórico. Se a História é sobre os homens, à que estes são feitos? De sonhos, de desejos, imaginação, de interesses e até de mentiras, expressando as ambiguidades da condição humana. Portanto, não trataria o conhecimento histórico dos sentidos atribuídos pelos os sujeitos que estudamos aos acontecimentos que lhes eram contemporâneos, assim como dos usos que eles fizeram do que concebiam como passado, para disputar o que eles tinham por presente?

Por isso, a utilização do argumento que se baseia em certa concepção de pureza do “realismo histórico” no combate ao negacionismo, não só tem sido pouco

eficaz como distorce a complexidade do conhecimento histórico. Mas, se a ideia de referente parece mais sedutora e somos cooptados pela *ilusão referencial*, pelo *prestígio do aconteceu* nos dizeres de Barthes (1967) estamos sendo conduzidos pela perigosa comodidade da simplificação e pela lógica do cansaço. A “verdade” e sua relação com a “realidade” (leituras sobre o real), pode ser única, absoluta, correspondente e total se é perpassada por ecos de múltiplas vozes? “O Real é imperativo sobre a verdade que é tecida dentro do sentido”, já nos lembra Miranda (2005).

Hegel já advertia sobre os desafios epistemológicos para a produção do conhecimento histórico; já que o termo História alude tanto ao *res gestae* (fato, ou passado em si mesmo) como a *história rerum gestarum* (a narrativa sobre um fato). Eis aí um ponto de partida: a compreensão de que a nossa apreensão do mundo como seres humanos é limitada, lacunar e seletiva, já que a narrativa passa pela capacidade de seleção da memória, que assim o faz de acordo com interesses subjetivos. Cientes deste hiato, cabe ao historiador provocar boas conversas em que tomem por balizas a diferenciação de noções como real, realidade e a verdade.

Afinal, “onde alcançamos o real?” “O que o define?” “Onde ele se localiza?” Nessa boa conversa o historiador poderá mobilizar diálogos com os escritos do psicanalista Jacques Lacan: “Digo sempre a verdade. Não toda... pois, dizê-la toda, não se consegue... Dizê-la toda é impossível, materialmente... faltam as palavras. É justamente por esse impossível... que a verdade toca o Real.” (LACAN, 1973). Em outras palavras: não conseguimos enxergar a totalidade. A humanidade terá que lidar com a frustração de não apreender o todo. Essa admissão em nada tem a ver com a premissa da produção de um conhecimento distorcido e muito menos, deve impor perigo de se relativizar crimes contra a humanidade. Ela também não significa endossar a “pós-verdade”.

A tarefa não é fácil, sabemos. Não é fácil no debate público e muito menos quando pensamos nas salas numerosas do Ensino Básico. Isso exigirá criatividade do professor de História. Além disso, é uma construção cotidiana em que a utilização de outras fontes (para além do livro didático) se constitui vital neste processo de aprendizagem. Já que das relações do homem no tempo e com o tempo, nada temos mais do que fragmentos, a reflexão histórica escolar baseada na problematização das especificidades de cada fonte, possibilitará que questões teóricas possam ser desenvolvidas de modo mais fluido e próximo da realidade do aluno.

No enfrentamento dos negacionismos, se faz necessário deixar claro as diversas etapas do ofício de historiador. Ou seja, dos processos de “reconstruções”, montagens e análises de fontes, até o ato sistematizador da escrita. É preciso demarcar ainda mais o lugar do vestígio na escrita, ou em nós, como disse Robin (2016, p. 294).

As amarras da verdade objetiva e sua relação de correspondência com a realidade e com o real são a matriz de pensamentos autoritários e negacionistas. Isso porque, os autoritaristas escolhem mobilizar retalhos específicos do passado, em busca de “se servir dele no presente” (TODOROV, 2017 p. 275), para legitimarem suas políticas de extermínio. Ao tratarem episódios específicos de outrora como a “verdade totalizante”, não estão nada nada mais do que ocultando sua barbárie, seus crimes, ou tentando justificá-la. Castradores da verdade como abertura, se assentam em uma política de cunho ideológico, compreendendo-se como absolutos, por isso, antidemocráticas.

Repensando a prática docente: os desfechos do Estágio Supervisionado I

Passados os primeiros debates, que envolveram as inquietações em torno das noções verdade, negacionismo e revisionismo, caminhamos para as atividades de planejamento, relacionado aos temas específicos que seriam desenvolvidos pelos alunos nas regências.

A partir de 2019 passamos a realizar a qualificação dos planos de aula dos estagiários. A atividade consiste em formar uma banca externa, composta pelo docente da disciplina e dois outros colegas, com o objetivo de sugerir ideias, leituras e metodologias. Neste sentido, notamos que a banca de qualificação dos planos de aula possibilitou uma melhor compreensão por parte dos estagiários quanto aos recortes temáticos que aula deve ter e os perigos de se tornar refém de um amontoado de conteúdo sem interroga-los a partir de questões do presente (SEFFNER, 2012, p. 126). Além disso, acreditamos que no decorrer da disciplina, tenha ficado claro a importância do retorno dos textos não só relacionado as disciplinas ditas de “conteúdo”, mas também “teóricas”.

Através dos artigos/relatórios finais dos estagiários percebemos que algumas das angústias, inicialmente ressaltadas, vão se resolvendo. Grande parte dos estagiários passaram a ficar mais atentos para os conceitos históricos que eram

trabalhados nas suas aulas (BEZERRA, 2003) e a fecundidade do uso de fontes na sala de aula. Entende-se que as atividades de leituras, planejamento, as múltiplas vivências nas escolas e mais recentemente qualificação dos planos de aulas, foram importantes neste processo.

Entre risos e cansaço, ao fim da disciplina os alunos refletem sobre os desafios trilhados, permitindo-se serem provocados pela dinâmica escolar, por suas próprias regências e pelo exercício de produção do conhecimento (o escrever) a partir dos dados coletados (questionários, documentos), mas também pelo o olhar e pelo ouvir, como diria Roberto Cardoso (1996).

Podemos pensar que cada disciplina afeta os alunos (futuros professores) de maneira diferente. Deste modo, o ensaio aqui proposto teve como centro reflexões sobre experiências e subjetividades que envolvem práticas docentes no Ensino Superior na disciplina de História, admitindo que o espaço da sala de aula é permeado por tensões, contradições e o lugar em que se aprende muito mais sobre a importância das perguntas do que necessariamente das respostas.

Referências

AVILA, Arthur de Lima. *Qual passado usar? A historiografia diante dos negacionismos* (artigo). In: **Café História – história feita com cliques**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/negacionismo-historico-historiografia/>. Publicado em: 29 abr. 2019. Acesso: 29 de julho de 2019.

BERGMANN, Klaus. *A História na reflexão didática*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: vol.9, n. 19, p. 29-42, set.1989/fev.1990.

BIAZI; GIMENEZ; STUTZ. **O papel da observação de aulas durante o Estágio Supervisionado de Inglês**. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/viewFile/8644/9226> Acesso em 25/ 05/2014.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & fotografias**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

CARDOSO, Oldimar. *Para uma definição de Didática da História*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.28, n° 55, p. 153-170 – 2008;

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever**. *Revista de Antropologia (USP)*, v.39, n.1, São Paulo, 1996.

CERRI, Luis Fernando. *Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da história*. **Rev. Bras. Hist.** V. 28 nº 55, p. 153-170, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes e FRANCO, Renato. **Aprendendo História: reflexão e ensino**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2013.

HERMETO, Miriam. **Canção popular brasileira e Ensino de História: palavras, sons e tantos sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. (Coleção Práticas Docentes 2).

LACAN, Jacques. **Os não-tolos erram / Os nomes do pai: seminário entre 1973-1974** [recurso eletrônico]. Tradução de Frederico Denez e Gustavo Capobianco Volaco. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

LIMA, Maria Socorro Lucena. *Reflexões sobre o estágio/ prática de ensino na formação de professores*. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 8, n. 23, p. 195-205, jan./abr. 2008.

LIMA, Solange Ferraz de e CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Fotografias: usos sociais e historiográficos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (Orgs). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

MIRANDA, Maria Teresa Tavares de. **O real**. Disponível em: <http://www.psicanaliselacanianana.com/mural/fragmentos/fragmentos.html>. Acesso em: 20 jan. 2021.

NAPOLITANO, Marcos. "Fontes e audiovisuais: a História depois do papel." In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. *Estágio e docência: diferentes concepções*. **Revista Poiesis** -Volume 3, Números 3 e 4, p.5-24, 2005/2006.

ROBIN, Régine. O discurso Histórico posto à prova. In: **A memória saturada**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2016, p. 171-197.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora & GARCIA, Tania. *A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história*. **Cad. Cedes**. Campinas, vol. 25, n. 67, p. 297-308, set./dez. 2005.

SEFFNER, Fernando. *Comparar a aula de história com ela mesma: valorizar o que acontece e resistir à tentação do juízo exterior (ou uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa)*. *Historiæ*, Rio Grande, v. 3, n. 1, p. 121-134, 2012.

SILVA, Mônica Martins. *Diversidade que interroga: a construção do conhecimento histórico escolar no contexto das políticas e ações afirmativas*. In: SILVA, Cristiane Bereta da e ZAMBONI, Ernesta (Orgs). **Ensino de História memória e culturas**. Curitiba, Editora CRV. 2013.

TODOROV, Tzvetan. **Diante do extremo**. Tradução: Nícia Adan Bonatti. 1.ed. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017.

VATTIMO, Gianni. Para além do mito da verdade objetiva. In: **Adeus à Verdade**. Trad. João Batista Kreuch. Petrópolis, RJ: Vozes. p.19 – 57.

WANDERLEY, Sonia. *Narrativas contemporâneas de história e didática da história escolar*. In: MAUAD, Ana Maria, ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, e SANTIAGO, Ricardo (Orgs) **História Pública no Brasil**: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016. Zahar, 2001.

Cintya Chaves

Doutoranda em História pela Universidade Federal do Ceará. Bolsista Capes. Professora Substituta do Curso de História da Universidade Estadual do Ceará (FAFIDAM), dos anos de 2015 a 2021.

Elisgardênia de oliveira Chaves

Professora Adjunta do Curso de História da Universidade Estadual do Ceará (FAFIDAM.)



Revista Historiar
ISSN: 2176-3267
Vol. 11 | Nº. 21 | jul./dez. de 2019

Bruno César Pereira

Universidade do Centro-Oeste do Paraná / UNICENTRO.
bruno_o8cesar@outlook.com

Jaqueline Kotlinski

Universidade do Centro-Oeste do Paraná / UNICENTRO.
jaquekotlinski2015@gmail.com

Oseias de Oliveira

Universidade do Centro-Oeste do Paraná / UNICENTRO.
oseias50@yahoo.com

AS “GUERRAS DO PARAGUAI”: das ideologias nacionalistas aos estudos contemporâneos.

RESUMO

A chamada Guerra do Paraguai pode ser considerada um dos temas clássicos da historiografia brasileira. Muitos foram os textos publicados sobre tal tema, seja ao longo do final do século XIX até os dias atuais. O presente trabalho se propõe apresentar as principais perspectivas de intelectuais e historiadores a respeito desta guerra, evidenciando que tais escritos estiveram diretamente ligados ao tempo histórico de seus autores.

Palavras-chave: Grande Guerra. Historiografia. Visões da Guerra.

THE “WARS OF PARAGUAY”: from nationalist ideologies to contemporary studies.

ABSTRACT

The so-called War of Paraguay, can be considered one of the classic themes of Brazilian historiography, many were the texts published on this subject, or throughout the late nineteenth century to the present day. The present work proposes to present the main visions of intellectuals and historians about this war, evidencing that such writings were directly related to the historical time of their authors.

Keywords: Great War. Historiography. Visions of War.

Introdução

Desde o final do confronto bélico conhecido como Guerra do Paraguai observa-se um enorme acervo bibliográfico e iconográfico que destacou as principais características deste marco histórico na América Latina oitocentista. Sobretudo, no último século uma série de intelectuais e historiadores (as) se debruçaram sobre este tema e publicaram diversos estudos (livros, artigos, ensaios, dissertações e teses). A partir de tais investigações, observamos as mais variadas problemáticas sobre este confronto, sejam aquelas que destacam as questões políticas, econômicas, sociais ou ideológicas.

As narrativas acerca da Guerra do Paraguai variaram seus enfoques. Inicialmente, observamos narrativas voltadas diretamente a uma certa ideologia nacionalista do Império que compreendia este acontecimento como uma guerra cometida pelo Paraguai, pelas suas atitudes, pelas suas ambições, tal perspectiva, um tanto quanto ideológica, desenvolvida durante e no pós-guerra, em certa medida, ainda permeia os tempos atuais. Ainda sobre este primeiro momento, destacam-se obras, para além daquelas elaboradas por intelectuais, uma série de produções iconográficas que acabaram por contribuir significativamente para com um imaginário acerca da Guerra. Sobre este último ponto, destacamos, por exemplo, as obras: *Batalha do Avaí* de Pedro Américo e *Combate Naval do Riachuelo* de Victor Meireles¹, celebrados nomes da Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) do período.

Todavia, estas abordagens tomariam discursos diferentes no início da República, onde pode ser observado uma disputa intelectual acerca deste fato histórico. Os intelectuais republicanos, passariam a destacar uma série de heróis deste confronto, sobretudo, tais heróis correspondiam: aos generais e comandantes, em suma, os oficiais de alta patente envolvidos no confronto.

Estas variações de abordagem sobre a Guerra do Paraguai iriam continuar ao longo de todo século XX. A historiografia brasileira, no último quartel dos novecentos, traria para o debate novos sujeitos, destacando assim novos personagens nesta guerra, seja eles: o negro e o indígena, além de desmistificar os motivos da guerra.

¹ Tais obras são atualmente classificadas com o gênero de pinturas históricas. Tal gênero cristaliza no imaginário social alguns dos principais fatos históricos, políticos, da nação brasileira. Como bem observa Isis Pimentel de Castro (2005), estas pinturas do gênero histórico, cristalizaram no imaginário social, através de sua reprodução – seja em livros, novelas, materiais didáticos, filmes etc. – ganhando um status privilegiado de ‘representar’ uma memória coletiva nacional. Ver melhor em: CASTRO, 2015, p. 335-352.

Devemos compreender, que as produções historiográficas e de outros intelectuais a respeito da Guerra do Paraguai estão diretamente ligadas ao tempo histórico de seus autores. Em outras palavras, tais produções, ao longo do final do XIX até os tempos atuais, propenderam conforme o contexto de suas publicações. No caso das obras historiográficas, destacamos ainda, que os autores voltaram seus olhares e definiram suas abordagens a partir das correntes historiográficas as quais seguiam.

Segundo André Mendes Salles (2015), podemos compreender quatro correntes que discutem acerca deste marco histórico. São elas:

[...] a versão que se deu logo após a guerra, versão está propagada pelo exército brasileiro [...]; a historiografia propagada pelos positivistas ortodoxos; o revisionismo das décadas de 1960/70/80, [...]; e a corrente interpretativa chamada por alguns estudiosos de neo-revisionismo [...] (SALLES, 2015, p. 29).

O presente estudo tem por objetivo central realizar uma breve análise a respeito da Guerra do Paraguai, destacando as principais características das correntes intelectuais e historiográficas acerca desta guerra. Observaremos ao longo desta investigação, que cada uma destas correntes esteve ligada diretamente aos seus respectivos tempos históricos, suas preocupações, em síntese, destacaram fatos e construíram discursos e representações do que foi tal acontecimento, a partir das realidades e vivências de seus autores.

Assim, ao nos propormos analisar este acontecimento, buscaremos evidenciar os discursos construídos por traz de tal fato, onde os autores, sejam intelectuais ou historiadores se voltam a este acontecimento e destacam diferentes personagens.

O pós-guerra: as narrativas a serviço do Império

Ao longo de pouco mais de 150 anos, chegava ao fim um dos episódios mais marcantes da história da América Latina, a Grande Guerra, ou Guerra do Paraguai, como é mais conhecida popularmente no Brasil. Em um século e meio, inúmeras foram as publicações sobre várias perspectivas que debruçavam seu olhar acerca de tal guerra.

As primeiras produções sobre este fato histórico, já apareceriam no pós-guerra, em especial, estas publicações eram narrativas memorialistas de generais e intelectuais do império. Uma característica marcante acerca de tais produções, foi que elas estavam diretamente ligadas às ideologias nacionalistas do Império, em especial, este momento como bem propõe Fernando Doratioto:

[...] a Guerra do Paraguai representou o apogeu do poder do Estado Monárquico. Demonstra-o a capacidade de organizar um exército moderno, em lugar da pequena força mal armada de 16.000 homens existentes em 1864, e uma nova Marinha, capacitada a combater em ambiente fluvial. Apesar da oposição interna à guerra e das pressões externas contrárias ao lado aliado, o Estado Monárquico sobrepunha-as e conseguiu sustentar a guerra em teatro de operações longe do território brasileiro, quer dizer, distante de bases logísticas seguras, e em ambiente humano e geográfico hostil (DORATIOTO, 2008, p. 3).

De fato, a guerra não contribuiu apenas para o fortalecimento monárquico, mas também para a ascensão de uma nova classe no meio social brasileiro, uma classe a parte, os militares. Mas é claro que não foram todos os militares que ganharam o prestígio da guerra, mas sim o Estado Maior do exército (marechais, generais, comandantes, capitães etc.).

As narrativas acerca da guerra neste período, como bem observa Salles, estiveram voltadas a exaltação de confrontos e construção de heróis. Em suma, estas narrativas como propõe o autor possuem características como: memorialísticas e patrióticas, de soldados e outros profissionais, como jornalistas e pintores², os quais vivenciaram o confronto (SALLES, 2015, p. 30).

Entre as principais características destas narrativas a respeito do confronto, podemos observar que tais autores deste momento, se preocuparam em legitimar os porquês do conflito. Segundo André Mendes Salles:

Nessas narrativas prevaleceu, via de regra, uma interpretação que apontava para o governo paraguaio como o causador da guerra, o responsável pelo conflito, pois, segundo esta visão, foi esse governo que invadiu/agrediu o Império do Brasil. Essa forma hegemônica de interpretação, que ganhou espaço no final do período imperial e perdurou por boa parte do período republicano, tendia a personificar a guerra na figura do presidente do Paraguai, Francisco Solano López (SALLES, 2015, p. 30-31).

Seguindo ainda a perspectiva deste autor, estas narrativas a respeito da guerra viram seus holofotes a um sujeito, ou seja, ao “ditador paraguaio” ignorando a população paraguaia, ou qualquer outro sujeito histórico, participante deste confronto (SALLES, 2015, p. 31). A visão sobre a guerra, transmitida por estas narrativas, emite uma compreensão de civilização, representada na figura do império brasileiro, em contraponto a de barbárie, transmitida pela forma como López conduzia a nação paraguaia. Se justifica o confronto a partir da compreensão de ‘livrar os paraguaios do sanguinário ditador’.

² A estes últimos, inúmeras obras de arte, sejam desenhos ou pinturas, destacamos as célebres obras – encomendadas pelo governo imperial – dos artistas brasileiros Victor Meireles e Pedro Américo, pintores a serviço direto do império, através da Academia Imperial de Belas Artes – Ver melhor em: PEREIRA; GILLIES, 2017, p 1-17.

Entretanto as narrativas publicadas ao longo deste período, em sua maioria, estavam diretamente ligadas às ideologias nacionalistas do período. Um dos grandes veículos de difusão, ou melhor, da legitimação da guerra e de sua importância, atentando para as questões que se voltavam a dualidade da civilização versus barbárie, destacamos o papel da imprensa. (ARIAS NETO, 2016, p. 251-273)³.

A exemplo, Gabriel Ignacio Garcia e Edméia Ribeiro (2016) ao analisarem o periódico *Paraguay Illustrado*⁴, que continha textos e caricaturas acerca da guerra e que circulou ao longo de alguns meses na capital do Império no ano de 1865. Segundo os autores, tal documento continha de forma explícita um forte

engajamento político, onde é importante destacar o seu forte caráter nacionalista defendendo uma suposta missão civilizadora desempenhada pelo Brasil no conflito. Contrapondo a essa visão idealizada da ação brasileira, observa-se uma visão deturpada do povo paraguaio e seu presidente Solano López, ambos atacados ferozmente tanto nas caricaturas como nos textos (GARCIA; RIBEIRO, 2016, p. 78).

Estes discursos, como bem observa os autores supracitados, desenvolvia uma visão da guerra que se manteria até o final do confronto. Segundo Salles, se a Guerra do Paraguai foi em seu início um dos pontos altos da monarquia brasileira, por outro, ela também teria sido um dos grandes motivos de sua queda.

Se a Guerra do Paraguai constitui o apogeu do poder do Estado Imperial, também prenuncia o início de sua decadência, quer por ampliar tensões internas na estrutura sócio-política, quer por emergir do conflito um exército no qual parte da oficialidade transferiu sua lealdade da figura do Imperador, personificação do Estado Monárquico, para a Nação (SALLES, 2015, p. 32).

As novas narrativas com relação a guerra na república tomariam um novo rumo, em especial por meio dos jornais da época. Inúmeras críticas foram colocadas com relação a atuação do Império. A autora Paula da Silva Ramos (2013) evidencia que o pós-guerra é marcado pelo grande montante de periódicos abertos ao longo do período. Segundo ela, a maioria destes possui grande influência política, em especial do

³ O historiador José Miguel Arias Neto, entre suas principais pesquisas, destaca o papel da imprensa brasileira ao longo dos anos que se seguiram a guerra do Paraguai. O historiador a observa, nos escritos deste período, como um “soldado” do exército brasileiro, devido a sua grande contribuição na busca de legitimação da guerra. Ver melhor em: ARIAS NETO, 2015; 2016.

⁴ Este periódico circulou entre os meses de julho e outubro de 1865 na cidade do Rio de Janeiro, Capital e centro político do Império. Atualmente estas fontes se encontram disponíveis *online* em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=760005&pasta=ano%20186&pesq> (ILLUSTRADO, 1865; In: GARCIA; RIBEIRO, 2016).

movimento republicano. Segundo Ramos, estes inúmeros jornais, abertos em diferentes províncias, foram cruciais para “a queda do império” (RAMOS, 2013, p. 32).

Para florescer os ideais republicanos... mate o Império

Com a mudança de status político brasileiro, de império à república, uma nova visão acerca da guerra passa a vigorar. Uma visão um tanto contraditória, se bem lembrarmos a primeira fase da república brasileira é administrada por militares, em especial, os mesmos que teriam participado de tal acontecimento e receberam inúmeras condecorações por seus ‘feitos’ em tal confronto.

Segundo Doratioto (2008), os intelectuais deste momento, possuíam um certo

embasamento ideológico positivista [...], coerentes com seu caráter pacifista, condenaram a Guerra do Paraguai. Eles também atuaram, assim como outros aderentes da República, com a finalidade de justificar a nova realidade política brasileira e uma forma de fazê-lo era criticando homens e acontecimentos da história do Brasil Monárquico, inclusive o conflito com o Paraguai. Por temerem uma restauração monárquica voltaram-se principalmente contra Pedro II, que tinha sido uma figura popular, e mesmo após sua morte, em dezembro de 1891, esse temor persistiu por algum tempo (DORATIOTO, 2008, p. 4).

Como bem nos apresenta o autor supracitado, o período que corresponde os primeiros anos da república é um tanto ambíguo, em se tratando da guerra. Se por um lado estes intelectuais condenam a figura do imperador brasileiro, por outro, louvam os militares aos quais participaram da guerra e deram a soberania ao Brasil, as análises de Doratioto são complementadas por Salles ao observar que, nesta nova corrente, as produções sobre a Guerra: “buscaram questionar os feitos do Império, pondo em xeque toda a política imperial. Nesse sentido, teceram profundas críticas em relação à atuação do Brasil na Guerra do Paraguai” (SALLES, 2015, p. 31).

Podemos observar uma inversão de protagonistas, ao se tratar da guerra no início da república brasileira. De um discurso voltado às ideologias nacionalistas do império, substituiu-se por visões a respeito dos feitos e contribuições dos militares que estavam no comando da nação. O que podemos evidenciar ainda, a respeito destas publicações, são as exclusões da grande massa, seja em sua participação na guerra, assim como, na Proclamação da República (LESSA, 2008, p. 252).

Os anos finais do século XIX e início do século XX são marcados por produções voltadas a ‘matar’ o império, produzidas pelos republicanos, bem como ainda algumas obras mantinham os discursos de apoio ao regime passado. Segundo Salles, este período também é marcado pela construção de uma História nacional, a qual, na

perspectiva do autor, cristalizaria uma visão sobre a guerra que estaria pautada nas obras e visões memorialistas e patrióticas (SALLES, 2015, p. 32).

As principais obras que abordariam os aspectos da guerra, ao longo de toda primeira metade do século XX, estiveram voltadas as narrativas produzidas ao longo do pós-guerra, ou seja, as principais fontes para história foram tais narrativas. Este longo período de publicações sobre a guerra cristalizou no imaginário social algumas características, como os motivos do confronto e o enaltecimento do exército.

Entre as principais formas de divulgação desta carga de características destacamos os livros didáticos. Estes foram responsáveis por reproduzir uma visão da guerra, pautada em aspectos memorialísticos e patrióticos. Podemos compreender que as obras didáticas, produzidas ao longo da primeira metade dos novecentos, pautaram-se em narrar o acontecimento, enaltecendo os grandes nomes da guerra, ou seja os generais e comandantes, assim como enumerar os motivos do confronto, como a visão sobre Solano López, a invasão paraguaia a territórios brasileiros etc.; na perspectiva de uma história tradicional, pautadas em fatos, datas e “grandes” nomes.

Em especial se tratando do ensino de história neste período, a grande maioria das obras produzidas dos anos iniciais da república, até meados das décadas de 1950, eram produzidos em sua maioria, por intelectuais e professores ligados ao Colégio D. Pedro II. A grande maioria destas obras, seguiam modelos de uma história um tanto ‘tradicional’ voltada a apresentar aos estudantes uma ‘história nacional’, através de fatos, nomes e datas. Segundo Manoel, as obras didáticas se pautavam na criação de um cidadão “republicano” (MANOEL, 2012, p. 11-24)⁵.

Uma nova visão sobre a guerra apareceria somente na segunda metade do século XX. Novos historiadores e historiadoras se voltaram ao passado e deram novas vozes aos sujeitos históricos. Em especial, esta nova abordagem da historiografia, pautou-se em buscar trazer à tona novos protagonistas desta guerra, ressignificando o novo fazer historiográfico.

⁵ Inúmeras foram as obras didáticas produzidas ao longo das primeiras décadas do século XX, onde grande parte destas foram organizadas por profissionais ligados a duas importantes instituições deste período, o tradicional colégio carioca D. Pedro II, e o Instituto Histórico Geográfico – IHGB, estas obras estiveram à disposição de instituições de ensino espalhadas por todo o país. A exemplo, podemos observar no acervo do Centro de Documentação e Memória – CEDOC/I –, da Universidade do Centro-Oeste do Paraná – UNICENTRO, situada no interior do mesmo estado, uma infinidade de livros didáticos, entre estas obras destacamos os títulos de História Geral do Brasil, História Geral da América, que trazem a temática da Guerra, todas estas obras, atualmente disponíveis para pesquisa no CEDOC/I, pertenciam a estudantes dos colégios na região. Ver melhor em: VALTER; DORÉ; PEREIRA, 2017, p. 17.

A “Nova” Guerra do Paraguai: das influências inglesas a queda de uma grande nação.

Por muito tempo os discursos acerca da guerra, seja de historiadores e intelectuais brasileiros, se voltaram apenas aos discursos memorialistas e patrióticos. A principal fonte utilizada por estes, ao longo da primeira metade do século XX, foram as produções realizadas ao longo do confronto e no pós-guerra.

Porém, já na segunda metade dos novecentos, podemos observar uma nova corrente de historiadores com uma nova perspectiva a respeito da guerra. Tais estudos se pautavam em desconstruir os chamados ‘mitos’ desta guerra, em especial, quebrar com as visões a respeito da ‘ditadura’ de Solano López. Mas como propõem Salles, “ao tentar desconstruir mitos criados pela historiografia precedente, a historiografia revisionista findou por criar novos mitos, como o suposto desenvolvimento paraguaio do pré-guerra” (SALLES, 2015, p. 32).

Esta nova corrente historiográfica, ‘revisionista’, se pauta em realizar uma análise um tanto crítica das produções de até então, destacamos obras clássicas desta corrente, como do historiador argentino León Pomer, que publicaria em meados da década de 1960 a obra *La Guerra del Paraguay – Gran Negocio!*, que seria traduzido para o português em 1980, com o título “A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rio-platense”. Esta nova abordagem historiográfica traz ‘luz’ à um acontecimento até então encoberto e manipulado pelos discursos, seja da ideologia do império nas décadas finais do século XIX, bem como, pela visão memorialista e patriótica dos intelectuais positivistas ao logo da primeira metade do século XX (MOTA, 1995).

A obra de Pomer pode ser considerada como um marco desta nova corrente, pois nos apresenta uma nova visão crítica a respeito da Guerra do Paraguai, através de sua análise crítica a respeito das obras então publicadas. Como bem observado por Salles, o historiador argentino busca analisar questões sobre o prisma da influência do capitalismo internacional, com destaque para o imperialismo britânico na América Latina, bem como, a influência das elites locais no desenrolar da guerra (SALLES, 2015, p. 34-35).

Destacamos ainda nesta corrente, as contribuições do jornalista brasileiro José Júlio Chiavenatto, que já nos anos finais da década de 1970, publicaria a obra “Genocídio Americano”; obra esta que seguiria a mesma linha do historiador argentino citado acima.

Sejam as obras de Chiavanetto, bem como as obras de Pomer, propõem uma nova visão sobre a guerra, possibilitando trazerem à tona novas problemáticas, sejam elas: a influência inglesa na guerra, o capitalismo, bem como, a visão de tragicidade ao conflito. A este olhar trágico, observamos que esteve estritamente ligado a esta nova corrente, que propunha a respeito do conflito se pautar em analisar as consequências da guerra, os milhares de mortos, as epidemias que assolaram grande parte dos soldados, os erros táticos que mataram muitos, bem como as táticas de ‘grandes’ generais brasileiros, tomados como ídolos ou heróis na corrente passada, táticas como o envenenamento de nascentes, causando a morte de milhares de soldados e civis (CHIAVENATTO, 1983).

Entre outros aspectos desta nova versão histórica, observamos o destaque da influência do capital inglês, como no próprio título da obra de Pomer, o autor traz a expressão *Gran Negócio!*, o historiador evidenciara, que a influência inglesa se deu tanto no campo dos investimentos da guerra, bem como, na justificação dela através de intelectuais ingleses. Seja o historiador argentino, bem como o jornalista brasileiro, ambos destacam, ainda, que a influência inglesa se deu através de seu apoio às elites locais, onde tal apoio oscilava entre uma oligarquia latifundiária e uma burguesia comercial. Em linhas gerais, estes autores nos apresentam que a influência inglesa buscava se articular e realizar parcerias com os grupos dominantes (AMAYO, 1995).

De fato, a participação inglesa neste confronto é inegável, como propõe esta nova corrente, mas como bem observa Salles (2015), ela peca ao resumir o confronto a tal influência, observando as elites locais como uma mera ‘extensão’ do imperialismo inglês na América. Nas palavras de Salles “apesar de destacar a atuação das elites locais, no desenrolar do conflito, Chiavenatto as apresenta assim, como os seus correspondentes governos, como fantoches dos desejos das elites imperialistas da Inglaterra [...]” (SALLES, 2015, p. 35).

Segundo o mesmo autor, é inegável os avanços desta corrente ‘revisionista’, pois esta contribuiu para quebrar com a visão acerca da guerra pautada nas narrativas memorialistas. Estas obras das décadas de 1960 até meados de 1980 serviriam de base para uma nova corrente historiográfica que traria novas discussões e análises na década de 1990, que segundo Doratiotto, se caracterizaria:

por pesquisas sólidas em fontes primárias, o que lhe permite concluir que as origens da guerra estão no próprio processo histórico regional; que o Paraguai

não constituía exemplo de modernidade econômica e social no período que antecedeu o conflito e, ainda, analisar criticamente os personagens que participaram do processo que levou ao enfrentamento armado, em lugar de robustecer mistificações (DORATIOTO, 2008, p. 8).

Uma visão um tanto atual: da queda dos mitos a exaltação de alguns, até então, excluídos

Do fim da guerra até meados dos anos 1980 mais de um século se passou, e uma infinidade de narrativas foram construídas, cada qual seguiu um modelo em seu tempo, seja para justificar, construir ou legitimar um discurso, proposto por seus autores, inseridos em seu tempo histórico.

Na segunda metade da década de 1980 e, ainda mais na década de 1990, uma infinidade de novos trabalhos passaram a ser produzidos trazendo uma nova visão a respeito da guerra. Estas novas visões são elaboradas por uma nova corrente que passa a florescer, o ‘neo-revisionismo’.

Essas novas abordagens, como bem observa Doratioto, ao qual faz parte dela, se pautou em destituir os antigos e os novos mitos acerca da guerra, como é caso das ilustrações e visões a respeito de Solano López, bem como quebrar os mitos construídos sobre a grande influência inglesa na guerra, ou sobre o autodesenvolvimento de nação paraguaia.

Esta nova corrente, diferente das demais, deu um grande destaque às fontes primárias, em especial, a documentação que, até então, estava sobre a posse apenas do exército brasileiro. Contudo, também se utilizam das obras produzidas ao longo das primeiras décadas do século XX, mas as analisam sobre o que poderíamos dizer de um “olhar de historiador”, ou seja, buscando interrogar tais obras, buscando compreender estas não como meras produções narrativas a respeito da guerra, mas sim, como discursos, em que trazem em suas entrelinhas representações do momento histórico de seus autores.

As novas perspectivas nos trazem novos sujeitos históricos, um novo olhar, pois até então a historiografia e as produções intelectuais se pautavam em analisar os motivos da guerra, os seus heróis e algozes, as relações políticas, econômicas e ideológicas. A corrente ‘neo-revisionista’, em muitas de suas obras, a partir da década de 1980/90, passou a destacar novos personagens como: a população, os escravos, o cotidiano, etc.

A participação dos escravos é tema central em inúmeros trabalhos acadêmicos, sejam teses, livros, dissertações e artigos. Por muito tempo estes sujeitos estiveram as margens da historiografia brasileira, portanto, nas abordagens desta nova corrente, estes sujeitos ganham espaço de destaque, em especial, tratando-se da composição do exército brasileiro que participou da guerra, pois boa parte deste foi composto por escravos.

Segundo André Amaral de Toral (1995), a participação dos negros na Guerra do Paraguai era denunciada pelos próprios paraguaios que, por meio dos jornais, denunciavam a participação de escravos como membros do exército brasileiro. Segundo o autor “os redatores dos jornais paraguaios da época tratavam de menosprezar o exército brasileiro com base no duvidoso argumento de que, por ser formados por negros, deveria ser de qualidade inferior” (TORAL, 1995, p. 287).

Orlando Bispo dos Santos (2014), ao analisar a participação de negros na composição do exército, observa que inicialmente o alistamento era obrigatório, o que causou uma certa resistência por parte dos mesmos, mas com adoção de uma nova estratégia utilizada pelo governo, estratégia esta que prometia aos negros a liberdade após o término da guerra, gerou um aumento significativo no alistamento (SANTOS, 2014, p. 99)⁶.

Parte das promessas do governo foram cumpridas. Muitos dos negros que participaram da guerra ganharam sua alforria, mas muitos não. As novas análises da guerra proporcionam a uma gigantesca parcela da população do XIX o seu direito a participar da história nacional. Como propõe Mota, aos poucos, os silêncios referentes à história de tal conflito vêm à tona.

Doratioto, ao evidenciar as contribuições desta nova corrente, propõe que:

A *Nueva* Historiografia [neo-revisionismo] emerge no contexto do fim das ditaduras no Cone Sul e, no plano mundial, do término da Guerra Fria. Esses acontecimentos levaram à abertura de arquivos; a maior liberdade acadêmica e à oxigenação ideológica, criando as condições para a ousadia intelectual por parte dos historiadores, que passaram a estudar novos objetos e questionar antigas interpretações que se apoiavam em precária base documental. Foi a redemocratização dos países que vivenciaram a Guerra do Paraguai que permitiu superar o revisionismo simplificador (DORATIOTO, 2008, s.p.).

⁶ A esta questão, sobre o alistamento, Chiavenato propõe em sua obra, *Genocídio Americano*, destaque ao alistamento forçado como única forma de alistamento. Segundo Francisca Carla Santos Ferrer, esta construção do alistamento forçado reduz as discussões acerca dos sujeitos que participarão do conflito, ou seja, segundo o mesmo autor este momento político era marcado também pelos sentimentos nacionalistas, além, é claro, dos privilégios que os alistamentos voluntários teriam, como é o caso da promessa de alforria. Ver melhor em: FERRER, 2014 p. 124-126.

São inúmeros os trabalhos que trazem uma nova visão a esta historiografia. Segundo Salles, estas novas perspectivas contribuem de forma significativa para quebra dos mitos construídos ao longo de mais de um século. Segundo o autor, muitos dos trabalhos desta corrente neo-revisionista, como é o caso dos estudos do consagrado historiador F. Doratioto, não desconsideram os avanços realizados entre as décadas de 1960 a meados de 1980. Segundo Salles “Doratioto, em sua desqualificação da historiografia revisionista, argumenta que esta segue uma perspectiva ideológica, militante. Deveríamos aqui destacar que não é somente a historiografia de esquerda que é militante, assim como nos faz entender Doratioto” (SALLES, 2015, p. 37).

Como bem observa o autor supracitado, e ao longo do mesmo trabalho, nos propusemos a compreender que as narrativas acerca da Guerra do Paraguai, estiveram diretamente ligadas ao contexto e às vivências de seus autores ao longo de suas vidas. Assim, compreendemos que tais narrativas estão carregadas de experiências, ou ideologias, seja a primeira geração que esteve ligada as narrativas de enaltecer a figura do imperador ou as do início do século, que em sua busca de concretizar o desejo nacionalista, trazem críticas ao que, anteriormente, era enaltecido.

Sejam as obras do início do século como as atuais, não podemos cair nas armadilhas de uma compreensão de neutralidade. A percepção de que os historiadores e intelectuais estão presos em seus respectivos tempos históricos acarreta a compreender que estes estão sobre influências de ideologias, ou quaisquer outros discursos.

Devemos ainda perceber que, após tantos trabalhos, muito se sabe sobre tal acontecimento, mas possivelmente novas visões virão com o passar dos anos, como o próprio autor neo-revisionista Fernando Doratioto, propôs, ao argumentar sobre as futuras publicações sobre tal tema, invocando o refrão de uma das músicas de Cazuza, célebre artista da música brasileira “Tuas ideias não correspondem aos fatos... O tempo não para...”.

Das visões oitocentistas às novas abordagens no final dos novecentos

Ao nos debruçarmos sobre este tema tão clássico para a historiografia brasileira, a Guerra do Paraguai, observamos que inúmeras foram as abordagens e visões desta guerra.

O presente trabalho teve por objetivo observar como a historiografia e intelectuais, sejam do pós-guerra, bem como da atualidade, analisaram tal acontecimento. Destacamos que as perspectivas sobre este ocorrido estiveram ligadas diretamente à temporalidade de seus narradores, onde ao se voltarem para a Guerra, deram a estas um novo sentido, podendo dar a uma classe, a uma instituição ou a alguns sujeitos históricos papéis de protagonismo.

Ao longo do final do século XIX até a contemporaneidade, intelectuais e historiadores variaram sua forma de observar a Guerra do Paraguai, onde cada uma das correntes apresentadas nesse artigo optou por um olhar sobre tal acontecimento, enfatizando, escondendo, manipulando ou tornando protagonistas certos sujeitos indivíduos.

Como bem observa Waldir José Rampinelli (2011), ao se tratar da Revolução Mexicana no início do século XX⁷, historiadores e intelectuais – como jornalistas, literatos etc. – de qualquer nação, se voltam ao passado com seus interesses atuais e constroem narrativas que atendam a tais interesses presentes.

Assim, ao longo do presente artigo pudemos sintetizar as principais visões acerca da chamada Guerra do Paraguai, visões de historiadores e intelectuais, que ao longo do último século e meio, construíram, legitimaram e reinventaram a Guerra do Paraguai, a Guerra da Tríplice Aliança ou a Grande Guerra.

Como nos propõe Fernando Doratioto (2008) e André Mendes Salles (2015) as narrativas históricas acerca deste acontecimento continuaram a ecoar sobre a historiografia brasileira, nas palavras de Salles.

O neo-revisionismo não é a última palavra acerca da Guerra do Paraguai. Nem poderia ser, pois com a mudança do tempo presente, o passado e o futuro também são rearticulados. Essa é a dinâmica historiográfica e os historiadores estarão sempre envolvidos na contínua tarefa de reescrever a História (SALLES, 2015, p. 39).

⁷ As análises acerca da Revolução Mexicana, assim como da Guerra do Paraguai, possuem diferentes análises e narrativas de intelectuais e historiadores desde seu desdobramento, a exatamente um século. Atualmente, inúmeros congressos e chamadas de revistas para a publicação de artigos possuem como tema central a Revolução Mexicana, as publicações destas trazem um novo olhar acerca deste acontecimento, seja através de fontes primárias da revolução, assim como através de releituras de inúmeras obras já publicadas no último século. Entre as visões de tal acontecimento, destacamos a visão que propõem os camponeses como protagonistas, tal visão pode ser bem observada na obra de Rampinelli, bem como em outros inúmeros textos da atualidade. Ver Melhor em RAMPINELLI, 2011, p. 90-107.

Referências

AMAYO, Enrique. *A Guerra do Paraguai em perspectiva histórica*. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 24, mai/ago 1995, p. 255-258. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141995000200013>. Acesso em : 08/11/2017.

ARIAS NETO, JOSÉ MIGUEL. *A defesa na Imprensa Militar do século XIX: Brasil e Argentina*. In: IX ENABED - Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, 2016, Florianópolis: **Anais do IX ABED**, 2016. v. 1. p. 1-11. Disponível em: http://www.enabed2016.abedef.org/resources/anais/3/1466374207_ARQUIVO_Adefesa_nalImprensaMilitar.pdf. Acesso em: 04/11/2017.

ARIAS NETO, José Miguel. *A imprensa militar e as ressignificações da Batalha Naval do Riachuelo na memória e na História*. In: Pensando a Guerra do Paraguai em seus 150 anos. UFMGS: **Anais do III Encontro do Grupo de Pesquisa Historiografia e Ensino de História (HEH)**, 2016.

ARIAS NETO, José Miguel; GARCIA, Gabriel Ignacio. *A imprensa como soldado da Tríplice Aliança e do Paraguai: guerra total e desumanização do inimigo*. In: Ana Paula Squinelo. (Org.). **150 anos após A guerra do Paraguai: entreolhares do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai**. Campo Grande: Editora UFMS, ed. 1, v. 1, 2016, p. 251-273.

CASTRO, Isis Pimentel de. *Pintura, Memória e História: a pintura histórica e a construção de uma memória nacional*. **Rev. de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, n. 38., p. 335-352, 2005.

CHIAVENATTO, Júlio José. **Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai**. São Paulo: Editora Brasiliense, ed. 18, 1983.

COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS. *Coleção de livros didáticos e literários*. In: MARTINS; V.; DORÉ, M. E.; PEREIRA; B. C. **Guia de Fundos e Coleções**. Irati: UNICENTRO/CEDOC-I, 2017, p. 17.

DORATIOTO, Francisco. *História e ideologia: a produção brasileira sobre a Guerra do Paraguai*. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**. Buenos Aires: Museu Histórico Nacional da Argentina, 2008. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/49012>. Acesso em: 05/11/2017.

FERRER, Francisca Carla Santos. **O recrutamento militar na Guerra do Paraguai: Voluntariado e Coerção**. Porto Alegre: PUC Rio Grande do Sul – PPGH Sociedades Ibero-Americanas (Dissertação de Mestrado), 2004. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp020547.pdf>. Acesso em: 04/11/2017.

GARCIA, Gabriel Ignácio; RIBEIRO, Edméia. *As representações da Guerra do Paraguai por meio do periódico "Paraguay Ilustrado" (1865)*. In: XIº Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas. Maringá: **Anais do XIº SPCH**, v. 2, n. 4, 2016, p. 70-80. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/sepech/arqtxt/ARTIGOSANAIS_SEPECH/gabrielgarcia.pdf. Acesso em: 05/11/2017.

LESSA, Carlos. *Nação e Nacionalismo a partir da experiência brasileira*. **Estudos Avançados**, v. 22, 2008, p. 237-256. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a16v2262.pdf>. Acesso em: 05/11/2017.

MANOEL, Ivan A. *O Ensino de História no Brasil: do Colégio Pedro II aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. **Conteúdos e Didática de História**, UNESP, 2012, p. 1 – 24. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/46194/1/01d21t11.pdf>. Acesso em: 07/11/2017.

MOTA, Carlos Guilherme. *História de um silêncio: a guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois*. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 9, n. 24, mai/ago 1995 p. 243-254. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141995000200012>. Acesso em: 07/11/2017.

PEREIRA, Bruno César; GILLIES, Ana Maria Rufino. *Literatura, Arte e História no Brasil Imperial*. **Sobre Ontens**, v. 2, 2017, p. 1 -17. Disponível em: <http://revistasobreontens.blogspot.com.br/p/edicao-sobre-ontens.html>. Acesso em: 05/11/2017.

POMER, León. **A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rio-platense**. Tradução Yara Peres. São Paulo: Global, 1980.

RAMOS, P. S. **Vozes do Império: Estados Unidos e Argentina no debate político da imprensa brasileira (1875-1889)**. Assis: UNESP – Faculdade de Ciências e Letras (Dissertação de Mestrado em História), 2013. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93383/ramos_ps_me_assis.pdf?sequence=1. Acesso em: 08/11/2017.

RAMPINELLI, Waldir José. *A Revolução Mexicana: seu alcance regional, precursores, a luta de classes, e a relação com os povos originários*. **Revista Espaço Acadêmico, Maringá**: UEM, v. 126. Nov/2011, p. 90-107.

SANTOS, Orlando Bispo dos. *Alistamento de escravos negros no exército brasileiro: Guerra do Paraguai (1864-1870)*. In: III Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Salvador-BA: **Anais do III CONINTER**, v. 9, 2014, p. 96-108. Disponível em: <http://aninter.com.br/Anais%20CONINTER%203/GT%2009/08.%20SANTOS.pdf>. Acesso em: 07/11/2017.

SALLES, André Mendes. *A Guerra do Paraguai na historiografia brasileira: algumas considerações*. **Cadernos do Aplicação**. Porto Alegre: v. 27-28, jan.-dez. 2014/2015, p. 29-41. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/CadernosdoAplicacao/article/viewFile/49957/38164>. Acesso em: 05/11/2017.

TORAL, André Amaral de. *A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai*. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 9, n. 24, mai/ago 1995, p. 287-296. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141995000200015>. Acesso em: 08/11/2017.

Bruno César Pereira

Graduado em História pela Universidade do Centro Oeste do Paraná - UNICENTRO, *Campus Irati*; participou, na categoria pesquisador, do Núcleo de História da Violência, coordenado pelos professores Drs. Hélio Sochodolak e Valter Martins; atualmente é integrante nos Projetos de Pesquisa "Preservação de Acervos do Poder Judiciário da região Centro-Sul do Paraná" e "Café & Memória", ambos coordenados pelo Centro de Documentação e Memória de Irati - CEDOC/I.

Jaqueline Kotlinski

Graduada em História pela Universidade do Centro Oeste do Paraná – UNICENTRO, *Campus Irati*; participa na categoria pesquisadora dos Núcleos de História da Violência – NUHVI, coordenado pelos professores Drs. Hélio Sochodolak e Valter Martins e Núcleo de Estudos Étnicos Raciais – NEER, coordenado pelo professor Dr. Danilo Fonseca, atualmente é bolsista pelo programa de Iniciação Científica, financiado pela Fundação Araucária e participa do projeto de extensão "Café & Memória", ambos coordenados pelo Centro de Documentação e Memória de Irati - CEDOC/I.

Oseias de Oliveira

É graduado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1995) e defendeu o doutorado direto em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), em 2003 com a tese "Índios e Jesuítas no Guairá: a redução como espaço de reinterpretação cultural (século XVII). Integra o corpo docente do Departamento do curso de Licenciatura em História - UNICENTRO-Irati. Também é Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em História e Regiões da UNICENTRO.



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 12 | Nº. 22 | Jan./Jun. 2020

Ricardo de Moura Borges

*Escola Estadual Pedro Evangelista Caminha – PEC
(Geminiano – PI)*

ricardodemouraborges@gmail.com

OS INDÍGENAS NA CONTEMPORANEIDADE: buscando entender alguns estereótipos no contexto Piauiense.

RESUMO

O presente artigo traz uma discussão historiográfica de como os historiadores abordam o índio ao longo da história do Brasil, referindo-se ao contexto de marginalização, ocupação e desterritorialização de suas terras, em detrimento de uma visão eurocêntrica da história, que perpassa os tempos e predomina até os dias atuais, especificamente no território piauiense que é a base de nosso estudo. Procuramos evidenciar, no artigo, a presença de pensadores como Ricouer, Monsenhor Chaves, Borges, Nunes, dentre outros, para mostrar as rupturas e continuidades sobre os estereótipos relacionados aos povos indígenas, procurando desmontar a classificação de homogeneização deles e o processo de aculturação com a aproximação dos europeus. A Constituição de 1988, ao dar ênfase aos indígenas no Brasil, coloca em evidência o tratamento com os mesmos de forma mais eficaz e mostra uma ruptura com um pensamento segundo o qual os indígenas eram incapazes de entender a sociedade, apresentando uma nova visão que anteriormente não era atribuída aos mesmos.

Palavras-chave: Historiografia. Indígenas no Brasil. Indígenas no Piauí. Aculturação. Estereótipos.

INDIGENOUS IN CONTEMPORARY: seeking to understand some stereotypes in the context of Piauí.

ABSTRACT

This article presents a historiographical discussion of how historians approach the Indian throughout the history of Brazil, referring to the

context of marginalization, occupation and deterritorialization of their lands, to the detriment of a Eurocentric view of history, which permeates the times and predominates to the present day, specifically in the territory of Piauí, which is the basis of our study. We sought to highlight, in the article, the presence of thinkers such as Ricouer, Monsignor Chaves, Borges, Nunes, among others, to show the ruptures and continuities on the stereotypes related to indigenous peoples, seeking to dismantle their homogenization classification and the process of acculturation with the rapprochement of Europeans. The 1988 Constitution, by emphasizing indigenous peoples in Brazil, highlights how to deal with them more effectively and shows a break with a thought according to which indigenous people were incapable of understanding society, presenting a new vision that previously it was not attributed to them.

Keywords: Historiography. Indigenous people in Brazil. Indigenous people in Piauí. Acculturation. Stereotypes.

Introdução

Os povos indígenas hoje estão, em grande maioria, integrados à sociedade moderna. Entender o processo pelo qual eles passaram em seu contexto histórico é um desafio para a historiografia brasileira, tendo em vista que a diversidade de povos aqui encontrados no século XV, não é mais a mesma do século XXI, pois eles mudaram seus perfis, de convivência, socialização e práticas culturais. Em muitos momentos como em datas comemorativas, a saber o 19 de abril, temos o indígena tal qual representam as imagens dos séculos da colonização, como se estes estivessem estáticos, ou seja, sem mudanças sociais. Hoje temos indígenas presentes em todos os âmbitos sociais, a saber: médicos, engenheiros, professores universitários etc.

A partir dos anos de 1960, a historiografia passa a dar uma amplitude em seus conhecimentos com relação aos povos indígenas colocando em evidência uma história problema, onde os fatos e documentos tradicionais e inquestionáveis até então geraram dúvidas sobre a sua veracidade e, em consequência, mostram evidentemente que a história por muito tempo abordou questões relacionadas às classes mais poderosas, dos grandes reis, ou seja, daqueles que queriam manipular de certa forma uma história evolutiva, dando prioridade ou mostrando que determinada sociedade deveria ser mais enaltecida por um processo de evolução constante.

Nesse sentido, os povos que não fossem detentores dessa racionalização tradicional e evolutiva deveriam apenas ser escravizados e subjugados, o que revela uma visão totalmente eurocêntrica. Como nos aponta a autora Janaína Borges, em seu livro *História Negada* (2007, p. 25), ao questionar: “Por que estudamos muito sobre os gregos como Aristóteles e os romanos, se na verdade não pensamos que aqui no litoral Piauiense já existiam povos antigos que tinham sua cultura também estabelecida e constituída”.

Com este trabalho pretendemos entender a diversidade étnica dos povos indígenas em seu processo histórico brasileiro, conhecendo e valorizando a influência indígena em nossa sociedade moderna, para entendermos nossas raízes. Compreender as relações de tempo, espaço e cultura indígena é um dos temas abordados neste trabalho, para mostrar a influência desses grupos na construção de nossa identidade. A partir de então, iremos identificar o processo de povoamento dos povos indígenas no estado do Piauí.

Dessa forma, entendemos que a história foi escrita para servir a determinados interesses, já que não existe uma neutralidade para se explicar determinado fato. O empoderamento, ou seja, dar poder para os indígenas é entender o seu lugar de fundamental importância para a construção do que é ser povo brasileiro, tendo em vista que somos, de certa forma, todos indígenas, negros ou europeus, pois somos mistura de etnias diversas que compõem uma única raça, ou seja, a raça humana.

Metodologia

A presente pesquisa qualitativa configura-se como de cunho bibliográfico. A pesquisa foi feita a partir de teóricos, historiadores, filósofos, a partir de livros, artigos científicos e textos com a temática colonização dos povos indígenas no Brasil e povoamento no Piauí, como a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, evidenciando a importância e o lugar dado ao Índio. Demonstramos a importância do estudo sobre os estereótipos construídos na História do Brasil e a sua propagação com o cunho generalizante sobre os povos indígenas. As fontes serviram de base para questionar e problematizar a questão da territorialização dos povos indígenas no Brasil e no Piauí, destacando que a generalização de tais povos leva justamente a uma perda no que tange à diversidade de tribos e culturas que existiram e ainda existem em território brasileiro e piauiense. Alguns textos foram destacados com seus respectivos autores, tais como Monsenhor Chaves, Joselina Pereira Rodrigues que trazem em perspectiva a o cenário do índio no Piauí, mostrando as perspectivas de classificação desses povos nativos. Historiadores e outros pensadores mostram a necessidade de uma história problema, que garanta uma reflexão ampla sobre os povos nativos. Rigorosamente analisados os livros e textos, segundo a ótica proposta por esta pesquisa: a problematização em torno dos estereótipos presentes na contemporaneidade sobre os indígenas. Para tanto utilizamos a técnica da análise de conteúdo. O processo resultou na organização dos enunciados dos textos analisados em diferentes eixos de análise.

Estereótipos atribuídos aos indígenas em uma constituição histórica

Os índios, que, até pouco tempo, eram vistos como os primeiros habitantes das terras que, posteriormente a 1500, foi chamada de Brasil, eram indivíduos basicamente ausentes na historiografia brasileira. Considerados vítimas do processo de colonização, não poderiam esperar um futuro promissor, pois à medida que os europeus adentravam o lugar daqueles povos, a tendência era que eles desaparecessem, para que os colonos

implantassem uma sociedade “civilizada”, ou se tornassem submissos aos colonizadores.

Nos últimos anos, porém, significativas transformações teórico-metodológicas, fizeram nascer novas abordagens acerca das populações nativas, dando enfoque aos povos indígenas. Contudo, muitas vezes ainda são atribuídas características preconceituosas aos povos indígenas por boa parte da sociedade, como se não houvesse possibilidades de existirem índios que vivam também nas cidades contemporâneas.

Pouco se sabe da origem desses povos, o que podemos afirmar é que existiam diversas tribos indígenas no Brasil, falando as mais variadas línguas. Grupioni (1995, p. 487), afirma que “Poucos livros mencionam a questão da origem dos povos indígenas no continente americano”. A autora Maria Regina Celestino de Almeida aborda a temática da inserção dos índios em nossa historiografia, discorrendo em linhas gerais sobre as principais mudanças do modo como os índios têm sido vistos em nossa história. Assim a trajetória indígena era compreendida, no início, como indivíduos que desempenhavam um papel secundário; grupos de pessoas que deveriam estar à disposição dos europeus para atendê-los. Eles pretendiam que os índios (nome dado pelos europeus a uma diversidade de povos encontrados no Brasil em 1500), se integrassem a uma sociedade chamada “civilizada”, ou deveriam ser extintos, caso não aceitassem a dominação europeia. Muitos historiadores afirmam que os índios eram vistos pelos colonizadores como raça inferior, desprovidos até de “alma”, ou seja, alguns viviam sob a condição de dominados pelos europeus e outros assimilavam o que era imposto por esses grupos. Como afirma Borges, (2004, p. 62), “a chegada de Cabral à terra de Santa Cruz foi marcada pelo especial encontro entre os chamados Velho e Novo Mundo. A autoproclamada civilização viu-se frente a frente com o que ela tomou por barbárie nas portas do que de imediato considerou mundo-paraíso”.

Nunes (2010, p. 87) afirma que: “Contudo, eram talvez os brasileiros, na época do descobrimento, os mais atrasados habitantes das Américas”. Alguns por vontade própria se aliavam aos colonizadores. Mas isso não incluía todos os grupos indígenas, pois havia aqueles que demonstravam rebeldia ao se depararem com aquele grupo de Europeus. Medeiros (2002, p. 42) afirma que “A resistência dos povos indígenas está presente desde o início da colonização”. Muitas vezes eram identificados na história apenas em momentos de disputa, quando guerreavam contra aqueles que eles consideram inimigos.

Muitos morreram nesse período. Esses conflitos eram bastante frequentes no início da colonização, como afirma Schwartz, (2003, p. 14): “No Brasil, durante o regime colonial, negros e índios tinham muito em comum. Os dois grupos foram escravizados, sofreram com a criação da colônia portuguesa, ocupação das terras e regime de exploração”.

Nesses conflitos, os índios que sobreviviam acabavam se tornando escravos, sendo submetidos à opressão instalada em suas vidas pelos colonos. Surgia assim a aculturação, processo este que fazia com que “deixassem de serem índios” e desaparecessem da história, como afirma Almeida (2002, p. 26), no início do texto:

Trata-se da ideia segundo a qual os índios integrados a colonização iniciaram o processo de aculturação, isto é, de mudanças culturais progressivas que os conduziam a assimilação e conseqüentemente a perda da identidade étnica. Assim, a relação de contato com a sociedade envolvente e os vários processos de mudança cultural vivenciados pelos grupos indígenas eram considerados simples relações de dominação impostas aos índios de tal forma que não lhes restava nenhuma margem de manobra, a não ser a submissão passiva a um processo de mudanças culturais que os levaria a serem assimilados e confundidos com a massa da população.

Um aspecto importante é que, segundo Cunha (1992, p. 30), antes da chegada dos portugueses, havia no Brasil cerca de “1 a 5 milhões” (um a cinco milhões) de índios. A partir da chegada dos europeus houve uma grande redução no número dos povos indígenas, pois aqueles trouxeram, além do desejo de conquista, muitas epidemias que aumentaram a taxa de mortalidade indígena.

Outro fator a ser destacado é a mentalidade eurocêntrica que coloca o europeu como detentor de um saber mais avançado e civilizatório, que até em aspectos científicos mostra uma racionalização que justificava a erradicação dos povos indígenas, considerados pelos colonizadores como seres inferiores e até como motivos de atraso do desenvolvimento do Brasil do século XIX.

Assim, nessa perspectiva, por muito tempo o pensamento antropológico defendia que os índios, ao se integrarem à colonização, se tornavam indivíduos passivos. Muitos conflitos surgiram e, dentro desses, além de muitos perderem sua vida, ficavam sem os seus costumes e identidades étnicas. Hoje, essa ideia é bastante questionada, pois historiadores, filósofos, sociólogos e antropólogos, dentre outros estudiosos, ao abordarem a historiografia indígena, levam em conta os processos de mudança pelos quais passaram e questionam a visão eurocêntrica estipulada na época.

Em meados do século XX predominou a importância de se considerar a trajetória histórica dos povos indígenas para que pudesse haver o entendimento de suas culturas,

porém alguns antropólogos afirmavam que havia perda cultural a partir dessa análise de linha histórica. Diante desse fato, as relações do contato dos povos indígenas com outros povos eram entendidas como uma relação de dominação ou submissão, na qual uma cultura se sobressaia diante da outra, revelando assim um preconceito com a cultura indígena.

Por causa do contato com outras culturas, muitos costumes e tradições dos povos indígenas perderam força e passaram a fazer parte de outras culturas, em que não tinham direito a fazer o que lhes era transmitido hereditariamente, de modo que alguns grupos foram perdendo, aos poucos, a sua identidade cultural.

No passado, um grupo significativo de historiadores caracterizava os índios como indivíduos primitivos, que possuíam uma cultura própria e que deviam ter a sua história analisada por etnógrafos. Hoje, muitos historiadores e diversos estudiosos percebem que houve, na verdade, uma troca de saberes. É considerado que os indígenas contribuíram muito para a medicina europeia ou norte-americana, ou seja, para outros povos que se diziam superiores. Como exemplo, destacamos a alta frequência com que os indígenas tomavam banho, mostrando hábitos de higiene que eram descartados pelos europeus que, motivados por suas concepções cristãs da época, compreendiam isso como o corpo sendo um sinal de pecado. Hoje esse hábito de higiene é constante entre as pessoas, pois a rotina de hábitos higiênicos faz parte da vida da maioria das pessoas. Assim, entendemos a importância de órgãos que foram criados para mostrar o lugar do indígena no Brasil, dentre os quais, destacamos o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Os povos indígenas na atualidade

Foi criado, em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que tinha por objetivo contar uma história do Brasil que reservasse aos índios um lugar: o passado. Diante disso, esses povos passaram a ser apresentados como inimigos que precisavam ser derrotados ou como heróis que muito contribuíram para a colonização e o povoamento do Brasil. Essas concepções a respeito dos povos indígenas permaneceram por muitos anos, a ponto de muitos intelectuais brasileiros considerarem que haveria uma extinção definitiva desses povos, porém isso não aconteceu, pelo contrário, como afirma Almeida (2010, p. 18-19), “Ao invés disso, crescem e multiplicam-

se, como demonstram os últimos censos”. É o que apontam os últimos censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

No ano de 1991 foi introduzida a pesquisa com o quesito da cor ou raça, uma categoria para que o indígena se classificasse, esses pesquisadores chamavam essa forma de pesquisa de autoidentificação ou de autodeclaração. O censo demográfico de 2001 identificou a população indígena usando o mesmo modelo de pesquisa.

No censo de 2010, houve uma mudança na forma de investigar a realidade atual dos povos indígenas, pois neste procurava-se conhecer a qual etnia ou povo o índio pertencia e qual a língua falada, sendo realizado também um levantamento sobre o lugar onde vivem os povos indígenas: se em áreas urbanas ou rurais. Diante disso, foi declarado pelo IBGE que, no Brasil, existe uma população indígena de 0,44% da população total brasileira, eles ocupam 12,5% do território nacional e 57,7% residiam nas terras indígenas, sendo declaradas cerca de 305 etnias e 274 línguas indígenas faladas no território brasileiro.¹

Por outro lado, alguns dos povos indígenas brasileiros vivem isolados e sem contato com outros povos, acreditamos que, se houvesse uma maior investigação, esses dados seriam alterados, pois é grande a quantidade de povos indígenas ainda não identificados nessas pesquisas. Mas mesmo assim, aqueles dados mostram que as antigas previsões de desaparecimento dos povos indígenas não se cumpriram. Muitos desses povos não vivem como em 1500, eles estão presentes em vários lugares e ocupam os mais variados cargos; apesar do preconceito que ainda existe em nosso país, esses povos têm os mesmos direitos dos povos “brancos”. Esses direitos são facilmente identificados a partir da Constituição Federal de 1988, como afirma Carlos Marés de Sousa Filho (1993, p. 10):

A constituição de 1988 foi, sem dúvida, um novo capítulo na história das relações entre o Estado e os povos indígenas, o conteúdo dessa relação foi revisto. A tônica de toda legislação indigenista, desde o descobrimento, é a integração, dita de modo diverso em cada época e diploma legal. ‘Se tente a sua civilização para que gozem dos bens permanentes de sociedade pacífica e doce’ (1808); ‘desperta-lhes o desejo do trato social’ (1845); ‘até sua incorporação à sociedade civilizada’ (1928); ‘integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional’ (1973). A lei brasileira sempre nos deu comandos com forma protetora, mas com forte dose de intervenção, isto é, protegia-se para integrar, com a ideia de que a integração era bem maior que oferecia ao gentio [...]. Entretanto, é somente no avançado século XX que se tem mais claro a importância da diversidade e a

¹ Censo do IBGE 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=1&idnoticia=2125&view=noticia>. Acessado em 25 de junho de 2021.

possibilidade real de entender-se o diferente sem juízo de valor. A humanidade mudou. Os conceitos de relacionamento humano mudaram, o Direito, embora sempre atrasado, se lhes persegue.

Hoje, muitos deles são advogados, professores, escritores entre outras profissões, e nem por esse fato perdem sua identidade indígena. Como afirma Almeida (2010, p. 20),

Por ora, para o argumento em questão, importa reconhecer que os movimentos indígenas da atualidade evidenciam que falar português, participar de discussões políticas, reivindicar direitos através do sistema judiciário, enfim, participar intensamente da sociedade dos brancos e aprender seus mecanismos de funcionamento não significa deixar de ser índio e sim a possibilidade de agir, sobreviver e defender seus direitos.

A discussão sobre os povos indígenas nos remete à reflexão a partir dos intelectuais que se debruçaram sobre esse tema anteriormente a nós, dando assim vivacidade e destaque aos povos indígenas. Percebemos assim escritores que refletiram através de uma perspectiva de pertencimento, mostrando uma reflexão sobre as obras históricas, o que podemos confirmar nas palavras de Nora (1993, p.20) ao indagar sobre as questões de como perceber a história a partir da análise micro, de suas especificidades contemplando o contexto:

Como não ver, nesse gosto pelo cotidiano no passado, o único meio de nos restituir a lentidão dos dias e o sabor das coisas? [...] Como não ler nessas bulas do passado que nos fornecem tantos estudos de micro-história, a vontade de igualar a história que reconstruímos à história que vivemos? Memória-espelho, dir-se-ia, se os espelhos não refletissem a própria imagem, quando ao contrário, é a diferença que procuramos aí descobrir, e no espetáculo dessa diferença, o brilhar repentino de uma identidade impossível de ser encontrada. Não mais uma gênese, mas o deciframento do que somos à luz do que não somos mais.

Diante disso, percebemos a necessidade de adentrarmos a construção do estado do Piauí, que era habitado por inúmeros povos indígenas no século XVIII, mostrando uma análise sob a perspectiva de Monsenhor Chaves² e Odilon Nunes³ que colocam a

² Joaquim Raimundo Ferreira Chaves – Monsenhor Chaves nasceu em Campo Maior (PI) em 9.03.1913, e faleceu em Teresina, no dia 8.05.2007. Licenciado em Filosofia, foi Vigário da Matriz de Nossa Senhora do Amparo, desde 1948, vigário-geral da Arquidiocese de Teresina, reitor e professor do Seminário Sagrado Coração de Jesus, em Teresina, também foi professor e historiador. Dirigiu o jornal católico O Dominical. Foi autor de vários livros históricos, membro da Academia Piauiense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense.

³ Odilon Nunes nasceu em 10.10.1899, em Amarante (PI), e faleceu na cidade de Teresina em 29.08.1989. Atividades exercidas: professor e diretor do Departamento da Educação. Foi membro do Conselho Estadual de Cultura do Piauí, do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí, da Academia Piauiense de Letras. Livros publicados: O Piauí na história (1931), Súmula de história do Piauí (1963), Pesquisas para a história do Piauí (1966), Um desafio da historiografia do Brasil (1979), etc.

diversidade de habitantes indígenas, mostrando suas peculiaridades, culturas, tradições e hábitos, quebrando de certa forma até com um estereótipo unificador que massifica os índios como todos iguais em culturas e tradições.

Povos indígenas no Piauí

Os estereótipos que marcam nossas escolas e meio social qualificam os índios em uma perspectiva generalizante, como por exemplo, todos os índios usam flecha, todos os índios andam pelados, todos os índios vivem de tal forma, e, portanto, vivendo de outra forma deixam a sua essência de indígena. Uma das formas de se entender e quebrar certos estereótipos é entender a diversidade na unidade, ou seja, sendo uma classificação generalizante dada pelos europeus, os índios viviam em tribos diversas, mantendo suas peculiaridades, em seu modo de viver, como encontramos nos relatos sobre os povos indígenas no Piauí. Assim, Rodrigues (2007, p. 141) aponta para uma diversidade de povos nativos que formaram a tribo Tremembé:

Os Tremembés, esses índios viviam na região do delta do Parnaíba, eram rígidos com seus inimigos, ágeis nadadores, famosos por seus mergulhos. Furtavam as embarcações dos aventureiros e eram chamados de peixes racionais. Lutaram até o fim, para que não fossem expulsos de seu habitat natural que compreendia a região deltaica, e parte do continente. Mesmo antes da invasão dos europeus, os Tremembés já habitavam toda a região do Norte do Piauí. Eram descendentes de tribos da Amazônia que se deslocaram daquela região e povoaram quase todo o Brasil. Tremembé, que significa índios de terrenos alagados, do tupi – tirime'mbé. Os Tremembés para os Jesuítas eram classificados como tapuias, designação dada pelos tupiniquins aos indígenas inimigos. Tapúia: ta quer dizer povo e púya, livre – o povo livre, os portugueses usavam essas rivalidades dos indígenas e fizeram muitos índios tupiniquins lutarem ao seu lado contra os Tremembés, que era classificação tupinambás.

Um dos intelectuais que se debruça sobre o tema dos indígenas no Piauí, falando das tribos existentes, é o Monsenhor Chaves, que foi um dos primeiros a destacar os povos menos favorecidos na historiografia piauiense. Mostra as diversas etnias indígenas que, devido a guerras constantes, mudavam de lugar rapidamente e frisando que a documentação relativa a índios era muito escassa para um melhor estudo. Aqui percebemos que o Monsenhor vive o seu tempo, valendo-se do testemunho dos exploradores que guerrearam contra os índios.

Quando Monsenhor Chaves faz essa afirmação, está se referindo apenas a documentos escritos com validade descritiva sobre os índios no momento da conquista pelos brancos, deixando claro que “fora disso qualquer afirmação seria uma mera fantasia”, por não ter como comprovar veracidade, caso outro tipo de documento que

não fosse escrito pudesse aparecer para análise. Dessa forma o historiador remete-se não à problematização do documento em si, mas a sua veracidade em conteúdos descritivos. Segundo o historiador Monsenhor Chaves (1998, p. 127), os índios estavam distribuídos nas seguintes tribos:

Os Tremembés, exímios nadadores e valentes guerreiros, dominavam o baixo Parnaíba e seu delta. Na chapada das Mangabeiras e no alto Parnaíba assistiam os Aroaquizes, os Carapotangas. Um pouco mais abaixo, os Aroquanguiras, Copequacas, Cupicheres, Aranheses, Aitatus e Corerás. No médio Parnaíba, os Abetiras, os Beirtás, Coroás e Nongazes. Nas cabeceiras do Gurguéia ficavam os Acoroás, os Rodeleiros e os Beijudos. Na extensão deste rio, os Bocoreimas, os Corsiás e os Lanceiros. Os Anassus e os Alongazes, na Serra da Ibiapaba. Os Aryazes no riacho Sambito. Os Ubatês, Moatans, Janduins, Icós e Urirês, na Serra do Araripe. Os Araiés e Acumês nas cabeceiras do rio Piauí. Os Coaratizes e os Jaícos, no Vale do Gurguéia. Os Cupinharós, no Canindé. Os Precatizes, no Uruçuí. Os Putis na foz do Rio Poti. Os Aranhis e Crateús, nas suas cabeceiras. Os Pimenteiras, nos limites com Pernambuco. Os Gueguês, na região central do Estado.

Nessa descrição dada, percebemos a diversidade de tribos indígenas existentes no solo piauienses, mostrando que cada tribo, por seu nome, demonstra suas especificidades, costumes, maneiras de se organizar e de combater tribos vizinhas e exploradores das terras piauienses. Claro, como nos direciona Barth (2000, p.26), que devemos fugir de uma “visão simplista”, buscando compreender a diversidade cultural de cada tribo por meio de isolamento geográfico, mas que,

Em outras palavras, as distinções entre categorias étnicas não dependem da ausência de mobilidade, contato e informação, mas implicam efetivamente processos de exclusão e de incorporação, através dos quais, apesar das mudanças de participação e pertencimento ao longo das histórias de vida individuais, estas distinções são mantidas. Em segundo lugar, há relações sociais estáveis, persistentes e frequentemente vitais que não apenas atravessam essas fronteiras como também muitas vezes baseiam-se precisamente na existência de status étnicos dicotomizados.

Tendo como referência o “Alto Sertão do São Francisco”, ou seja, o estado do Piauí, que foi o último lugar a ser colonizado pelo homem branco, colocando os vales como corredor de migração de diversas populações indígenas como já destaca Monsenhor Chaves, tendo de um lado a Bacia do Rio São Francisco e, do outro, a bacia amazônica, o Piauí passa a ser lugar de transição. Fugidos da Bahia, Pernambuco e outras regiões conseguiam refúgio nas terras piauienses, migravam entre a bacia amazônica, vale do São Francisco e o vale do Parnaíba. Monsenhor Chaves (*Apud* Dias, 2010, p. 42) enfoca que

Esta configuração determinou, sem dúvida, a transformação deste vasto território num corredor de migração para as tribos selvagens, que se deslocavam da bacia do S. Francisco e do litoral nordestino para a bacia do Amazonas e vice-versa. [...] Tupis, Tapuias e Caraíbas, em guerras e contínuas migrações, pisam o solo piauiense cruzando os dois sentidos.

Destaca que a expulsão dos Jesuítas do Brasil pelo Marques de Pombal foi um fator que acelerou a perseguição dos índios no Piauí, provocando a extinção dos mesmos. Por volta de 1674, iniciaram-se as primeiras bandeiras, buscando índios rebelados no Vale do São Francisco, sendo que a bandeira de Domingo Jorge Velho e a da Casa da Torre de Dias Ávila, bandeira baiana comandada por Domingos Afonso Sertão, são as que merecem destaque na história do Piauí. Monsenhor Chaves (apud Dias, 2010, p. 41-50) destaca que o principal motivo para o adentramento dos bandeirantes nas terras piauienses foi a busca de índios que fugiram do sertão baiano.

De 1674 para diante os nossos silvícolas começaram a ser molestados por novas agressões dos brancos, que agora vinham de várias direções. Tribos rebeladas no sertão do S. Francisco trouxeram até aqui, no seu encalço, os guerreiros da Casa da Torre. [...] Persequindo os Gueguês em retirada, é nessa hora que pisa o solo piauiense um dos capitães e companheiro de conquista de Francisco Dias de Ávila, Domingos Afonso Sertão.

Nessa descrição percebemos que o extermínio dos índios reforça a memória sobre o extermínio indígena, como aponta o filósofo Paul Ricoeur, ao frisar que: “lembrar-se é não somente acolher uma imagem do passado, como também buscá-la, “fazer” alguma coisa” (RICOEUR, 2007, p. 71). Dessa forma Monsenhor Chaves (Chaves apud Dias, 2010, p. 50) continua sua descrição sobre a forma violenta de morte dos povos indígenas:

Os selvagens foram surpreendidos em algum ponto da costa, do lado do Piauí, e facilmente desbaratados. Mas o branco civilizado enodoou a vitória com um ato repugnante de selvageria: consentiu que os índios aliados exterminassem brutalmente as criancinhas tremembés aprisionadas. É o próprio Governador, Inácio Coelho da Silva, que relata o nefando crime, em carta para o príncipe regente: “Os índios aliados, travando das criancinhas pelos pés, mataram-nas cruelmente, dando-lhes com as cabecinhas pelos troncos das árvores, e de uma maloca, de mais de 300 só escaparam 37 inocentes”.

É interessante pensarmos a identidade e memória de um povo construída a partir de outras memórias de construção da identidade. Ou seja, perceber o distanciamento dos índios em relação à nossa realidade piauiense a partir do que lemos sobre estes na historiografia, destacando que o índio é alicerce basilar do povo piauiense, mas que é

visto como alheio e dizimado. Assim, Ricoeur (2007, p.94) nos fala sobre memória e identidade.

O cerne do problema é a mobilização da memória a serviço da busca, da demanda, da reivindicação de identidade. Entre as derivações que dele resultam, conhecemos alguns sintomas inquietantes: excesso da memória, em tal região do mundo portanto, abuso de memória – insuficiência de memória, em outra, por tanto, abuso de esquecimento. Pois bem, é na problemática da identidade que se deve agora buscar a causa da fragilidade da memória assim manipulada. Essa fragilidade se acrescenta àquela propriamente cognitiva que resulta da proximidade entre imaginação e memória, e nesta encontra seu incentivo e seu adjuvante.

Assim, Cunha (1992, p. 11) tem razão ao destacar que:

Sabe-se pouco da história indígena: nem a origem, nem as cifras de população são seguras, muito menos o que realmente aconteceu. Mas progrediu-se, no entanto: hoje está mais clara, pelo menos, a extensão do que não se sabe.

Porque as narrações carregam a subjetividade daquele que escreveu, e este esteve imbuído das narrações dos documentos escritos, tidos como verdade dos fatos, e que sua construção acarreta diversas interpretações sobre os índios no Piauí e sua dizimação e não permanência. Assim, os lugares de memória formados pelos intelectuais, no caso historiadores que produzem a história para o lugar do qual se fazem parte também, é marcado por uma legitimidade dando veracidade a “verdadeiros lugares de memória”. Como nos fala Le Goff (2003, p. 467),

[...] aqueles onde se devem procurar não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória.

Assim, coloca como construção histórica os fatos e acontecimentos que devem ser lembrados durante as gerações. Devido a essa análise é necessário e recorrente a outras possibilidades de entender a história do índio, buscando sempre uma problematização da história. Como consequência dos acontecimentos, fatos e narrativas ainda nos vem a problemática já levantada pelo historiador inglês do século XX, Hobsbawn (1995, p.13), ao destacar que

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de

hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do milênio. Por esse motivo, porém, eles têm de ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores.

Diante desse fato, a sugestão de ampliar o campo de investigação da historiografia indígena é algo válido para as futuras gerações, seguindo uma linha de tentar superar a questão imposta, por muito tempo, de que os índios eram seres dominados pelos europeus e que foram totalmente dizimados das terras brasileiras.

Hoje o historiador é desafiado a mudar essa interpretação, pois a presença da grande quantidade de índios em nossa sociedade é o maior exemplo de resistência desses povos. Os dados apresentados nessa análise mostram que eles não se fecharam ao novo, como muitos acreditam, sendo que ainda preservaram a sua identidade. Portanto, cabe ao historiador buscar sempre novas fontes documentais, para poder reescrever a participação indígena na formação da sociedade brasileira, pois somos descendentes desses povos.

Considerações finais

A análise do presente artigo procura evidenciar a pluralidade indígena existente não apenas no período da colonização brasileira pelos europeus, mas também a sua multiplicidade de etnias existentes no período contemporâneo, mostrando que em algumas regiões houve a extinção de diversos povos indígenas. A cosmovisão dos povos indígenas tornou-se de fundamental importância para o aprimoramento de muitas ciências, como a astronomia, medicina, mostrando que o ser diferente não quer dizer ser inferior, mas apenas ver o mundo com outros olhos, sobre outra perspectiva.

O que o europeu evidenciou há tempos e foi evidenciado e respaldado pela ciência marcada pelo positivismo do século XIX, mostrando que o indígena era inferior, e até deveria ser exterminado para que houvesse progresso no Brasil, foi de certa forma modificado através da historiografia, que propõe uma história vista de baixo, colocando como centro os povos oprimidos, ressaltando os índios não como se fossem os bonzinhos da história, mas que deveriam ser estudados, entendidos e respeitados como qualquer outro ser humano.

Claro que a pretensão não é esgotar a reflexão sobre os estereótipos evidenciados sobre os indígenas, contudo tem como propósito analisar e colocar em discussão tais estereótipos, contribuindo para futuras pesquisas. Um dos fatores mais

importantes para que isso aconteça é a quebra de estereótipos, mostrando quão importante é o saber indígena para a construção de nossa sociedade, sendo que estes não estão desvinculados do nosso processo histórico, mas, até pelo processo de miscigenação e contato de culturas, temos muito das particularidades de muitos povos indígenas.

Outro fator importante é entender que as diversas tribos, por exemplo aquelas apontadas pelo Monsenhor Chaves, existentes no Piauí, não podem ser entendidas como únicas e imutáveis, que observando hoje os indígenas percebemos muitos com uso de internet em suas aldeias, sendo professores universitários e autores de Livros, como é o caso do Índio Daniel Munduruku, que é autor de mais de quarenta livros sobre filosofia indígena.

Essa percepção da história, portanto, aumenta nossa capacidade de entender que os indígenas têm um papel muito importante na construção do povo brasileiro e que o estudo sobre as diversas etnias merece destaque e aprofundamento constante.

Referências

ALMEIDA, M Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

_____. *Os índios aldeados: histórias e identidades em construção*. **Tempo**, Rio de Janeiro, n.12, p. 51-71, 2001.

BARTH, Fredrik. **O guru iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BORGES, Jóina Freitas. **A história negada: em busca de novos caminhos**. Teresina, PI: FUNDAPI, 2004.

Censo do IBGE 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=1&idnoticia=2125&view=noticia>. Acessado em 25 de junho de 2021.

CHAVES, Monsenhor. **O índio no solo piauiense** IN: *Obra completa*. Teresina. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

_____. **Obra Completa**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania** / Manuela Carneiro da Cunha. — 1a ed. — São Paulo: Claro Enigma, 2012.

_____. **Índios da história do Brasil: O velho e o novo antropologia física e história indígena.** Companhia das letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

GRUPIONI, Luís D. Benzi. *Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil.* In: Silva, Araci Lopes da; GRUPIONI, Luíz Donisete B. (Orgs.) **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 10 a 20 graus.** MEC/MARI/UNESCO, 1995.

HOBBSAWN, E.. **A Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**(trad. Marcos Santarrita). São Paulo: Cia das Letras, 1995.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 5. ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

MEDEIROS. Ricardo Pinto de. **Povos indígenas do sertão nordestino no período colonial: Descobrimientos, alianças, resistências e encobrimento.** Publicação da Fundação Museu do Homem Americano, V.1, n. 2, 2002.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto História. São Paulo, n. 10, p. 14, dez. 1993.

NUNES, Odilon. **Pesquisa para a história do Piauí.** Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1965.

RICOEUR, Paul. **Memória pessoal, a memória, a história, o esquecimento.** Capinas-SP: Editora da Unicamp. 2007.

RODRIGUES, Joselina Pereira. **Geografia e História do Piauí.** 4ªed. Teresina: Halley S.A. 2007.

SCHWARTZ, Stuart B. **Tapanhuns, negros da terra e curibocas: causas comuns e confrontos entre negros e indígenas,** Editora Unicamp. 2003.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. *Tutela aos Índios: proteção ou opressão:* In: **Os direitos indígenas e a constituição.** Porto Alegre: Núcleo de Direitos INDIGENAS E Sergio Antonio Fabris, 1993.

Ricardo de Moura Borges

Professor de História no Ensino Médio na Escola Estadual Pedro Evangelista Caminha - PEC (Geminiano- PI), Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual do Vale do Acaraú - UVA-Sobral - CE (ProfSocio – 2020). Licenciado em História pela Universidade Federal do Piauí – UFPI (2016).



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 12 | Nº. 22 | Jan./Jun. 2020

Maria de Fátima de Morais Pinho

Universidade Regional do Cariri – URCA
fatima.pinho@urca.br

A BEATA, O PADRE E UM MILAGRE: a repercussão dos “milagres do Juazeiro” e seus protagonistas na imprensa (1887-1891).

RESUMO

No artigo que segue, é nossa intenção apresentar a repercussão dos chamados “fatos extraordinários do Juazeiro” na imprensa brasileira entre 1887 - quando circulou uma primeira notícia sobre uma “jovem piedosa do Crato” - até 1891, quando a Igreja do Ceará decreta a proibição de crença e divulgação dos mesmos. Para tanto, trabalhamos com os jornais disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Palavras-chave: Imprensa. Padre Cícero. Beata Maria de Araújo. Milagres.

THE BLESSED, THE PRIEST AND A MIRACLE: the repercussion of the “miracles of Juazeiro” and its protagonists in the press (1887-1891).

ABSTRACT

In the following article, our intention is to present the repercussion of the so-called “extraordinary facts of Juazeiro” in the Brazilian press between 1887 - when the first news was circulated about a “pious young woman from Crato” - until 1891, when the Church of Ceará decreed the ban of belief and dissemination thereof. To do so, we work with the newspapers available at the National Library's Hemeroteca Digital.

Keywords: Press. Father Cicero. Blessed Maria de Araújo. Miracles

Introdução¹

Em 01 de março de 1889, no povoado do Juazeiro, então termo do Crato, uma jovem moça chamada Maria Magdalena do Espírito Santo, popularmente conhecida como “beata Maria de Araújo”, ao receber a Hóstia Consagrada das mãos do padre Cícero Romão Baptista percebeu que esta se transformara em sangue, fato que voltaria a ocorrer mais de uma centena de vezes durante, pelo menos, dois anos.

Interpretado e anunciado como uma segunda “redenção” de Cristo, portanto, como um milagre, o fato irá mudar definitivamente a vida da beata, do padre e do povoado, colocando-os no cerne do debate médico, religioso, social e político que irá marcar o final do século XIX chegando até os nossos dias.

Ao longo do artigo analisaremos como o fenômeno de transformação da hóstia em sangue repercutiu e reverberou na imprensa brasileira nos anos de 1887 a 1891, com enfoque nos seus protagonistas - a beata e o padre -, buscando perceber como estes eram retratados, significados e ressignificados, produzindo múltiplas representações e ensejando a recriação e consolidação de estereótipos, conceitos e interpretações a respeito de suas imagens.

“A virgem piedosa” do Crato: fenômenos extraordinários antes do milagre

Dois anos antes da data consagrada pela historiografia como sendo a primeira vez que ocorreu a transformação da hóstia consagrada em sangue na boca da beata Maria de Araújo, em 1º de março de 1889, dois jornais de Fortaleza veiculam uma notícia enviada do Crato na qual se comunica a existência de uma “virgem piedosa” moradora do povoado do Juazeiro, que carregava no corpo os estigmas de Jesus Cristo e manifestava dotes considerados sobrenaturais.

Publicada pela primeira vez no jornal cearense *A Constituição*, em 17 de abril de 1887, a notícia alvissareira foi reproduzida em jornais de sete províncias brasileiras, chegando até a Europa através do periódico português *O Economista*.

O *Diário de Pernambuco*, publicado em Recife, foi o primeiro a reproduzir a notícia em 24 de abril da seguinte forma:

UMA SANTA NO CEARÁ – A Constituição, folha da cidade de Fortaleza, publicou em 17 deste mês a seguinte notícia:

¹ Este artigo é parte de minha tese de doutorado defendida no programa de pós-graduação em História Social da UFF, intitulada **PADRE CÍCERO: ANJO OU DEMÔNIO?** Teias de notícias e ressignificações do acontecimento padre Cícero (1870-1915). Disponível in: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/2173.pdf>

De uma carta do Crato extraímos a seguinte notícia:

“Todo o povo do Crato acha-se alarmado com a notícia de uma virgem piedosa residente no Juazeiro e confessada do padre Cícero. Diz o rumor público que ela é santa em carne viva e que tem como Anna Catharina de Emmerich, visíveis em seu corpo todos os estigmas da paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo.

“Alma santa, sofre, tão duro martírio que admira como ainda vive, sendo ela manancial de sangue e de dores impossíveis de suportar sem graça especial de Deus.

“Os propagadores do facto extraordinário invocam o testemunho do padre Monteiro que, lhe dando a comunhão a virgem, viu Jesus sacramentado tornar-se visível à sua serva. Se é verdade, eu felicito o sr. D. Joaquim, por ser o único bispo do Brasil que tem uma santa em sua diocese.

“Dizem chamar-se Maria de Jesus a bem-aventurada, e que tem apenas 28 anos”. (Diário de Pernambuco, Nº 93, 24/04/1887, p. 3).

Ainda no mês de abril, no dia 24, outro periódico cearense, *O Libertador*, em sua página 1, na coluna *A semana* dedicada a assuntos políticos e sociais, esboça um tom irônico ao despedir-se de deputados e senadores cearenses que estavam de partida para o Rio de Janeiro: “Santa Maria de Jesus do Juazeiro os conduza e por lá os deixe”! Em seguida, complementa:

Ah! Passei o pé adiante da mão.

Ainda não apresentei esta santa, a Anna Catherina Emmerich brasileira.

Fique pois o eleitor sabendo que eu vou lhe apresentar aquilo que voce menos esperava.

Sim Senhor, santa Maria de Jesus, que tem 28 annos de idade, é confessada do padre Cícero, com o testemunho do monsenhor Monteiro, vigário de Iguatú, mora no Joaseiro dos Cariris, logar de eleições celebres.

[...] A “Constituição”, já felicitou a D. Joaquim. E nós apresentamos apenas o caso à policia, considerando a santidade como atentatoria da atual ordem de coisas. (*O Libertador* - CE, Nº 113, 24/04/1887, p. 1).

Enquanto a notícia era reproduzida em periódicos nacionais sem acrescentar comentários ou expressar opinião de seus editores, o jornal português, através do correspondente do Brasil, anuncia: “[...] já que trato aqui do Ceará, darei conta de um milagre que se opera n’aquela cidade, não porque tenha visto, mas pelo que se escreve” (*O Economista* (Lisboa) – Portugal, Nº 1768, 28/07/1887, p. 02).

Após transcrever na íntegra a notícia publicada no vespertino cearense, argumenta: “[...] O milagre aqui está manifesto! Creio haver fundamento para escrever d’este modo; mas confesso que me custa a crer em tanto sofrimento pelo amor de Deus e em tão grande dedicação pelas coisas religiosas” (*O Economista* (Lisboa) – Portugal, Nº 1768, 28/07/1887, p. 02).

Ainda que apresentadas com estrutura de escrita diferentes trazem as mesmas informações, permitindo levantar algumas questões importantes na análise que se encontra em processo de desenvolvimento. A primeira delas diz respeito à hipótese de

que os fatos ocorridos com a beata já eram de conhecimento público, alvo constante de comentários, discutidos de boca em boca.

Uma particularidade igualmente importante na notícia citada está relacionada ao papel atribuído a cada personagem, nos acontecimentos: Maria de Araújo, cujo nome dá título à matéria, é apresentada como a protagonista dos fatos, sendo qualificada como “Uma Santa no Ceará”, a bem-aventurada, piedosa, enfim, aquela que sofre os martírios de Jesus; Monsenhor Monteiro vem na sequência como aquele que ministra a comunhão à beata e é conclamado como testemunha do fenômeno; O padre Cícero sequer é citado na primeira notícia e, na segunda, figura apenas como “confessor” da beata.

“Muitas vozes antes do silêncio”: a repercussão dos “milagres do Juazeiro” na imprensa brasileira

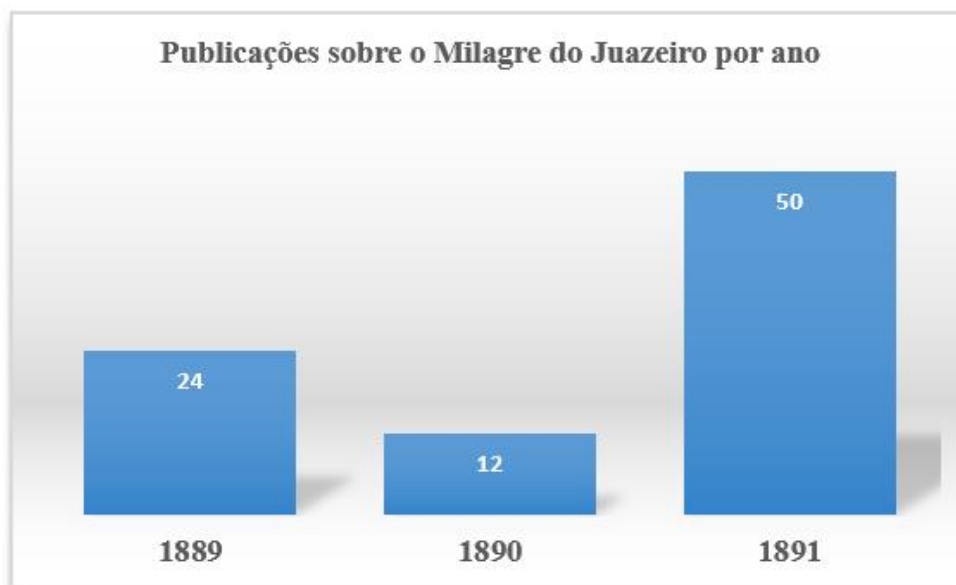
Retumba d’um a outro canto do globo a notícia do miraculoso fato realizado na florescente povoação do Juazeiro, do termo do Crato, terra santa que passa aos domínios da história e atualmente mais conhecida por Nova Jerusalém (Constituição – CE, Nº 163 10/10/1889, p. 02).

A notícia em epígrafe não foi a primeira a alardear que num povoado do Crato, no Ceará, sucediam fenômenos sobrenaturais, porém, nos dá a noção de como o assunto ganhou repercussão e projeção na imprensa de todo o Brasil e além dele.

Ocorrido em 1889, somente em 1891 é que a Igreja do Ceará assumirá uma postura oficial acerca dos fatos do Juazeiro, convocando o padre Cícero à sede do episcopado em Fortaleza para prestar esclarecimentos e, em seguida, nomeando uma Comissão de Inquérito para apurar, *in loco*, o fenômeno que tanto burburinho vinha causando na imprensa.

Porém, antes dos trabalhos da comissão episcopal começarem, o bispo Dom Joaquim publica uma “Decisão Interlocutória” na qual declara: “[...] aquele sangue não é nem pode ser o sangue de Nosso Senhor Jesus Cristo”. A partir daí, proíbe a adoração aos sanguíneos manchados de sangue e impõe a todos os religiosos e fiéis um “silêncio obsequioso”.

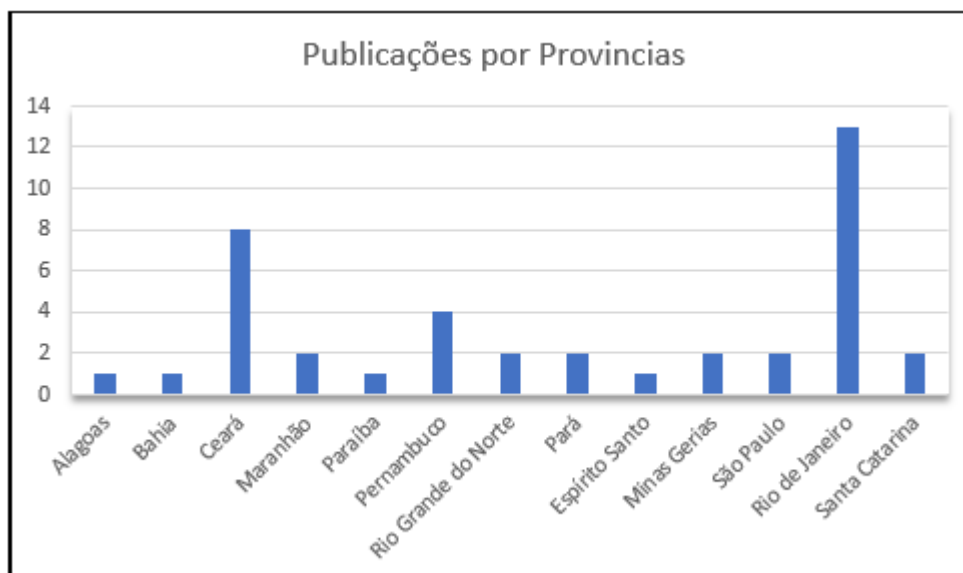
Contudo, entre os anos de 1889 a 1891, a notícia dos fatos extraordinários do Juazeiro já circulava em periódicos do Brasil, conforme demonstrado na tabela abaixo:



Fonte: Elaborada pela autora a partir dos jornais da BNHD

Na tabela chamamos a atenção para as publicações de 1889, ano que ocorreu pela primeira vez o sangramento da hóstia. Naquele ano, a notícia contou com 24 publicações, em 09 províncias do Brasil, o que é um dado bastante significativo se considerarmos tratar-se de acontecimentos transcorridos num povoado do interior do Ceará nas últimas décadas do século XIX, no qual a dinâmica do tempo é caracterizada, segundo assinala Barbosa (2010, p. 75), pela lentidão dos movimentos, fazendo com que a circulação das notícias, principalmente, entre o sertão e o litoral, se desse de forma precária em decorrência da falta de tecnologia nos transportes e comunicações. Tal abundância de notícias é assaz significativa, posto que permite a reflexão sobre as condições e estratégias utilizadas para que chegassem aos periódicos das mais distintas províncias do Brasil na tentativa de identificar seus narradores, objetivos e maneira de narrar os acontecimentos.

Em outro gráfico, apresentado abaixo, é possível perceber o quanto a notícia percorreu o território brasileiro de forma, relativamente, rápida.



Fonte: elaborada pela autora a partir dos jornais da BNHD

De norte a sul, de leste a oeste do país, as notícias sobre a ocorrência de fenômenos sobrenaturais se alastravam através de cartas, artigos, testemunhos, atestados e documentos produzidos e reproduzidos pela pequena e grande imprensa em jornais do interior e das capitais das províncias, transformando em pouco tempo a rotina do lugar e de seus habitantes, conforme verificamos na tabela acima.

Das 18 províncias brasileiras, pelo menos 13 tomaram conhecimento, através dos jornais, dos fatos que vinham ocorrendo no povoado do Juazeiro. Dois aspectos podem ser destacados com base na tabela: O primeiro é a repercussão nas províncias do Nordeste, região em que o padre Cícero consolidou sua maior influência e de onde se origina o maior número de romeiros até os dias atuais, com destaque para o Ceará e Pernambuco. O segundo é a maior concentração de publicações no Rio de Janeiro, capital da República, o centro do poder político, a província mais populosa, onde a vida acontece de forma mais rápida e intensa, fator importante para entender como se dava a construção de sentidos e representações dos fatos tão longínquos do sertão brasileiro.

O milagre se fez verbo: narrativas na imprensa sobre o milagre do sangramento da hóstia.

Mantidos sob sigilo e reserva, circunscritos ao âmbito de alguns sacerdotes e amigos do padre Cícero, os fatos sobrenaturais de Juazeiro voltam a circular na imprensa em 1889, agora com uma novidade mais impactante: a hóstia consagrada, ao ser ministrada em comunhão a uma virgem piedosa, transforma-se em sangue.

Em 19 do mesmo mês o jornal *Pedro II*, de Fortaleza, publica uma carta enviada do Crato anunciando a ocorrência do fenômeno com a seguinte indagação: “Será Milagre”? O que até então estava restrito à oralidade ganha narrativa, textualidade, fazendo-se verbo. Narrado, em princípio, por uma ou duas pessoas, o fato populariza-se na imprensa, passando a ser o cerne de acalorados debates entre religiosos, leigos, jornalistas e até políticos.

A primeira notícia sobre os acontecimentos de Juazeiro chega aos jornais através de uma carta enviada da cidade do Crato cujo título, em letras maiúsculas, indaga: “SERÁ MILAGRE?”

Na povoação do Juazeiro, termo do Crato, existe uma mulher moça, de reconhecidas virtudes. Desde algum tempo, a datar de sexta-feira santa do corrente ano, que nas confissões que faz, por ocasião de comungar, a partícula sagrada desfaz-se em sangue, de modo que a toalha da mesa de comunhão está completamente manchada de sangue, como diversos sanguíneos e corpóreos, que ontem, 8 de julho, foram exibidos por Monsenhor Francisco Rodrigues Monteiro, na capela da mesma povoação, a um concurso de mais de 2 mil pessoas.

O Rvd. Padre Cícero Romão Baptista, que é o confessor de Maria de Araújo (assim se chama a virtuosa moça) afirma o fato já descrito, que ainda ontem, antes da missa cantada e sermão, reproduziu-se, de modo que o sangue estava visivelmente novo.

Assistimos com nossa família a exibição dos panos e ouvimos do próprio padre Cícero, sacerdote de costumes puríssimos, afirmar que tem tido a felicidade de presenciar esta maravilha por diversas vezes.

Chame a atenção de Exmo. Sr. Bispo e poderes eclesiásticos para esse acontecimento à que também não deveria ser diferente o governo.

Está este mundo por cá está em completo movimento!! É um caso extraordinário e sobrenatural (Pedro II – CE, Nº 06, 19/07/1889, p. 02).

Embora não informe o nome do remetente, levando-se em conta o estilo de escrita é provável que tenha sido redigida por José Marrocos², que envia outras três para os periódicos *O Diário do Commercio* (Nº 257, 19/08/1889, p. 2) e *Cidade do Rio* (Nº 194, 29/08/1889, p. 3), ambos publicados no Rio de Janeiro e o *Diário de Pernambuco* (Nº 194, 29/08/1889, p. 3), de Recife. O autor relata o momento em que monsenhor Monteiro faz, pela primeira vez, o anúncio dos fatos extraordinários com apresentação dos panos que paramentam a missa, sanguíneos e corpóreos manchados de sangue.

Destaca, principalmente, a quantidade de sangue derramado com panos e toalhas encharcados, exibidos para uma multidão de 2 mil pessoas. O narrador busca convencer o leitor de que os fatos são verdadeiros, afirmando ter sido ele próprio, junto com a

² José Joaquim Teles Marrocos (1842-1910). Primo e amigo do padre Cícero. Nasceu no Crato, foi abolicionista, educador e jornalista. É considerado na historiografia como o grande narrador e defensor dos milagres do Juazeiro.

família, testemunha ocular dos fatos. Declara, ainda, ter ouvido do padre Cícero - que considera ser um sacerdote de “costumes puríssimos” e confessor da beata - que um sangue “visivelmente novo” se apresentou, afastando a possibilidade de se tratar de um embuste.

Vale destacar na narrativa a forma como o autor cita Maria de Araújo, reconhecendo ser ela de “reconhecidas virtudes”, denotando nas entrelinhas que não se está falando de uma pessoa desconhecida com caráter duvidoso, mas de alguém que não é ignorada pela comunidade.

Enfim, vê-se um esforço de chamar a atenção do bispo, da Igreja e do governo para aqueles episódios, por acreditar que se trata de um “caso extraordinário e sobrenatural” forte o suficiente no sentido de colocar o “mundo de cá” em movimento, demonstrando que o fato já havia se estabelecido envolvendo a população de forma irreversível.

A notícia chega ao Rio de Janeiro em 19 de agosto, publicada no *Diário do Commercio*:

Na capela de Nossa Senhora das Dores, erecta (*sic*) na povoação do Juazeiro, teve lugar um verdadeiro milagre, presenciado por inúmeras pessoas entre os quais um cavalheiro merecedor de toda fé, o qual, em carta a outro morador nesta cidade, dele dá notícia nos seguintes termos:

Quando o padre Cícero dava comunhão à virtuosa beata Maria de Araújo, transformou-se a sagrada forma em sangue que caiu na toalha e na murça da beata, fato que se foi dando todas as sextas-feiras e depois diariamente.

A princípio entendeu dever o padre Cícero ocultar quanto acontecia; mas afinal revelou-se ao Revma. Monsenhor Monteiro, vigário do Crato, e com este insistiu para que viesse à capela, o que foi o mesmo vigário em 7 de julho próximo findo, celebrar e festejar o Precioso Sangue de Nosso Senhor Jesus Cristo (*Diário do Commercio*. Nº 257. 19/08/1889, p. 02).

Para que a notícia inspire credibilidade no que está sendo veiculado, o autor deixa claro que as informações ali contidas foram enviadas por alguém de confiança, testemunha dos fatos, em quem se pode acreditar.

A narrativa dos acontecimentos se assemelha à da carta publicada no jornal *Pedro II*, porém, a postura do padre Cícero em se recusar a dar publicidade aos fatos sobrenaturais desponta como um diferencial. A repercussão até aquele momento resultou da iniciativa daqueles que, testemunhando os episódios, os comentavam incessantemente não mais se restringindo apenas à cidade do Crato, a qual o povoado estava vinculado.

Dez dias depois foi a vez de outro importante periódico, o *Diário de Pernambuco*, veicular informações sobre os fatos com a manchete “FATO ESTUPENDO”. Diz o jornal:

Deixaria de cumprir um dever para com sua imprensa, se não comunicasse um caso todo extraordinário e misterioso, que aos meus olhos se torna maior do que o sucedido na diocese de Tarbes, quando no dia 11 de fevereiro de 1858 teve de aparecer a rainha do mundo a Bernardette na gruta de Lourdes (Diário de Pernambuco. Nº 194, 29/08/1889, p. 03).

Observe-se que o autor detém algum conhecimento sobre a história da Igreja, comparando os fatos de Juazeiro com eventos sucedidos em Lourdes, considerando-os um acontecimento superior e até mais misterioso do que as visões e aparições de Nossa Senhora à jovem Bernardette, na França.

A narrativa dos fatos dizia:

Há três léguas desta cidade, demora um povoado denominado Juazeiro, onde habita Maria de Araújo, mulher mais preta que parda, de estatura baixa e compleição franzina: é bastante feia e representa a idade de 18 a 20 anos. Sua vida, leva-a toda de orações na igreja do referido povoado, arrumada à um canto das grades; e durante a quaresma e mesmo antes dela, indo o respectivo capelão, Revdo. Cícero Romão Baptista, dar a comunhão às mulheres que haviam comparecido à mesa, ao chegar à Maria de Araújo a sagrada forma dissolvia-se em sangue de modo tão pronunciado e evidente que manchou-lhe os punhos e a toalha da comunhão! E ainda não é tudo. De outra vez sendo Maria de Araújo acometida de uma síncope, o mencionado sacerdote sobressaltado deitou um pouco de vinho num cálix, benzeu-o e foi dar-lhe a beber o conteúdo, que transformou-se na aproximação à Maria de Araújo em sangue vivo; e ela repugnando bebeu-o, afinal o fez em obediência a ordem do Rev. Cícero (Diário de Pernambuco, Nº 194, 29/08/1889, p. 03).

A descrição de Maria de Araújo, que àquela altura dos acontecimentos contava com 25 ou 27 anos, contraria o que diz o texto, apontando para a representação de uma mulher frágil, sem atributos físicos, resignada, alheia à vida mundana, dedicada inteiramente à oração e à Igreja, características típicas de quem se candidata à santidade.

Ao narrar os acontecimentos, deixa transparecer que há uma cumplicidade paternal entre a beata e o padre e que um e outro desempenham papéis distintos no cenário do milagre, posto que, enquanto nela se opera a transformação da hóstia em sangue no momento da comunhão, em quantidade capaz de molhar as suas roupas e os sanguíneos, ao padre cabe a função de mediador.

O autor destaca a intenção do padre Cícero, como no *Diário de Pernambuco*, de manter sigilo e reserva em torno dos episódios, não mais lhe sendo possível, acrescenta, devido ao grande número de pessoas que, ao participar da comunhão, testemunhavam diariamente a ocorrência dos fenômenos, sobretudo, depois do dia 7 de julho.

Atribuindo adjetivos lisonjeiros ao padre Cícero como “alma cândida” e “o mais virtuoso” dos sacerdotes daquela diocese, o narrador informa que desde o dia da

anúnciação pública do fenômeno Cícero conservou a “[...] relíquia (toalha e sanguinhos) encerrados em uma urna de vidro, a qual expõe, na primeira sexta-feira de cada mês, à reverência dos fiéis”.

Conclui seu texto dizendo:

[...] É provável que esta fiel exposição de um acontecimento sobrenatural levante a incredulidade e que esta o comentem a seu sabor. Mas o que é certo, é que foi ele testemunhado por mais de trinta mil pessoas e que o Juazeiro tem se tornado uma Nova Jerusalém pela romaria dos povos vizinhos (Diário de Pernambuco, Nº 194, 29/08/1889, p. 03).

Antecipando-se à provável incredulidade dos leitores, invoca o testemunho de um número bastante significativo de pessoas - 30 mil - oriundas das cidades vizinhas. Considerando que o povoado de Juazeiro naquele período era de 2.245 habitantes, a estimativa feita equivale a quase quatorze vezes mais a população do povoado. Ainda que tenha sido exagerado, nos permite averiguar o quanto os acontecimentos se alastraram via oralidade, transformando o panorama daquele lugar.

O vasto fluxo de pessoas, concluiu o narrador, tem transformado o povoado de Juazeiro numa “Nova Jerusalém”. É a primeira vez que a expressão é utilizada para demonstrar a quantidade de visitantes que, curiosos ou movidos por questões de fé, queriam conferir, pessoalmente, os fenômenos sobrenaturais.

Após essas primeiras publicações, jornais de outras províncias as reproduzem num processo contínuo de retroalimentação. A maioria das reproduções não continha comentários ou opiniões que expressassem a percepção de quem representava o jornal, no entanto, quase todas acrescentavam um título, uma espécie de manchete sensacionalista: “Milagre” (*Conservador* - SC, Nº 181, 16/09/1889, p. 1); “Fato estupendo” (*Gazeta do Natal* - RN, nº 136, 21/09/1889, p. 3); “Prodígio” (*O Povo* - RN, Nº 28, 14/09/1889, p. 3), “Fato extraordinário” (*O Cruzeiro* - RJ, Nº 33 22/02/1890, p. 1).

É preciso ressaltar que a imprensa busca por fatos extraordinários, excepcionais, que povoavam o universo místico da sociedade. Esse tipo de matéria, especialmente veiculado na França do século XIX ficou conhecido como *Faits Divers* e também teve grande influência na produção da imprensa nacional.

Para Roland Barthes, a principal característica do *fait divers* é ser “uma informação total, ou mais exatamente, imanente; ele contém em si todo seu saber: não é necessário conhecer nada do mundo para consumir um *fait divers*; ele não remete a nada mais, além dele mesmo” (BARTHES, 1966, p. 189 apud DION, 2007, p. 125).

Portanto, as narrativas sobre os fatos do Juazeiro eram produzidas de forma a apresentá-los como um acontecimento curioso, espetacular, surpreendente, magnífico, místico. Poucos jornais faziam comentários ou qualquer juízo de valor, limitando-se, quase sempre, a apenas descrevê-los.

Contudo, ainda em 1889, *Jornal Novidades*, do Rio de Janeiro, ao transcrever uma notícia publicada no periódico *Constituição*, de Fortaleza, levanta, pela primeira vez, a hipótese de o fenômeno do sangramento da hóstia ser causado por questões de saúde ou mesmo um “truque” do padre Cícero:

Não seria algum pequeno tumor que arrebatasse nessa ocasião? Não levaria o santo padre alguma porção de sangue guardada nos dedos por um involucro de cera? Já vimos coisas mais engraçadas feitas pelo Hermann em S. Paulo (*Novidades* – RJ, Nº 468, 22/08/1889, p. 01).

No decorrer de 1890, com o debate já instaurado na imprensa, um jornal de Fortaleza, o *Libertador*, publica um artigo no qual traz uma contundente crítica aos fatos e seus protagonistas:

A respeito dos celebrados milagres que há muito se operam na archi-famosa povoação do Juazeiro, da comarca do Crato, duas vezes notável por ser o ninho do mais desbragado e ridículo fanatismo, como pelas audaciosas falsificações eleitorais dos bons tempos da velha monarquia, escreve-nos pessoa circumspecta. (*Libertador*, Nº 189, 20/08/1890, p. 02)

Juazeiro passa a ser considerado como um lugar que, a despeito dos “celebres milagres” é também um ninho de ridículo fanatismo e eleições fraudulentas. Feita essa observação introdutória, divulga um texto enviado por uma pessoa que qualifica como ajuizada, atinada. Nele o autor afirma:

O padre Cícero Romão que sempre teve vocação para idiota converteu o Juazeiro em feudo do fanatismo, onde impávida campeia a impostura de coroa e sotaina.
Abusando da religião, tem-se constituído ali o instrumento dos planos sinistros do celebre falsificador de atas; procurando indispor o povo ignorante, que acredita em seus embustes, contra os republicanos que ele apresenta como pedreiros livres e inimigos do altar.
Si não fora o pleno conhecimento que tenho do idiotismo desse padre, aconselharia ao governo que applicasse-lhe o 23 (*Libertador* – CE, Nº 189, 20/08/1890, p. 2).

Pela primeira vez o padre Cícero, elemento central da narrativa, é atacado, considerado pelo autor um homem desprovido de inteligência e caráter, apontado como o grande mentor do que chama “indústria de criar milagres”.

Há uma intenção clara de associá-lo à política partidária acusando-o de ser o pivô das polêmicas eleições de 1884, sugerindo que o sacerdote se utiliza da religião para manobrar, politicamente, o povo “ignorante” contra o recém-implantado Regime Republicano.

Com a mesma determinação, acusa o padre Cícero de aproveitar-se da religiosidade do povo como instrumento de dominação dos pobres e ignorantes, incentivando o fanatismo como forma de manipulação. Diz o narrador:

Para bem firmar o fanatismo no espírito do povo, toca a inventar milagres. Industriou uma de suas beatas a declarar-se santa. Confessa-se com Deus todos os dias e considera-se em corpo e alma no reino do céu. Afirma o padre que quando ministra-lhe a comunhão a *hóstia desmancha-se em sangue!!!* Os milagres multiplicam-se. Além da *bem-aventurada* Maria, aparece outra que *sua* sangue por todos os poros, para todo mundo ver! Não fica ainda aí a milagreira de que tem sido teatro aquela meca do padre Cícero. As beatas espalham, com visos de verdade, que aparecera um pobre homem (notem bem que é homem) em *estado interessante*, que teve o arrojo de duvidar da autenticidade dos milagres! (Libertador – CE, Nº 189, 20/081890, p. 2).

Está posto em sua narrativa a ideia de que os propalados *Milagres da Hóstia* não passam de uma invenção do sacerdote que, ávido por obter fama e poder, transforma Juazeiro numa “meca de fabricar milagres”, estabelecendo uma relação de controle e manipulação para com as massas pobres, mas, sobretudo, com as mulheres beatas, especialmente Maria de Araújo que, segundo sua versão, é induzida pelo sacerdote a se declarar santa.

No último trecho da narrativa, o autor declara-se triste por “[...] morar numa terra tão atrasada”, onde “[...] milhares palpavos ali vão diariamente em romaria ver com os próprios olhos a hóstia virada em sangue e o homem gravido. Ah! Eu bispo para meter esse padre no asilo! E não será isso caso para averiguações policiais?” (Libertador – CE, Nº 189, 20/081890, p. 2).

Traça, desse modo, o perfil do padre como o de um doente mental, manipulador e até criminoso, induzindo o leitor a crer que a beata é apenas uma pobre vítima de suas maldades e os romeiros, um bando de ignorantes, abobalhados e manipuláveis.

O foco da questão religiosa de Juazeiro sofre um deslocamento para o campo da política e do protagonismo, ainda que de forma negativa, na direção do padre Cícero.

À medida que os fenômenos ganham espaço cada vez maior na imprensa, atraindo ao povoado de Juazeiro, religiosos, jornalistas e, público em geral, com o objetivo de observarem, *in loco*, os acontecimentos e conhecerem de perto o padre e a beata. Muitas

vezes, ao assistirem os fatos extraordinários pessoalmente construíam narrativas e as publicavam em jornais de suas províncias, demonstrando o desejo de se colocar na posição de testemunhas para opinar sobre os acontecimentos, assim como para compartilhar a experiência vivida enquanto observadores. Relatos de celebrações com manifestações públicas das experiências miraculosas e sobrenaturais, verdadeiros espetáculos grandiosos e concorridos, estampavam as páginas de jornais.

A Semana Santa de 1891, ocorrida no povoado do Juazeiro, foi notícia no *O Estado do Ceará*, em 30 de abril, com o título “CIDADE DO CRATO”. Ressalta-se que se fez presente ao evento “[...] um enorme concurso popular, ficando toda a igreja tão cheia, que os fiéis assistiram em pé aos atos religiosos por não se poderem ajoelhar!” (Estado do Ceará, Nº 213, 30/04/1891, p. 02). A notícia informa, ainda, que estavam presentes na realização dos rituais religiosos “[...] doze sacerdotes, sendo o oficiante na festividade o Revdo. Padre Cícero Romão Baptista [...]”.

[...] Toda a festa correu mui pacífica e regularmente, embora a multidão quase inumerável do povo de todas as freguesias do Cariri e dos sertões limítrofes.

Cumprir notar que a procissão do enterro na sexta-feira da Paixão à noite apresentou um espetáculo imponente e maravilhoso.

A noite escura, e sob suas trevas vieram fulgurar outras tantas cintilações de luzes que se acenderam para a procissão, como estrelas vividas e fulgentes que boiavam no escuro da noite como brilhante e fosforescências de um mar de luzes.

Seguramente mais de vinte mil pessoas com velas acesas acompanharam a procissão do enterro e de qualquer parte que se olhasse para longe préstito que já entrava numa rua quando mal começava a sair de outra, parecia ver-se o exército inumerável das estrelas em demanda dos espaços cerúleos do céu e do infinito. No meio pois deste mar de luz avultava, como soberana, a imagem sacrossanta da Mulher das Dores (O Estado do Ceará – CE, Nº 213, 30/04/1891, p. 02).

Percebe-se a necessidade de afirmar o caráter pacífico e ordeiro das celebrações, apesar da participação de uma multidão. Ao narrar a procissão do “senhor morto” vale-se de uma linguagem quase poética e emotiva, enfatizando a grandiosidade do evento ali realizado.

Passados dois anos desde a primeira publicação na imprensa sobre as manifestações miraculosas, a crença na veracidade dos fatos não se restringia somente aos pobres e desvalidos. Membros da elite, homens importantes, mulheres respeitadas, políticos e, sobretudo, um número significativo de sacerdotes passaram a não somente acreditar, mas testemunhar publicamente a autenticidade do que acreditavam ser o “verdadeiro sangue de Cristo derramado no Juazeiro”. (Della Cava, 2014, p. 92)

Sem a palavra oficial da Igreja e havendo por parte dos defensores dos chamados “milagres do Juazeiro” o desejo manifestado de que esta providenciasse as necessárias averiguações canônicas para, assim, tornar-se um evento oficial, começa a ser elaborado um plano mais audacioso, mais contundente no intuito de, por um lado, conquistar um público cada vez maior de adeptos e, por outro, pressionar a hierarquia para sair do silêncio e da inércia em que se encontrava. O primeiro passo nessa direção seria convocar a Ciência, o testemunho de alguém que não tivesse paixões religiosas, um representante da Medicina. Tal responsabilidade coube ao médico Marcos Rodrigues Madeira.

Convidado pelo padre Cícero para fazer um minucioso exame na beata Maria de Araújo, na quinta-feira, 26 de março de 1891, durante as grandiosas celebrações da Semana Santa no povoado de Juazeiro, o médico residente na cidade do Crato, vulgo Dr. Madeira, atesta que “[...] trata-se de um fato sobrenatural para o qual não [...] foi possível encontrar explicação científica”. (*O Cearense*, 24/04/1891, nº 85, p. 02)

Emitido o atestado com data de 28 de março, era necessário lhe dar publicidade, fato que ocorre em 24 de abril de 1891, na coluna “publicações solicitadas” do periódico *O Cearense*, de Fortaleza, trazendo a seguinte manchete: COMUNICADO - “Milagres na povoação do Juazeiro do Crato”. (24/04/1891, nº 85, p. 02). Escrito numa linguagem formal, traz na introdução as credenciais e referências biográficas do Dr. Madeira:

Marcos Rodrigues Madeira, doutor em medicina pela escola do Rio de Janeiro, médico adjunto do hospital de misericórdia da Capital Federal, sócio titular e benemérito do instituto farmacêutico da Capital Federal, ex-deputado provincial pelo 7º distrito do Rio de Janeiro, delegado da junta de higiene, etc., etc. (*O Cearense* – CE, Nº 85, 24/04/1891, p. 02).

A escolha do Dr. Madeira para atestar a sobrenaturalidade dos fatos não sucedeu à toa e aleatoriamente. O seu lugar de fala, conforme demonstram suas credenciais, é de alguém que tem autoridade no assunto, reconhecido na área em que atua, com serviços prestados na capital federal e, também, um político conhecido nacionalmente. Portanto, não se trata mais de testemunhos de leigos e padres movidos pela fé, mas de um profissional qualificado e respeitado no Brasil.

No documento, o médico expõe de forma minuciosa os procedimentos científicos realizados na beata. Ressalta que se deram na presença de um grande número de testemunhas entre padres, “cidadãos de reputação insuspeita” e pessoas comuns.

A publicação do documento provoca um verdadeiro burburinho na imprensa nacional, que, reproduzindo-o integral ou parcialmente em diversos jornais de diferentes

províncias, fomenta ainda mais a polêmica em torno dos fatos sobrenaturais de Juazeiro, suscitando críticas, desconfiança e questionamentos à medida que instaura o debate científico acerca da veracidade que lhe foi atribuída.

A ampla divulgação do atestado do dr. Madeira confirmando o caráter “sobrenatural” dos fatos do Juazeiro, igualmente não ocorreu de forma espontânea e aleatória. Foi parte de uma estratégia elaborada pelos seus defensores liderados por José Marrocos, cujo objetivo consistia em atrair a atenção da Ciência e da Igreja para o que ocorria no povoado.

Neste sentido, foi publicado, em colunas pagas, artigos apresentando o citado documento em, pelo menos, 05 periódicos, de 05 províncias diferentes:

PROVÍNCIA	JORNAL	MANCHETE
Ceará	O Cearense	Milagres na Povoação do Joazeiro do Crato
Pernambuco	Diário de Pernambuco	Fato Extraordinário
Rio de Janeiro	O Apostolo	Fato Miraculoso
Minas Gérias	Jornal de Minas	A Beata Maria do Crato
O Povo (Cidade de Caicó)	Rio Grande do Norte	Milagres na Povoação do Joazeiro do Crato

Fonte: Tabela elaborada pela autora

Outros jornais reproduziram a notícia, publicando o documento na íntegra ou em partes. Porém, chamamos atenção para a publicação do documento no jornal *O Apostolo*, do Rio de Janeiro, por se tratar do maior jornal católico do Brasil e porta-voz das posições oficiais da Igreja, bispos, padres e leigos ultramontanos. O periódico fez 31 publicações sobre os fenômenos do Juazeiro entre os anos de 1889 a 1898. Até 1891 as notícias se deram no sentido de considerar a possibilidade de ser milagre os fatos do Juazeiro, a ponto de se publicar em 27 de maio um editorial intitulado UM MILAGRE.

A publicação do atestado provocou na imprensa um acirrado debate entre médicos que, ao contestar as conclusões do dr. Madeira, levantaram diversas teses sobre a origem dos sangramentos, entre elas, histeria da beata, mulher tísica, etc.

Se a intenção era a de chamar a atenção da Igreja do Ceará, a estratégia foi um sucesso, uma vez que, com a grande repercussão do atestado o bispo diocesano, Dom Joaquim, convocou o padre Cícero para prestar esclarecimentos e nomeou uma Comissão Episcopal para averiguar os fatos.

Neste momento, mais precisamente, tem início um novo ciclo de narrativas, embates, estratégias e disputas em torno dos fatos extraordinários do Juazeiro, desencadeando uma longa e polêmica querela que ainda hoje provoca acusações, defesas, análises.

Sites consultados

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional - <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>

Referências

ARRUDA, João. **Padre Cícero**: Religião, política e Sociedade. Fortaleza: Editora INESP, 2002.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **Juazeiro do Padre Cícero**: A terra da mãe de Deus. 2ª ed. Fortaleza: Editora IMEPH, 2008.

BARBOSA, Marialva. **Jornalistas, Senhores da memória?** IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2004. Disponível em: <https://tinyurl.com/y4w33e94>

_____. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

_____. **História Cultural da Imprensa (1800-1900)**. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

BARTHES, R. **Structure du fait divers**, Essais critiques. Paris: Seuil, 1966. In: DION, Silvie. O “fait divers” como gênero narrativo. Revista 34 P&B. 123 10/10/2007. Disponível em: <file:///C:/Users/Maria/Downloads/11944-51907-1-SM.pdf>

DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joazeiro**. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FORTI, Maria do Carmo P. **Maria de Araújo**, a beata do Juazeiro. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

PINHO, Maria de Fátima de Moraes. **Acontecimentos extraordinários do Joazeiro**: O milagre da transformação da Hóstia Sagrada em sangue, nas páginas do jornal O Apóstolo, do Rio de Janeiro (1889-1898). Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História. Disponível em: <https://tinyurl.com/yxnd588c>.

_____. **Padre Cícero**: anjo ou demônio? Teias de notícias e ressignificações do acontecimento padre Cícero (1870-1915). Tese de doutorado defendida no programa de pós-graduação em História Sociais da UFF - Rio Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/2173.pdf>

SOBREIRA, Azarias. **O Patriarca de Juazeiro**. Petrópolis, 1968.

Maria de Fátima Moraes Pinho

Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Professora Adjunta M do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri – URCA.



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 12 | Nº. 22 | Jan./Jun. 2020

Francisco Artur Pinheiro Alves
Universidad Autonoma de Asuncion - UAA
artur.pinheiro@idj.com.br

A CONTRIBUIÇÃO DO MESTRE SEBASTIÃO ALVES LOURENÇO - SEBASTIÃO CHICUTE – PARA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL IMATERIAL.

RESUMO

O artigo trata da vida e da obra literária do Mestre da Cultura Sebastião Alves Lourenço numa perspectiva de patrimônio imaterial. O mesmo está dividido em duas partes. A primeira, sobre o mestre da cultura e a segunda, sobre sua obra literária. Espera-se com esse trabalho, contribuir com a discussão em torno da educação patrimonial, no campo da imaterialidade, como também, com a difusão da Literatura de Cordel, esta arte tão importante no contexto da cultura popular do Nordeste do Brasil.

Palavras-chave: Cultura popular. Literatura de cordel. Mestre da cultura; Patrimônio imaterial; Educação patrimonial.

THE CONTRIBUTION OF MESTRE SEBASTIÃO ALVES LOURENÇO - SEBASTIÃO CHICUTE – TO INTANGIBLE HERITAGE EDUCATION.

ABSTRACT

The article deals with the life and literary work of the Master of Culture Sebastião Alves Lourenço perspective intangible heritage. The same is divided into two chapters, the first on the master and the second crop on his literary work. It is hoped that this work, contribute to the discussion of heritage education in the field of immateriality, as well as the dissemination of Cordel Literature, this art so important in the context of the culture of the Northeast of Brazil.

Keywords: Popular culture; cordel literature; master of culture; intangible heritage; heritage education.

Introdução¹

O presente artigo visa analisar a obra literária do mestre da Cultura Sebastião Alves Lourenço, Sebastião Chicute, a partir de um grupo de folhetos de cordel de sua autoria, procurando enfocá-la como uma contribuição para uma educação patrimonial imaterial, no contexto de sua área de atuação.

Para tanto, fizemos um recorte da pesquisa que resultou na tese de doutorado em educação, pela Universidade Autônoma de Assunção, na qual foi analisada a vida e a obra do mestre Sebastião Chicute, desde a sua história de vida passando pela Literatura de Cordel e sua atuação como mestre de reisado.

A pesquisa, de caráter qualitativo, teve como suporte metodológico a História Oral, no que concerne à análise da vida do mestre, amparada por uma análise bibliográfica sobre as temáticas referentes às suas habilidades: A Literatura de Cordel e o reisado.

No presente artigo, trabalhamos um pouco a vida de mestres da cultura, para que se possa conhecê-lo, minimamente, mas o foco central do mesmo é a sua obra de cordel. Para tanto, trabalhamos com os mesmos cordéis analisados no capítulo V da tese, adaptando o texto para uma forma de artigo.

O Mestre Sebastião Chicute

Sebastião Alves Lourenço é filho do agricultor Francisco Lourenço Sobrinho (Chicute) e Maria Alves dos Santos. Nasceu em Aratuba-CE, em de abril de 1934. Aprendeu a ler com ajuda de amigos, sem frequentar a escola. Além de agricultor, foi comerciante, vereador em Capistrano na década de 1980. Na sua bagagem cultural, acumula as experiências de conquista, mestre de reisado e cordelista.

A Alfabetização na Carta de ABC

O Mestre Sebastião Chicute descreve o seu grande desafio de aprender a ler sem frequentar a escola, a experiência é tão forte que reproduzimos um trecho de seu depoimento sobre o assunto. Diz ele:

Naquele tempo, filho de trabalhador não ia pra escola. Tinha que ajudar o pai na lida do roçado. Eu morava na serra, no município de Aratuba. Ajudei meu pai desde criança, trabalhando no roçado. (...) Então ninguém se importava com escola, só os filhos dos patrões, mesmo assim uns queriam outros não queriam. Quando eu vinha do roçado com meu pai, passava na casa do nosso patrão e

¹ O texto é um desdobramento da tese de doutorado intitulada: As Atividades Culturais e a Obra do Mestre da Cultura Sebastião Alves Lourenço (Sebastião Chicute) na Perspectiva de uma Educação Patrimonial Imaterial na Cidade de Capistrano, Estado do Ceará, Brasil.

eu via os filhos dele estudando, lendo. Eu tinha vontade de aprender a ler. Aí um dia, tinha um passando as férias lá e me perguntou: Bastião tu quer aprender a ler? Eu disse, quero. Ele disse: Pois compre uma carta de ABC que eu te ensino. Aí eu comprei a carta de ABC e ele começou a me ensinar. Mas aí ele voltou de férias e eu fiquei lendo na cartilha, soletrando as palavras (...). Nas outras férias ele veio de novo e perguntou: como é que está Bastião? E eu disse, tou indo, to aprendendo. (...) Nesse tempo, as pessoas gostavam de ler romance, era assim que se chamava os versos de cordel. (...) Então quando aparecia um romance, uma pessoa que sabia ler, lia pros outros. Aí o pessoal começou a me pedir pra ler. (...) Foi indo, foi indo e foi nesse negócio de ler verso que eu aprendi a ler o pouco que sei ... (Entrevista com Sebastião Alves Lourenço (2010) – Arquivo do autor).

O escritor Gilmar de Carvalho, em *Mestres da Cultura Tradicional Popular do Ceará*, ao abordar sobre o mestre Sebastião Chicute, também, relata como se deu o processo do mestre em estudo: “Sebastião nunca aceitou um destino previamente traçado por um Deus pouco generoso. ‘Comprou uma carta de ABC’ e o filho do patrão, chamado Edílson, começou a lhe dar as lições nos fins de semana, nas férias” (CARVALHO, 2006, p. 198-199).

Percebe-se que a leitura de livretos de cordel contribuiu para o mestre aprender a ler, mesmo sem frequentar a escola. O exemplo de alfabetização do Mestre Sebastião Chicute, pode ser levado a muitos jovens e adultos que não tiveram oportunidade de alfabetizar-se na infância ou na juventude.

O Cordel na Vida de Sebastião Chicute.

Há no mestre a dimensão poética que se manifesta tanto nas glosas emitidas na folia de reis, quando dança ao lado do boi, quanto na literatura de cordel. Em entrevista à Gilmar de Carvalho, declarou: “Lá vou eu escrever um verso, passo uma noite, passo duas noites, depende do tempo e do dom” (CARVALHO, 2006, p. 198-199). Portanto, o Mestre Sebastião Chicute é um poeta popular. Ele mesmo tem afirmado em diversas ocasiões, em diversas circunstâncias, falando de si mesmo: “um poeta faz assim” ou, ao fazer ou recitar uma glosa, repetir: “é o poeta, é a poesia”, referindo-se à forma de ver as coisas com o olhar de poeta. E o que vem a ser esta figura romântica chamado poeta? Buscou-se o conceito de um grande poeta popular cearense, Alberto Porfírio. Para ele: “poeta é aquele que tudo ama e justifica das coisas a razão de ser, considerando tudo natural, divino e necessário”. E complementa: “É ainda o poeta que, desprovido de ambição, despreza a fortuna, e ama o simples, fazendo questão de ser um deles, merecendo, por isso, um protetor, um mecenas que lhe compreenda o valor e o ampare na vida” (PORFIRIO, 1978, p. 31).

Além de cordelista, Mestre Sebastião é também mestre de reisado. As duas atividades culturais desenvolvidas lhe proporcionaram em 2006, o título de Mestre da Cultura Tradicional Popular do Estado do Ceará.

Sebastião Chicute: mestre da cultura tradicional popular do Estado do Ceará

A Lei Estadual nº13.351 de 22 de agosto de 2003, instituiu o registro dos mestres da cultura tradicional popular no âmbito do Estado do Ceará. A data de sua publicação, foi cuidadosamente pensada, no dia do folclore. Por outro lado, deve-se ressaltar que a referida lei é uma das decorrências do Decreto Federal 3.551 de 04 de agosto de 2000, promulgado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, sendo ministro da Cultura, Francisco Welffort. Este decreto oficializou a inclusão do Patrimônio Imaterial na relação do Patrimônio Cultural Brasileiro. O resultado imediato do decreto foi o desencadeamento de uma série de ações de valorização do Patrimônio Imaterial no Brasil, sobretudo no primeiro Governo do Presidente Lula, quando esteve à frente da pasta da Cultura, o cantor Gilberto Gil (ABREU, 2007, p. 353). O referido decreto, também, interagiu com a educação patrimonial, na medida em que muito de suas metas estavam em sintonia com outra legislação no âmbito do Ministério da Educação. Nesse caminho, os Parâmetros Curriculares Nacionais incluíam no currículo escolar, no capítulo dos temas transversais, a pluralidade cultural e a valorização do conhecimento do patrimônio étnico brasileiro, na forma da Constituição de 1988 (ABREU, 2007, p. 363).

Por outro lado, o Estado do Ceará, ao aprovar esta lei, concretizava, em parte, uma política de valorização e reconhecimento do patrimônio imaterial intangível reiterado pela 32ª Conferência Geral da UNESCO em 2003. Segundo Nogueira (2008, p. 42) “essa reorientação nos critérios de preservação da UNESCO, levou a França a instituir o sistema tesouros humanos vivos”, exemplo que o Ceará vem seguindo parcialmente.

Para o governador do Estado à época, Lúcio Alcântara, os mestres da cultura são homens e mulheres que perpetuam artes ancestrais, renovam a memória coletiva com criações contemporâneas e usam variadas linguagens para compor o mosaico da identidade cultural. (CARVALHO, 2006, p. 9). Oswald Barroso, em Encontro dos Mestres do Mundo, uma publicação da SECULT, classifica Mestre como sendo “um portador ativo de uma tradição”. Aquele que “guarda em seu corpo a memória de um saber coletivo”. Esses saberes de que é portador são “renovados constantemente por outros Mestres e por ele mesmo como ele” (BARROSO, 2008, p. 51) Por tudo isso, o Mestre se inclui dentro do conceito daquilo que ficou estabelecido pela UNESCO como Patrimônio

Imaterial. Oswald Barroso, em seu ensaio, afirma: “Por isso não apenas seu saber deve ser tratado como patrimônio imaterial de uma cultura, mas também o próprio mestre, a integridade de sua pessoa, deve ser vista como tesouro cultural, patrimônio vivo de seu povo” (BARROSO, 2008, p, 51).

A poesia de cordel do Mestre Sebastião Chicute

A Literatura de Cordel, enquanto manifestação de caráter popular e imaterial, constitui-se como patrimônio imaterial. O cordelista, quando publica seus trabalhos está contribuindo com a difusão de uma literatura de cunho oral que, embora escrita, é resultado de um manancial que se estende há décadas e séculos no Nordeste brasileiro, como mostram os autores citados. Nesse sentido, Ariano Suassuna, afirma: “...a meu ver, a grande importância da literatura popular, para o Brasil, está no fato de que ela constitui uma espécie de “tradição viva” (...) Tal importância está, aliás, a meu ver, em toda a nossa riquíssima Literatura popular (...) (SUASSUNA, 2007, p. 251-252).

De outra parte, analisando o mérito da obra do mestre Sebastião Chicute, percebe-se que ele vai além, trazendo temas que contemplam a educação informal e até mesmo a educação escolar, como os relacionados à história regional, à religiosidade, à preservação da natureza, os chamados “causos”, a política, dentre outros.

Literatura de cordel: origem e temáticas

Sobre Literatura de Cordel, Câmara Cascudo, em seu dicionário de Folclore Brasileiro classifica Literatura de Cordel como:

Denominação dada em Portugal e difundida no Brasil, referente aos folhetos impressos, compostos em todo o Nordeste e divulgado pelo Brasil. (...) Literatura popular impressa que se reconhece também na França pela denominação de littérature de colportages, literatura ambulante. A literatura de cordel desses países emigrou para o Brasil ingressando no patrimônio de cultura oral (CASCUDO, 200, p. 332).

A literatura de cordel teve sua origem na prática da oralidade. No Nordeste Brasileiro registram-se as cantorias oitocentistas, eram poemas guardados na memória de antigos poetas, registrados por folcloristas ou reconstituição de folhetos relatando grandes peijas. Tem-se como pioneiro da cantoria, o poeta Agostinho Nunes da Costa (1858 a1897). Por outro lado os primeiros folhetos impressos no Brasil datam do séc. XIX, sendo considerados os pioneiros do cordel impresso Leandro Gomes de Barros e Francisco das Chagas Batista, na serra do Teixeira, na Paraíba. (Abreu, 1999, p. 74)

Discutindo alguns folhetos de cordel do Mestre Sebastião Chicute

A literatura de cordel, componente da grande área da literatura oral, está presente na arte do mestre Sebastião Chicute. Ele afirma em seus diversos depoimentos que os primeiros contatos com o cordel, foram ainda na juventude. O próprio Mestre afirma:

Naquele tempo, pouca gente sabia ler. E eu como sempre fui conversador, as pessoas pediam – ler aí Bastião, um romance pra nós ouvir, então a gente lia romances, como era chamado o cordel antigamente. Foi aí que aprendi a escrever cordel, embora só na década de 60 tenha escrito o primeiro verso. (Entrevista com Sebastião Alves Lourenço (2010) – Arquivo do autor).

Ao se analisar a produção poética de Sebastião Chicute percebe-se algumas linhas temáticas. Grande parte de sua obra está dedicada á temática da religiosidade Católica, depois vem a temática da política, também, a questão da violência, as questões inerentes ao amor, os animais e a história.

Como católico praticante, em dado momento de sua vida, foi membro do movimento Encontro dos Casais Com Cristo. Sebastião, muitas vezes, na ausência do padre, era chamado para “encomendar corpos”. Por sua formação religiosa e intensa participação na igreja, escolheu esta linha, como componente de sua produção literária. A respeito desta temática, Kunz, afirma:

Dentro da literatura de cordel, a temática religiosa constitui um ciclo importante. De fato, poucos folhetos deixam entrever algum sinal de anti-clerismo. Inúmeros abordam unicamente assuntos religiosos: vida de santos, relatório de milagres, (...) Em quase todos há traços evidentes da moral católica, a maior parte contém uma exortação ao bem, revelando quase sempre, temor a Deus e respeito à Igreja (Kunz, 2001, p. 10).

Na verdade a religião, especialmente o catolicismo, tem sido fonte de inspiração para o poeta popular ao longo dos anos, um exemplo disso é o grande número de folhetos sobre o Pe. Cícero, Frei Damião etc. Por outro lado as festas de padroeiros que acontecem nos diversos rincões do país tem sido espaços utilizados por cantadores para fazerem suas apresentações e os autores de literatura de cordel tem realizado suas melhores vendas como afirma Alberto Porfírio (PORFÍRIO, 1978: 25). Entretanto a partir dos anos 80 a Literatura de Cordel ganha os espaços urbanos e, conseqüentemente, ganha o público universitário, expandindo assim o seu espaço. Para este artigo foram escolhidos alguns de seus principais cordéis, notadamente os que versam sobre temas religiosos, ecológicos e históricos, sobre os quais teceram-se considerações analíticas.

Cordéis de cunho religioso

Sebastião Chicute, como a maioria dos poetas populares, em sua obra dedicada à religiosidade, também escreveu sobre o Pe. Cícero Romão Batista. Para Kunz, o fenômeno da exaltação de padre Cícero na literatura de cordel ocorre, "... como se fosse uma revanche poética sobre o silêncio que cercou os movimentos religiosos surgidos entre meados do século XIX e cujo traço comum foi o choque aberto entre a religiosidade popular e a doutrina oficial da Igreja dominante" (Kunz, 2001, p. 14).

Como se percebe, mesmo distante do núcleo de ação que propagou a figura de Pe. Cícero, a região do Cariri, o mestre Sebastião Chicute participa deste ciclo, escrevendo no início do Séc. XXI, mais um cordel sobre o Padre Cícero.

Cordel: a história de Pe. Cícero de Juazeiro do Norte

O cordel do Mestre Sebastião Chicute sobre a *História do Padre Cícero de Juazeiro do Norte*, começa assim:

Hoje Resolvi contar
Através da poesia
A vida de padre Cícero
A hora o mês e o dia
Data que ele nasceu
Tudo de bom que fazia

Foi guia espiritual
Cuidava bem do seu povo
Curava deficientes
Trabalho que teve aprovo
Quisera nós que voltasse
Pra tê-lo com nós de novo

Portanto, o Mestre Sebastião Chicute participa, com seu trabalho, do chamado ciclo da literatura de cordel sobre Pe. Cícero, considerando-se que o mesmo é atemporal.

Cordel: Círio de Nazaré

O cordel *Círio de Nazaré* é uma espécie de louvação à Maria e, ao mesmo tempo, uma divulgação e convite para a festa do Círio de Capistrano. Começa, como é de costume entre os cordelistas, pedindo a Deus inspiração para escrever o verso.

Por se tratar de Maria, a tradição Católica é que sendo Maria mãe de Jesus, é também Mãe de Deus, como determinou o dogma do Concílio de Éfeso de 431, publicado pelo Concílio de Calcedônia de 451 (FASANELLA, 2002, p. 18) e por conseguinte mãe de todos. Enveredando por esta linha da maternidade universal de

Maria, realiza em outras estrofes várias louvações, à Mãe de Jesus. Dentro deste contexto de devoção ele, conceitua Maria e descreve o primeiro dia da festa que se inicia com o hasteamento da bandeira. Eis as sextilhas:

Maria é mãe dos aflitos
Dos justos e dos pecadores
Das crianças e dos adultos
De alunos e professores
Dos menos favorecidos
Dos fracos trabalhadores

Hoje nossa Capistrano
Nesta data costumeira
Em vinte e nove de agosto
Se ergue o pau da Bandeira
Para se comemorar
A festa da Padroeira

Encerrando o cordel, o poeta faz o convite às pessoas dos municípios vizinhos e próximos como Itapiúna, Aratuba, Canindé, Aracoiaba, Quixadá e Baturité, para a festa do Círio de Nazaré, como se ver a seguir:

Você de Itapiúna
Aratuba e Canindé
Você de Aracoiaba
Quixadá e Baturité
Venha assistir nossa festa
O Círio de Nazaré.

Com estes dois cordéis finaliza-se o que se denominou de cordéis de cunho religioso, sabendo-se que há dezenas de outros cordéis nesta área, mas o espaço não comporta.

Cordéis de cunho escolar

Outra vertente da produção cordelista de Sebastião Chicute é a da área escolar. Nesta área o mestre atua fazendo palestras nas escolas, dando entrevistas para trabalhos escolares e acadêmicos e escrevendo versos sobre encomendas. Selecionamos dois cordéis desta temática. *Conversando com Surdo e Mudo* (sem data), *Conselhos Escolares* (2007).

A pedido da Secretaria de Educação do município, o Mestre Sebastião Chicute escreveu um cordel a partir das orientações do setor para organização destes conselhos. O objetivo do cordel era sensibilizar, pais, alunos e comunidade, para a importância dos conselhos e um texto em Literatura de Cordel é sempre bem aceito e de fácil compreensão.

A partir dos documentos e textos dados ao poeta, o mesmo elaborou o presente

cordel que se inicia com a descrição sobre o programa e, em dado momento, relata a função de controle exercida pelo conselho. O poeta escreveu:

O programa nacional
Tem maior realidade
Tem o fortalecimento
Pra nossa sociedade
Na cultura brasileira
A bem da comunidade

Apoio e controle público
Tenha mais atuação
Com estes órgãos de apoio
Tenha maior decisão
Pra um significado
No Brasil e na criação

E para os professores de nossas escolas públicas o poeta é incisivo em sua defesa, já que são parte do processo. Também destaca a necessidade de formação e das escolas estarem bem preparadas para os desafios da educação. Tudo numa única estrofe:

Precisa salários dignos
Formação continuada
Devem ser fortalecidas
Muito bem encaminhadas
Organismos sociais
Escolas bem preparadas

Há, também, um conjunto de cordéis que trata de temas ligados à ecologia, de uma forma geral. Destes, nessa pesquisa, trabalhou-se com dois, são eles: *O Aquecimento Global* e o *Cordel dos Passarinhos*.

Cordel: inclusão social

Conversando com Surdo e Mudo é um cordel que discute, à sua maneira, a inclusão social. A partir da lei 9394/96, as pessoas com deficiência, em geral, passaram a ter a garantia da inclusão na escola. Uma luta de anos, com várias vitórias ao longo do tempo. No que pese ser um direito, a concretização deste direito é uma outra luta que estas pessoas e suas famílias tem pela frente. Mas o poeta chama atenção para a necessidade de se comunicar com estas pessoas, com gestos. Diz ele:

Ninguém discrimina o surdo
Por não ouvir nem falar
Todos merecem respeito
Precisa a gente ajudar
O que a natureza fez
Nós temos que aceitar

E conclui o cordel com uma estrofe de sete versos, diferente dos anteriores, de seis versos, direcionado aos alunos e professores:

De tudo que prescrevi
Achei caso diferente
Quem tem tudo vive bem
E Quem não tem é carente
Alunos e professores
Fique sabendo senhores
Que surdo também é gente

Pode-se, portanto, incluir esse verso no elenco das ideias em prol da inclusão social, no caso de pessoas com deficiência auditiva, um desafio para a educação.

Cordel: o aquecimento global

O aquecimento global é um tema abordado nas escolas, tanto na disciplina de Geografia, como nas outras disciplinas de forma transversal. Está na agenda do dia, por ser um problema que afeta a todos. A literatura de cordel não poderia se furtar de abordar esse tema. Poeticamente, ele adverte sobre o que pode ocorrer:

Trata-se de catástrofe
Conforme o aquecimento
Tendo outras consequências
Por sede, fome e tormento
Tem muito choro e miséria
Com furacão violento

Até os mares estão
Bem lentamente subindo
Os resultados são estes
Que o mundo está sentindo
Calor que a terra treme
E chuva diminuendo

O trabalho é o resultado de uma pesquisa feita pelo autor, ao que parece uma reportagem sobre a temática. Este é mais um tema transversal e está na ordem do dia nas escolas do ensino fundamental e médio. O cordel tem o privilégio de levá-lo para além da sala de aula, para as residências ou qualquer outro local.

Cordel dos passarinhos

O que se percebe é que Sebastião Chicute, como os demais cordelistas, tem a sua participação em várias áreas temáticas da Literatura de Cordel. O cordel em estudo, foi uma encomenda feita pelo pesquisador da área de literatura oral da Universidade

Federal de Campina Grande, Prof. Dr. Hélder Pinheiro. É uma obra prima de Sebastião Chicute na área da fauna nordestina, é mais uma contribuição do mestre Sebastião Chicute para a Educação Patrimonial. Para ilustrar o que se está afirmando registrou-se algumas estrofes, sendo a primeira sobre o pássaro Cancão (*Ibycter americanus*)

Admirei o canção
Entre cipó e graveto
Estando junto eles cantam
Imitam qualquer soneto
Tem olhos avermelhados
Papo branco e bico preto.

Quem conhece o pássaro canção o reconhece nesta estrofe, pois além de ser um pássaro que se refugia entre os cipós da caatinga, também faz um grande coro quando está voando, só ou em pares. Por outro lado, o canção do Nordeste brasileiro é preto e branco, como descreve o poeta.

Outro pássaro muito conhecido em todo Brasil, o João-de-barro (*Furnarius rufus*), é contemplado no cordel com a seguinte estrofe:

Admiro o João de Barro
Por ser muito inteligente
É um bom mestre de obra
Seu trabalho é competente
Começa a casa e termina
Sem precisar de sirvente

Na estrofe, além de ressaltar a “inteligência” do pássaro, o autor o compara diretamente com um construtor, um mestre de obra que dispensa o servente, faz sozinho sua casa.

Um pássaro que pouco se ouve falar, o mestre resgata sua evidência e o traz para o público jovem, sobretudo o público urbano, que pouco conhece de nossa fauna. Trata-se do pássaro Fura Barreira (*hylocryptus rectirostris*), também conhecido como do Bico de Latão. Diz ele:

O velho Fura Barreira
Faz o seu ninho no chão
Lhes chamam de outro nome
Nos costumes do sertão
Ao invés de Fura Barreira
Chamam bico de Latão

Percebe-se que o autor conhece bem os pássaros de que fala, resgatando assim um conhecimento que poucas pessoas tem hoje em dia, quer seja pelo fato da urbanização, quer pelo processo de extinção em que se encontram os pássaros. E finaliza o seu cordel

de 30 estrofes com uma sestilha e uma sétima nas quais recomenda não maltratar os passarinhos, e de sua aprendizagem com esses seres vivos. Vejam:

Não maltrate os passarinhos
Tenham deles compaixão
São eles donos da selva
Tenha ele como irmão
São criaturas de Deus
Com direito ao mesmo Chão
Falei em diversos pássaros

Em todos os cordéis há um ensinamento, uma lição, um aprendizado, um saber popular. É desta forma que os mestres da cultura, e no caso específico o mestre Sebastião Chicute, contribui com o aprendizado, à cultura, à tradição popular.

Cordéis de cunho histórico

Em debate que participou junto à turma da disciplina Ação Educativa Patrimonial, do Curso de História da Universidade Estadual do Ceará, em 15 de julho de 2010, Chicute afirmou que contar história era o que mais lhe fascinava. Talvez por gostar de abordar temas em que prevaleçam histórias, de uma maneira geral, é que Chicute conseguiu escrever, um importante trabalho de cunho histórico. Trata-se do romance *Os primeiros Escravos no Ceará*.

O cordel *Os primeiros Escravos no Ceará* trata-se de um “romance”, que na linguagem dos cordelistas, é um verso com mais de 48 páginas. Este Cordel tem 90 páginas, cada uma com três estrofes, totalizando 270 estrofes, o que denota uma grande pesquisa. O cordel foi uma demanda da Secretaria de Educação de Capistrano, em 2008, para ser distribuído para todas as escolas municipais.

A maior parte do cordel, porém, fala do movimento abolicionista, talvez por que a fonte que o autor utilizou em suas pesquisas tenha sido um texto sobre os abolicionistas. Relata o nome de quase todos eles, como nas estrofes 49 e 55 em que fala da fundação do Centro Abolicionista e de outros personagens do movimento abolicionista:

Sendo Barão de Studart
Junto a Meton de Alencar
Teodorico da Costa
Comendador exemplar
Centro Abolicionista
Decidiu participar.

Por conta dos coletores
Joaquim Agostinho Fraga
E Antonio da Silva Matos
Que quis preencher a vaga

Jurumanha e Gil Ferreira
Que a história consagra.

No movimento abolicionista, o Ceará foi a primeira província do Império do Brasil a ter seus escravos livres. Por esta proeza o Ceará recebeu de José do Patrocínio, expoente do movimento nacional abolicionista, em 1884, o título: “Ceará Terra da Luz”, conforme dizem os historiadores locais e nacionais. Em 25 de março de 1884 a Assembleia Provincial, após um intenso movimento abolicionista, declarou livre os escravos do Ceará. A libertação dos escravos do Ceará é descrita em seis estrofes pelo mestre poeta, das quais destacamos:

A vinte e cinco de março
O tempo mudou o clima
Houve festas oito horas
Saudação de alta estima
As graças de Deus descendo
Com o poder que vem de cima

O poder Legislativo
Deu início uma cessão
Estava ali o presidente
E a sua comissão
Todo mundo dava viva
Parabéns abolição

Encerra o seu cordel dando destaque à libertação dos escravos no Brasil, fato que ocorre no dia 13 de maio de 1889.

Cordel: dados históricos do município de Capistrano

Este cordel é bem completo, traz muitas informações sobre o município de Capistrano, algumas leis são descritas com grande maestria, como a lei que criou o município, a lei da intervenção², traz muitas datas importantes para a história do município, só não tem uma sequência histórica.

A primeira estrofe trata do nome original de Capistrano, Riachão da Lagoa Nova e na estrofe seguinte ele fala do fundador do município, segundo a tradição histórica:

O povo está me pedindo
Uma verdadeira prova
Com os dados do passado
Eu digo e ninguém reprova
Dizer por que foi chamado
Riachão da Lagoa Nova

² O município de Capistrano sofreu uma intervenção estadual, através do Decreto 13.552 de 28/11/1979 (PINHEIRO, 2003, p. 43).

Nas terras herdadas do pai
O saudoso capitão
Timóteo Ferreira Lima
Que começou Riachão
Uma área produtiva
De uma grande dimensão

Continuando sua descrição histórico-poética, o mestre Sebastião Chicute fala do primeiro cartório, da lei que transformou o distrito em município, em 1951, da primeira eleição, da eleição de cada prefeito, etc.

Considerações finais

O Mestre Sebastião Chicute, portanto, como um dos mestres da cultura tradicional popular de seu estado contribui com a sua prática, com o seu ofício de cordelista e de Mestre de reisado, com a manutenção, a divulgação e a revitalização destas duas atividades culturais. Por conseguinte, contribui, também, com a educação patrimonial imaterial no seu município e no raio de abrangência de sua atividade artística e cultural. Sua contribuição, por vezes, alcança diretamente os estudantes, quando estes o procuram para dar depoimentos sobre a cultura, sobre suas atividades e experiência, ou ainda quando participa de palestras, debates, discussões em salas de aula ou em outras atividades escolares. No entanto, a sua contribuição junto ao processo de educação patrimonial, de caráter imaterial, se dá de maneira mais atuante, fora dos muros da escola. Desde quando participou das primeiras apresentações nos grupos de reisados de sua comunidade na década de 1950, como relata em seus depoimentos, ou seja ao longo de sua vida de brincante de reisado e de poeta popular. Inicialmente, cantando coco e, ultimamente, como poeta de bancada.

Referências

ANDRADE, Mário. **Danças dramáticas do Brasil**. Belo Horizonte: Itaitaia, 2002.

ASSARÉ, Patativa do. **Cante lá que eu canto cá**: Filosofia de um trovador nordestino. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

BARBOSA, Ana Mãe Tavares. **Arte-educação**: leitura no subsolo. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CARVALHO, Gilmar de. **Mestres da cultura tradicional popular do Ceará**. Fortaleza: SECULT, 2006.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Folclore do Brasil**. 2ª Ed. Natal: Fundação José

Augusto, 1980.

CATÁLOGO DE IMAGENS DOS I, II, III E IV. **Encontros dos Mestres do Mundo**, período 2005 a 2008. Fortaleza: SECULT, 2009.

KUNZ, Martine. **Cordel a voz do verso**. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

PINHEIRO, Artur. **Formação histórica de Capistrano 1890 a 1984**. Fortaleza: Brasil Tropical, 2003.

PORFÍRIO, Alberto. **Poetas populares e cantadores do Ceará**. Brasília: Horizonte Editora Ltda, 1978.

SUASSUNA, Ariano. **Seleta em prosa e verso**. Silvano Santiago (Org.) 2ª edição. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2007.

Folhetos de Literatura de Cordel

LOURENÇO, Sebastião Alves. **O jumento é nosso Irmão**. Bagagem. Literatura de Cordel. Campina Grande, 2006.

_____. **A Realidade Brasileira e o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Literatura de Cordel. Edição do autor. Capistrano, 2007.

_____. **Aquecimento Global**. Literatura de Cordel. Edição do autor. Capistrano, 2007.

_____. **Dados Históricos do Município de Capistrano**. Literatura de Cordel. Edição do autor. Capistrano 2008.

_____. **Os Primeiros Escravos no Ceará. Abolição 1884**. Literatura de Cordel. Edição do autor. Capistrano, s/d.

_____. **Conversando com surdo e mudo**. Edição do autor. Literatura de Cordel. Edição. Capistrano, s/d.

_____. **A História de padre Cícero do Juazeiro do Norte**. Edição do autor. Literatura de Cordel. Edição. Capistrano, s/d.

_____. **Cordel dos Passarinhos**. Literatura de Cordel. Edição. Bagagem. Campina Grande, 2006.

_____. **Círio de Nazaré**. Literatura de Cordel. Edição do autor. Capistrano, s/d.

Francisco Artur Pinheiro Alves

Possui graduação em História pela Universidade Estadual do Ceará (1982), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (1993) e doutorado em Ciencias de la Educación pela Universidad Autonoma de Asuncion (2011).
